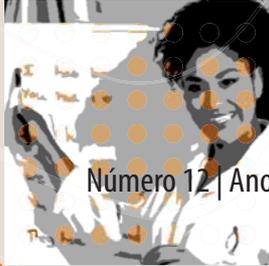


Nexus

Revista de Extensão do IFAM



Número 12 | Ano 8 | Dezembro de 2022

ISSN online: 2447-794X

ISSN 2358-9981

Nexus

Revista de Extensão do IFAM

Número 12 | Ano 8 | Dezembro de 2022

Manaus - AM





REITOR PRO TEMPORE DO IFAM

Jaime Cavalcante Alves

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Rosangela Santos da Silva

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Jucimar Brito de Souza

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria Francisca Morais de Lima

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Leandro Amorim Damasceno

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Adanilton Rabelo de Andrade

COMITÊ EDITORIAL

- Dra. Maria Francisca Morais de Lima – Editora Executiva - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dr. Adérito Fernandes Marcos - Universidade de São José, Macau, China; Universidade Aberta de Portugal, Portugal
Dr. Alexandre Pereira Chahad - Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Brasil
Msc. Aline Zorzi Schultheis de Freitas - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dra. Ana Maria de Lucena Rodrigues - SEDUC, Brasil
Dr. Bruno Olivetti de Mattos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Brasil
Dr. Celso Luiz Prudente - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil
Dr. Clarides Henrich de Barba - Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil
Dr. Cristóvão Gomes Plácido Junior - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dr. Danniell Rocha Bevilaqua - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dr. David Junior de Souza Silva - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Dr. Henrique Rego Monteiro - Instituto Federal Fluminense (IFF), Brasil
Dra. Izabel Rigo Portocarrero - Universidad Internacional de La Rioja (Espanha), Espanha
Dr. Jackson Pantoja Lima - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dr. João Roberto Moro - Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Brasil
Msc. José Roselito Carmelo da Silva - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dra. Luciana Canário Mendes - Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Dra. Marivan Tavares dos Santos - Secretaria de Educação e Desporto, Amazonas, Brasil
Msc. Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Msc. Sarah Ragonha de Oliveira - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Msc. Vanessa da Costa Sena - Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil
Dra. Vanessa Ishikawa Rasoto - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Brasil

AVALIADORES AD HOC

- Dra. Darlane Cristina Maciel Saraiva
Dr. Antônio Carlos Batista de Souza
Msc. Sara dos Santos Medrado
Msc. Ricardo de Jesus Cardoso
Dra. Julieane Pohlmann Bulla
Msc. José Walter dos Santos
Msc. Ana Carolina Souza Sampaio Nakauth
Dr. Raimundo Emerson Dourado Pereira
Msc. Sebastião Sampaio de Queiroz
Msc. Daiane Oliveira Medeiros
Msc. Vellyan José dos Santos Ferreira
Dr. Francimauro Sousa Morais
Msc. Clisivania Duarte de Souza
Dra. Bianca Santos Bento da Silva
Msc. Cristiano Gomes do Nascimento
Msc. Jonatan Onis Pessoa
Msc. Jonas Onis Pessoa
Msc. Nelson Felipe de Albuquerque Lins Neto
Msc. Eliane Campos Alves
Msc. Messias Barbosa Ramos
Msc. Angela Riva de Miranda
Dra. Deuzilene Marques Salazar
Dra. Daniela Lima Pereira
Msc. Sayane Marlla Silva Leite Montenegro
Dra. Shérrira Menezes Garavelo
Msc. Adriano Honorato de Souza
Msc. Denis de Oliveira Silva

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Esp. Anne Karoline da Silveira Cabral

REVISÃO DE NORMAS TÉCNICAS

Esp. Felipe Magno Silva Pires

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dr. Edson Galvão Maia
Esp. Jumara Nascimento Paredes

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Esp. Francisco Rosa da Rocha

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

- Msc. Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza
Msc. Sarah Ragonha de Oliveira
Esp. Sandro Ferronato Francener
Msc. Aline Zorzi Schultheis de Freitas
Esp. Jorge Ernande Gomes de Magalhães Filho

SUPERVISOR GRÁFICO

Esp. Jorge Ernande Gomes de Magalhães Filho

© **Copyright 2022** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N338

Nexus: Revista de Extensão do IFAM/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. v.1, n.1 (abr. 2015-) Manaus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2015 -.

Anual. (n. 12, ano 8, dez. 2022)

ISSN: 1982-5498

ISSN-E: 2447-794X

A partir do ano de 2019 a periodicidade passou a ser anual.

1. Educação. 2. Economia amazônica. 3. Sustentabilidade. 4. Protagonismo feminino.

CDD 371.2

Elaborado por: Felipe Pires - CRB 11/1069

EDITORIAL

“Uma ideia, um propósito, uma possibilidade de mudanças sociais para os povos da Amazônia”.

Realizar extensão nos rincões mais distantes da Amazônia é, sem dúvida, um desafio que enfrentamos diariamente, enquanto extensionistas. A 12ª edição da Revista Nexus traz o resultado das ações desenvolvidas em forma de artigos e relatos de experiência cujos atores principais são homens e mulheres amazônidas que buscam, por meio de abordagem teórico/práticos um olhar diferenciado em relação ao conhecimento empírico e a mudança social que lhes é possibilitada por meio dos cursos de formação inicial e continuada oferecidos pelos campi do IFAM.

O tema da capa da 12ª edição da Revista Nexus é empoderamento de mulheres. Uma homenagem e reconhecimento a todas mulheres brasileiras e amazônidas. Desde 2007 o IFAM desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o empoderamento de mulheres. De 2007 a 2015 o IFAM desenvolveu em parceria com o Canadá o Programa Mulheres Mil. A partir de 2021 a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) passou a fomentar, por meio de edital interno, cursos de capacitação específicos para mulheres. Nessa edição diversos relatos de experiências trarão o desenvolvimento destes cursos e as contribuições deles para a vida de centenas de mulheres atendidas.

Nesta edição temos quatro (04) artigos e nove (09) relatos de experiências. Os artigos produzidos apresentam abordagens teóricas voltadas para temáticas atuais, muitas vezes, polêmicas que geram curiosidade nos estudiosos da área e no público em geral. Temais que vão da identidade dos povos tradicionais, questões de Estado, empoderamento feminino por meio do aproveitamento dos recursos naturais que possibilitam o tingimento de tecidos, fechando com o poder de compra do trabalhador em relação ao salário atual.

Os relatos de experiência são produzidos a partir do olhar do extensionista frente aos resultados práticos advindos de uma troca de saberes que possibilitam um lugar de fala e ação na construção socioeconômica daquele sujeito ou daquela comunidade. Os relatos de experiência nesta edição são riquíssimos pois apresentam temáticas atuais e bem amazônicas que vão da agricultura familiar, empreendedorismo feminino, preservação do meio ambiente a ferramentas educacionais como a sala de aula invertida.

Por fim, esperamos que todos os senhores aproveitem esse material riquíssimo e façam uma boa leitura, uma vez que “a leitura é a ferramenta mais importante para nos localizarmos historicamente, enquanto seres críticos que ressignificam informações/ conhecimentos, transformando-as em ferramentas de mudanças do ser acrítico para um sujeito empático e atuante socialmente”.

Boa leitura!

Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima
Pró-Reitora de Extensão do IFAM



SUMÁRIO

ARTIGOS

- 13** TINGIMENTO NATURAL E IMPRESSÃO BOTÂNICA COM PLANTAS DA AMAZÔNIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO DA TÉCNICA COMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR
- 23** PODER DE COMPRA DO SALÁRIO-MÍNIMO EM MAUÉS 2020
- 37** AS RELAÇÕES DO ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR
- 51** IDENTIDADE DOS POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: UMA REPRESENTAÇÃO CULTURAL NAS LITERATURAS REGIONAIS DE RAIMUNDO NEVES DE ALMEIDA

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 63** EMPODERAMENTO DE MULHERES EM EIRUNEPÉ - AM POR MEIO DO CURSO FIC “COMO ADMINISTRAR UM PEQUENO NEGÓCIO”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
- 71** OLHA O PEIXE! UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA SOBRE A QUALIDADE DO PESCADO
- 79** SALA DE AULA INVERTIDA NO CURSO FIC OPERADOR DE COMPUTADOR DO IFAM CAMPUS TEFÉ
- 87** MULHER EMPREENDEDORA: CURSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE
- 97** FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGREGAÇÃO E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO AMAZONAS
- 105** REPENSANDO A RELAÇÃO COM O LIXO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM
- 115** NOTAS SOBRE O CURSO MULHERES INDÍGENAS EXPEDICIONÁRIAS: ATUAÇÃO EM AÇÕES DE PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO DO SUL DO AMAZONAS
- 123** A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE COARI/AM
- 131** BANANINHA: APROVEITAMENTO E FONTE DE RENDA



Artigos





TINGIMENTO NATURAL E IMPRESSÃO BOTÂNICA COM PLANTAS DA AMAZÔNIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO DA TÉCNICA COMO UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

NATURAL DYEING AND BOTANICAL PRINTING WITH AMAZON PLANTS: REPORT OF THE TEACHING TECHNIQUE AS AN ALTERNATE FAMILIAR INCOME GENERATION

Giovanni Augusto Aguiar Ribeiro¹
Danely Yasmim Otiniano Lima²
Letícia Figueira Alves³
Viktória Evelin Grimm de Souza Reinaldo⁴
Ana Melissa Lemos Medeiros Teixeira⁵
Maria Eduarda Silva Colares⁶
Fernanda Tunes Villani⁷

Resumo: O Programa Mulheres Mil foi desenvolvido pelo Governo Federal, em 2011, na tentativa da promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Nos tempos de pandemia causada pelo vírus da COVID 19, a situação das mulheres piorou ainda mais por causa do isolamento social obrigatório, fazendo com que mulheres que estavam empregadas perdessem o emprego, causando dificuldades familiares, tanto social quanto econômica, em 2020 e 2021. Pensando em minimizar a situação o curso de tingimento natural seria uma forma de ajudar algumas mulheres a saírem deste estado de vulnerabilidade. O objetivo do curso foi ensinar a técnica simples e barata afim de tingir e estampar tecidos para posteriormente serem transformados em peças e acessórios únicos e exclusivos criando oportunidades de trabalho para mulheres em vulnerabilidade social como uma alternativa de renda familiar. O tingimento natural através das plantas envolve a combinação de variáveis como: material tintório, calor, fixadores e tempo. É uma técnica ecológica que não polui o ambiente por não utilizar corantes sintéticos não biodegradáveis e não causam alergias aos usuários.

1 Mestre, Docente de Química. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro-IFAM/CMC. giovanni.ribeiro@ifam.edu.br

2 Estudante do curso Integrado em Química IFAM CMC. danelyotiniano@gmail.com

3 Estudante do curso Integrado em Química IFAM CMC. 2020311905@ifam.edu.br

4 Estudante do curso Integrado em Química IFAM CMC. vkarinw@gmail.com

5 Estudante do curso Integrado em Química IFAM CMC. teixeiraanamelissa@gmail.com

Estudante do curso Integrado em Química IFAM CMC.2020312054@ifam.edu.br

7 Doutora. Docente de Química. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro-IFAM/CMC. fernanda.villani@ifam.edu.br

A metodologia foi desenvolvida através de aulas teóricas e práticas realizadas no laboratório de físico-química do *Campus* Manaus Centro do Instituto Federal do Amazonas - IFAM/CMC, desde a purga até o aumento da cartela de cores, finalização da peça e venda na feira de exposição. As mulheres conseguiram vender as peças produzidas e receberam várias encomendas demonstrando que as técnicas de tingimento aprendidas ao longo do curso possuem potencial para geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Corantes naturais. Ecoprinting. Empoderamento Feminino.

Abstract: *The Mulheres Mil Program was developed by the Federal Government in 2011, in an attempt to promote equity, equality between the sexes, combat violence against women and access to education. In times of a pandemic, caused by the COVID 19 virus, the situation of women has worsened even more, because of mandatory social isolation, causing unemployment and family despair, both social and economic, in 2020. and 2021. In the attempt of trying the situation, the course of natural dyeing would be a way to help some women. The raw material of natural dyeing can be found in the bark, roots, fruits, seeds and leaves. Dyeing involves the combination of some variables such as: dyeing material, heat, fixatives, and time. It is an ecological technique that does not pollute the environment because it does not use non-biodegradable synthetic dyes and does not cause allergies to users.. The objective of the course was to teach the simple and cheap technique in order to dye and print fabrics to later be transformed into unique and exclusive pieces and accessories, creating decent work opportunities for women in social and economic vulnerability, increasing family income. The methodology was developed through theoretical and practical classes carried out in the physical-chemistry laboratory of the CMC, from the purge, pre-biting, fixing, extraction of dyeing substances, dyeing in the fabrics, increase of the color chart, finalization of the piece and sale in the Exposition Fair. The women managed to sell the pieces produced and received several product orders.*

Keywords: *Dyes. Ecoprinting. Women's empowerment.*

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil foi desenvolvido pelo Governo Federal, em 2011, na tentativa da promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. Nos tempos de pandemia causada pelo vírus da COVID 19, a situação das mulheres piorou ainda mais por causa do isolamento social obrigatório, fazendo com que mulheres que estavam empregadas perdessem o emprego, causando dificuldades familiares, tanto social quanto econômica, em 2020 e 2021.

O objetivo do curso foi de capacitar as mulheres em vulnerabilidade social e econômica para desenvolverem duas técnicas de tingimento em tecidos com a finalidade de confecção de peças únicas e exclusivas, usando o de tingimento natural e impressão botânica extraídas das plantas da Amazônia, explorando as inúmeras cores que podem ser criadas por meio das reações químicas entre plantas e fixadores naturais, além de resgatar a cultura ancestral indígena de tingimento natural e estamparia de tecidos. Acredita-se que ao tingirem seus próprios tecidos com as tintas extraídas das plantas amazônicas, através de metodologia adequada, favorecerão a economia local e a geração de renda agregadas aos valores regionais, usando uma técnicas simples, de baixo custo e ecológica.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com VIANA (2019), foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (PRONATEC), em 2011, através da Lei 12.513/2011 que tem como propósito central democratizar o acesso da população brasileira à Educação Profissional Tecnológica, expandindo, interiorizando e democratizando a oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos.

O PRONATEC busca, de uma forma alternativa, proporcionar uma formação profissional de qualidade, principalmente para a parcela da população mais pobre, que, de forma geral, possuía seu acesso limitado para os cursos técnicos ou cursos de qualificação profissional. Todos esses cursos possuem certificação das instituições participantes, valorizando ainda mais os cursos disponibilizados para essa população até então excluída, na sua grande maioria (BRASIL, 2011). O programa prevê várias ações, entre elas, o Programa Mulheres Mil, que tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão, por meio do qual as mulheres que se encontram em vulnerabilidade social têm acesso à educação profissional, emprego e renda. O Programa Mulheres Mil teve iniciativa do governo canadense que propôs formar 1.000 mulheres no Brasil. O Programa passou a fazer parte do PRONATEC a partir de 2014 e continuou até meados de 2019.

O Programa Mulheres Mil foi uma das prioridades das políticas públicas desenvolvida pelo Governo Federal na tentativa da promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O governo federal não tem destinado recursos orçamentários para o Programa, atualmente. Por isso, muitas instituições, a exemplo do Instituto Federal do Amazonas, têm incentivado projetos para mulheres em estado de vulnerabilidade social, inspirados nos princípios do Programa Mulheres Mil.

Projetos que incentivam a equidade de gênero se tornaram ainda mais emergentes nos tempos de pandemia, causada pelo vírus da COVID 19, pois a situação das mulheres piorou ainda mais, por causa do isolamento social obrigatório, o que fez com que as poucas mulheres ficassem desempregadas, causando transtornos familiares sociais e econômicos, nos anos de 2020 e 2021. Durante

a ano de 2020, as aulas presenciais foram suspensas no *Campus* Manaus Centro, assim como em todas as escolas e universidades do país. Com a chegada da vacinação, em 2021, as aulas presenciais e os cursos de extensão começaram a ser realizados no *Campus*. Através de Edital nº 05 PROEX/IFAM/2021 o curso Técnica de tingimento natural em tecidos e acessórios têxteis com plantas da Amazônia foi contemplado para que tentássemos de alguma forma, contribuir para a melhoria da qualidade de vida de mulheres em vulnerabilidade tanto econômica quanto social. Esse curso foi dividido em partes teóricas e práticas sobre o tema do tingimento natural e impressão botânica.

De acordo com Kawakami (2020) o tingimento consiste em uma modificação físico-química de um substrato têxtil, de modo a alterar a sua coloração. Geralmente, o tingimento é realizado de maneira que a cor se torne uniforme, estando sua qualidade associada à igualização da cor ao longo de toda a extensão do substrato (fibras têxteis). A cor do substrato pode ser influenciada pela sua textura e construção, bem como pelos tratamentos que podem ser aplicados no substrato antes ou após o tingimento (Kawakami, 2020). Os processos de tingimento atuais, de modo geral, podem ser aplicados para o tingimento com corantes naturais. Uma vez que usando os corantes sintéticos não biodegradáveis, acarreta inúmeros impactos ambientais, por permanecerem poluindo os solos e as águas. As indústrias têxteis atualmente, são umas das mais poluidoras no mundo e desperdiçam uma grande quantidade de água. Com a técnica de tingimento natural problemas como a poluição ambiental devido ao uso de corantes sintéticos não biodegradáveis e o consumo exagerado de água podem e devem ser minimizados.

Na literatura é possível encontrar dois

modos distintos de se realizar o tingimento natural em tecidos, ambos resultando em tons de vermelho. Em um o tingimento é realizado com a seiva da árvore, retirada a partir de cortes na casca, sendo necessários 500 g de seiva para tingir 1 kg de fibra. A seiva deve ser diluída em 7 L de água, em tacho de cobre e ser fervida por 15 min. Posteriormente, completa-se o volume do banho até 18 L com água fria e mergulha o substrato têxtil, que deve ficar em cocção a 90 °C por 1 h. Para o tingimento de fibras vegetais utilizam-se mordentes de alúmen e tanino e para o tingimento de fibras animais, alúmen. Após o tingimento, o substrato deve ser enxaguado em água corrente. No tingimento artesanal realizado no Triângulo Mineiro, o extrato corante é feito com a casca, que deve ser triturada e levada ao fogo brando em tacho de cobre com água por 2 ou 3 h. Posteriormente, o extrato é coado e o substrato têxtil é umedecido, colocado no banho de tingimento e levado a fogo brando, mexendo sempre. Ao final do tingimento, o substrato é enxaguado (RODRIGUES, 2013).

Por outro lado, estudos mostram que cascas que contêm alto teor de tanino possuem potencial para uso como corante natural. Os taninos podem formar ligações eficazes com proteínas por causa de seus grupos hidroxilos e desempenham um papel importante no tingimento com fibras celulósicas, por possibilitar uma melhor fixação do corante. Isso acontece porque os taninos formam, juntamente com sais de metal, tanatos metálicos, que constituem pigmentos insolúveis com os corantes naturais, resultando em melhores propriedades de solidez no tingimento com fibras vegetais. Com o uso de sais de ferro, os componentes de tanino tornam-se complexos de metal preto (MONTEIRO, 2005). Como esses tingimentos são realizados empiricamente há a necessidade de se estabelecer parâmetros mensuráveis

através de metodologia científica afim de se padronizar o processo melhorando a eficiência do tingimento, estabelecendo concentrações, temperaturas, tempo, pH, durante o processo. Com isso também haverá uma padronização das cores, diminui os custos com a utilização das águas usadas no processo bem como a quantidade de matéria prima, e de ser um processo que diminuirá os impactos ambientais além de utilizar a matéria-prima da região Amazônica, agregando valor às peças tingidas e estampadas através da técnica e contribuindo com a economia local.

METODOLOGIA

Foram ministradas aulas teóricas e práticas durante os meses de setembro a dezembro de 2021, com 4 horas semanais, aos sábados, totalizando 36 horas e mais 4 horas extras para a finalização do relatório final e exposição dos produtos confeccionados pelas alunas, na feira realizada pela Diretoria de Extensão do CMC e também na Feira de Exposição Agropecuária (EXPOAGRO) em Manaus. Por motivos de segurança, e seguindo os protocolos de saúde pública, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, devido ao distanciamento social, abriu-se apenas 10 vagas no curso. Dentre essas 10 vagas, sete foram destinadas às mulheres costureiras e aprendizes de costura do Ateliê Tukumã, da Comunidade de Petrópolis, em Manaus e as outras três, vagas destinadas às alunas do curso Médio Integrado em Química do IFAM/CMC. A metodologia foi implementada por meios de aulas teóricas, utilizando slides e quadro com pincel, vídeos sobre a história do tingimento natural, as características dos tecidos naturais utilizados, as substâncias químicas presentes nas plantas, as plantas tintórias e suas características botânicas, e a parte prática realizada no laboratório de físico-química do CMC, desde a purga dos

tecidos, que consiste na limpeza correta dos mesmos com a finalidade de remover as ceras, gomas e sujeiras provenientes das fábricas; a pré mordentagem, que significa o tratamento dos tecidos com uma fonte de tanino, substância química natural presente nas plantas e que possui a característica de se agregar à fibra têxtil, fazendo a ponte entre as moléculas das fibras têxteis e o corante; a fixação com o mordente, no processo denominado mordentagem, usando o sulfato duplo de alumínio e potássio, também conhecido como pedra humes ou alúmen, que é um mineral à base de alumínio e potássio com a função adstringente para ajudar na fixação do corante aos tecidos; extração das substâncias tintórias, através de infusão alcoólica de sementes de Urucum (*Bixa Orellana*), rizomas do Açafrão da Terra (*Curcuma Longa*), bem como infusão aquosa das folhas de Crajiru (*Arabidea Chica*), casca e folhas de Goiabeira (*Psidium Guajava*), folhas de Cajueiro (*Anacardium Occidentale*), folhas de Mangueira (*Mangifera Indica*), Erva de passarinho (*Struthanthus spp*), cascas de Cebola (*Allium Cepa*), casca do fruto de Romã (*Punica Granatum*), borra de Café (*Coffea Arábica*), caroço do Abacate (*Persea Americana*), folhas de Sara Tudo (*Justicia Acuminatissima*) e a serragem do cerne de Pau-Brasil (*Caesalpinia Echinata*) para o tingimento nos tecidos; aumento da cartela de cores usando modificadores como o ácido cítrico, o sulfato ferroso e o bicarbonato de sódio e a finalização da peça, confeccionando camisetas, bolsas, lenços, cintos e echarpes para venda. Apesar do Pau-Brasil não ser uma espécie nativa da Amazônia, foi utilizada no curso para que as alunas tivessem contato com uma fonte de corante natural vermelha que de tão explorada foi levada à extinção. Por isso ao utilizarmos as matérias primas temos o dever de usá-las de maneira consciente, dando prioridade às que seriam descartadas e folhas que caem no chão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dez (10) alunas estiveram presentes em todas as aulas do curso. Para que as aulas não fossem cansativas e monótonas, as aulas foram intercaladas entre teoria e prática no mesmo dia, durante todo o curso. O primeiro momento foi de apresentação e acolhimento das alunas e apresentação do *Campus* e do Laboratório, para que as mesmas pudessem se sentir parte integrante do Instituto Federal. Cada aluna recebeu uma *ecobag* em tecido de algodão cru e tingida naturalmente com as plantas e os solos da Amazônia, (Figura 1).

Figura 1- Alunas com as *ecobags* contendo o material do curso



Fonte: Próprio autor, 2021.

Dentro dessa bolsa havia uma apostila contendo todo o conteúdo teórico e prático do curso, um caderno, lápis, borracha, caneta, lápis de cera colorido, avental, máscaras e luvas, bem como os retalhos de tecidos já cortados. Em todas as manhãs de sábados foram oferecidos um delicioso café da manhã e bate papo informal, às vezes com uma roda de viola e brincadeiras didáticas, como mostra a

Figura 2- Momento de descontração



Fonte: Próprio autor, 2021.

Após o acolhimento as alunas se locomoviam para o interior do laboratório e a aula era iniciada. Os primeiros testes foram realizados em retalhos de tecidos de algodão cru cortados em tamanhos de 20 X 20 cm e lavados com detergente preparado pelas próprias alunas, que consistiu em ralar uma barra de sabão neutro e dissolvê-la em 3 litros de água quente e armazenada para futuras lavagens. A utilização do detergente neutro para a purga dos tecidos é de 100mL de sabão líquido para cada 400g de tecido seco. Para isso, os tecidos secos foram pesados em balança analítica e anotado o peso em caderno, onde as alunas puderam rememorar os cálculos matemáticos de regra de três simples, aprendido no Ensino Fundamental, e viram a utilidade dessa ferramenta de muita importância para toda e qualquer ciência. Os tecidos foram colocados de molho em água suficiente para cobri-los e adicionou-se a quantidade já calculada de sabão neutro, permanecendo de molho por no mínimo uma hora. Enquanto a lavagem ocorria a parte teórica era apresentada na forma de slides e quadro branco com pincel. Após a lavagem ou purga dos tecidos, eles foram enxaguados e colocados no molho do chá do pré-mordente, que consistiu em uma infusão aquosa de folhas de erva de passarinho, a 70 graus Célsius, utilizando as folhas já lavadas em uma quantidade de água

suficiente para deixar os tecidos confortáveis em uma bacia, sem dobras, utilizando uma quantidade de folhas suficientes para o preparo de um chá bem forte dessa fonte rica em tanino. Os tecidos foram mergulhados nesse chá por 24 horas. Após esse período os tecidos foram enxaguados rapidamente em água corrente e colocados para secar à sombra até a próxima etapa. A Figura 3 mostra algumas alunas preparando o sabão neutro, utilizado na purga dos tecidos.

Figura 3- Preparo do Sabão Neutro



Fonte: Próprio autor, 2021.

Após a pré-mordentagem, que consiste no tratamento das fibras têxteis com uma fonte de tanino, os tecidos foram colocados no molho de fixador (mordentagem), o qual foi feito utilizando uma quantidade de 15% de alúmen em relação ao peso seco do tecido, dissolvidos em água a 70 graus Célsius, medido com o auxílio de um termômetro. Os tecidos ficaram de molho nessa solução por 24 horas. Após esse período, foram levemente enxaguados e postos para secarem à sombra. Logo após os processos de purga, pré-mordentagem e mordentagem, propriamente dita, os tecidos foram tingidos com as várias matérias-primas descritas anteriormente, fazendo-se um chá forte de folhas frescas e picadas, aquecidas a 70 graus Célsius, onde os tecidos ficaram de molho por 24 horas. A Figura 4 mostra o preparo da matéria prima tintória.

Figura 4- Preparo da matéria prima para o tingimento



Fonte: Próprio autor, 2021.

Após o tingimento, os tecidos foram cortados em 4 partes iguais e colocados nos modificadores de cor, obtendo-se 4 cores diferentes para cada matéria prima utilizada. Dessa forma foram obtidos uma enorme cartela de cores. Como exemplo pode-se citar o amarelo intenso da casca de cebola amarela, que quando colocada na solução de sulfato ferroso, adquiriu a coloração verde musgo, passando para um amarelo alaranjado com o uso da solução de ácido cítrico e amarelo claro quando utilizou-se a solução de bicarbonato de sódio. Vale ressaltar aqui, que todas essas soluções de modificadores de cor foram feitas adicionando-se em um béquer uma espátula de cada sal dissolvidos em 1 Litro de água destilada, em béquer separados e que essas soluções não agridem a fibra dos tecidos nem causam impacto ambiental quando descartados corretamente ao serem diluídas com água corrente. A serragem do cerne de pau Brasil foi adquirida do rejeito de uma fábrica de violinos, e sua coloração é vermelha intensa no algodão, mudando para roxo, na solução de sulfato ferroso, passando para uma coloração rosada no ácido cítrico e violeta na solução de bicarbonato de sódio. Os tecidos tingidos e com os modificadores de cor podem ser vistos na Figura 5.

Figura 5- Resultado dos Modificadores de cor

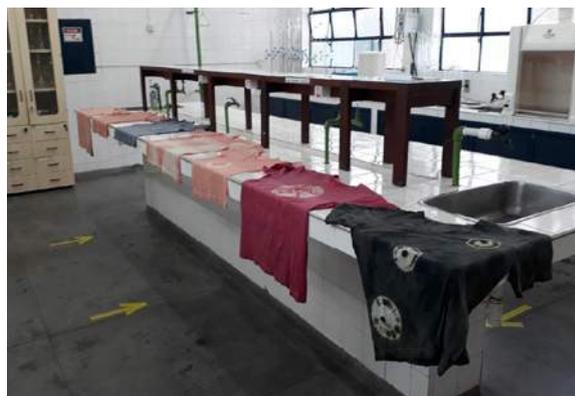


Fonte: Próprio autor, 2021.

Intercalados às aulas de tingimento natural, foram realizados a estamparia em camisas de malha de algodão pelo método da Impressão Botânica, método que consiste em deixar a impressão de folhas, flores, sementes e galhos nas fibras dos tecidos, conseguidas com preparo do tecido e das matérias prima, temperatura e pressão ideal. Foram ensinadas duas técnicas de Impressão. Uma utilizando a fixação com alúmen, nos tecidos (15%) do peso do tecido seco e deixando de molho por no mínimo uma hora a 70 graus Célsius. Espremeu-se o tecido para retirar o excesso de alúmen e começou a disposição das folhas, flores, sementes à gosto, no tecido aberto. Feito isso, enrolou-se o tecido e amarrou com barbante, de forma bem firme colocando em seguida em panela de cozimento à vapor, tampada por no mínimo uma hora e 30 minutos, utilizando o fogo de um bico de Bunsen. Após esse período, desligou-se o fogo, esperou-se resfriar e revelou a peça. Na outra metodologia de Impressão Botânica, o tecido a ser estampado passa ligeiramente por um banho na solução de sulfato ferroso a 7% em relação ao peso do tecido seco. Retira-se o excesso da solução apenas espremendo o tecido e logo depois fazendo-se a disposição da matéria prima a ser estampada. Enrolou-se o tecido e amarrou com barbante bem firme, adicionou-se na panela de cozimento, por no mínimo uma hora e 30 minutos em fogo de

Bico de Bunsen. Após esse tempo, desligou-se o fogo, esperou esfriar o tecido e abriu a peça. As cores obtidas por esse processo vão do marrom, cinza, verde, preto e tons de verde e azul. Ficam com uma coloração mais envelhecida, imitando os tecidos rústicos. As formas das plantas ficam bem nítidas na estampa. Já na Impressão com alúmen, as cores ficam mais claras e o fundo da peça não é tingida. São duas técnicas muito bonitas e dão resultados bem diferentes, proporcionando obter estampas e cores bem distintas, com a mesma matéria prima, o que possibilita agradar os mais diferentes gostos em cores e estampas. O resultado pode ser visto na Figura 6.

Figura 6- Camisas tingidas e estampadas



Fonte: Próprio autor, 2021.

Após a realização do curso houve duas feiras para que as alunas vendessem seus produtos, uma ocorreu no dia 10 de dezembro de 2021 no CMC, com a participação de Coral da Funarte, de Manaus, bem como dos dirigentes da Pró Reitoria e CMC e foi aberta para o público em geral e que ocorreu das 9 às 14 horas, por causa da pandemia causada pela COVID 19 e seguindo os protocolos de segurança (Figura 7).

Figura 7- Feira de Exposição no IFAM/CMC



Fonte: Próprio autor, 2021.

Outra exposição dos produtos ocorreu no dia 11 de dezembro de 2021 na Feira Expoagro, que ocorreu no Kartódromo da Vila Olímpica de Manaus, das 9 às 22 horas e contou com a presença de muitos visitantes no Stand do IFAM (Figura 8).

Figura 8- Exposição dos produtos na Expoagro



Fonte: Próprio autor, 2021.

Durante as duas exposições, houve uma excelente venda das peças e encomendadas novasevariadas peças. As alunas conseguiram obter lucro financeiro com a venda dos seus produtos, resultado do trabalho das 40 horas de dedicação ao curso, tiveram também noções de empreendedorismo e aprenderam a precificar seus produtos e a obter um preço justo na hora da venda, com uma boa margem de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarem esse curso as mulheres abriram um leque de possibilidades para iniciarem seu próprio negócio com a produção de roupas, peças e acessórios têxteis únicos e exclusivos e foram as pioneiras na técnica de Tingimento Natural e Impressão Botânica no Estado do Amazonas. Receberam o certificado do Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, com 100% de presença nas aulas, totalizando 40 horas aula, apreendendo teoria e prática de botânica, química e matemática o que as deixou com auto estima elevada e uma esperança para vencer os tempos difíceis causados pela pandemia e desemprego. Espera-se que mais consumidores entendam a grandeza do uso de roupas ecológicas que contribuam com a manutenção da vida na terra e comecem a usar roupas de tecidos naturais, tingidas e impressas naturalmente com corantes naturais que não causam danos ambientais e nem na saúde dos usuários. Desse projeto nascerá outros projetos que já estão sendo escritos, como o reaproveitamento dos chás utilizados após o tingimento, com uma técnica de reaproveitamento dos corantes naturais para a produção de corantes a serem usados em pinturas artísticas e em tecidos e paredes, fazendo com que as águas gastas no processo de tingimento seja reutilizada gerando economia de água e energia que valorizará ainda mais o uso dos consumidores conscientes.

Aqui ressaltamos também a importância de se abrirem as portas do Instituto para a comunidade, para que as pessoas possam ter acesso ao ensino de qualidade e ao leque de oportunidades que terão sendo alunas regulares dos cursos oferecidos pela Instituto, mostrando que o ensino é para todos.

Durante as manhãs de sábado houve muita troca de experiência, muita conversa e

aprendizado onde cada mulher participante pôde ser ouvida e contar sua experiência de vida, e suas expectativas e esperança por dias melhores. Uma das experiências que ficou muito marcada foi a de uma aluna que nos apresentou as folhas de Sara Tuto que libera uma cor lilás bem forte e que será matéria prima para estudos de solidez de cor nas próximas pesquisas. Essa troca de saberes foi muito valiosa durante todo o curso!

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró Reitoria de Extensão do IFAM pela abertura e apoio do Edital, e pela presença em algumas aulas, bem como a Diretoria de Extensão do CMC, na pessoa da professora Doutora Ana Lúcia Mendes, pelo apoio, grande ajuda, suporte e por acreditar no nosso trabalho. Ao Diretor do *Campus* Professor Dr Edson Valente pelo total apoio nas dependências do Instituto. Ao Chefe do Departamento de Química professor Dr Jean Dalmo, pelo apoio no Laboratório de Química.

Ao aluno do curso superior de Publicidade, Igor Cordovil pelo grande apoio na confecção da apostila, banners e todos as filmagem e registro das aulas e das feiras. Às alunas bolsistas do Curso Integrado em Química pela dedicação e compromisso com o curso e na contribuição na escrita da apostila e desse relato de experiência e nas aulas. E especialmente ao Professor Mestre Gyovanni Augusto Aguiar Ribeiro, meu esposo, que em plena atividade árdua do seu trabalho de doutorado cedeu seus sábados para ministrar, apoiar e acreditar nesse projeto e finalmente à todas as alunas do curso que foram comprometidas com o aprendizado e contribuíram para que o curso tivesse êxito e que tornaram as manhãs de sábados muito agradáveis e proveitosas e que enriqueceram toda a equipe com as trocas de saberes.

“Não existe beleza na roupa mais fina se gera morte e tristeza” Mahatma Gandhi.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Ministério da educação, Mulheres Mil: do sonho à realidade. Organização:** Stella Rosa; Brasília: Ministério da Educação, 2011. 420 p.

KAWAKAMI, H. **Tingimento Natural:** Técnicas para extrair pigmentos de plantas e flores. São Paulo, Vox Gráfica, 2020. 142 p.

MATTRICARIA, M, M. **Pesquisa da Flora Tintorial Brasileira** Disponível em: www.matricaria.com.br. Acesso em: 22 jun. 2021.

MONTEIRO, J. M. et al. **Taninos:** uma abordagem da química à ecologia. Química Nova, v. 28, n. 5, p. 892–896, out. 2005.

RODRIGUES, J. A. R. **Uso de corantes de origem natural para o tingimento de artigos têxteis de moda.** 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Têxtil e Moda) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIANA, Sérgio Wesner. **Programa mulheres mil:** a educação profissional contribuindo para a redução de desigualdade social e econômica das mulheres e seu resgate social. 2019, 150 pgs. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PODER DE COMPRA DO SALÁRIO-MÍNIMO EM MAUÉS 2020

Buying power of the minimum wage in Maués 2020

Messias Barbosa Ramos¹

Sayra Viana Ramos²

Resumo: O salário-mínimo é o padrão para pagamento de trabalhador contratado por empresas brasileiras. Esta informação é a motivação deste estudo, tendo o objetivo a verificação do poder de compra, em cestas básicas, do salário-mínimo em Maués. A metodologia consistiu em estudo de caso explicativo e se propôs a comparar o poder de compra do salário-mínimo em Maués com os preços da cesta básica dos institutos de pesquisas. A abordagem é quantitativa, pois coletou dados em supermercados da cidade para comparar o custo da cesta básica local com os valores publicados pelos institutos de pesquisa. As amostras foram coletadas em quatro supermercados. A planilha é o instrumento de coleta de dados. A análise de dados consistiu em dados primários inseridos em planilha eletrônica para gerar gráficos. A limitação consistiu na falta de produtos da cesta básica em algum momento. Nos resultados foi apurado o custo da cesta básica no município de Maués no período estudado, verificando o número possível de compras em cestas básicas com o salário-mínimo, identificando seu poder de compra no mercado local.

Palavras-chave: Salário-mínimo. Cesta básica. Maués.

Abstract: *The minimum wage is the standard for payment of workers hired by Brazilian companies. This information is the motivation for this study, with the objective of verifying the purchasing power, in food baskets, of the minimum wage in Maués. The methodology consisted of an explanatory case study and proposed to compare the purchasing power of the minimum wage in Maués with the prices of the basic basket from research institutes. The approach is quantitative because it collected data in supermarkets in the city to compare the cost of the local food basket with the values published by research institutes. Samples were collected in four supermarkets. The spreadsheet is the data collection instrument. Data analysis consisted of primary data entered into a spreadsheet to generate graphs. The limitation consisted in the lack of basic food basket products at some point. In the results, the cost of the basic food basket in the municipality of Maués in the period studied was calculated, verifying the possible number of purchases in basic food baskets with the minimum wage, identifying its purchasing power in the local market.*

Keywords: *Minimum wage. Basic basket. Maués.*

1 Mestre em Ambiente e Desenvolvimento. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Maués - IFAM/CMA. messias.ramos@ifam.edu.br

2 Técnica em Administração formada pelo Instituto Federal do Amazonas, Campus Maués - IFAM/CMA. sayravianaramos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O salário tem sido a política pública mais visível do governo para valorização do trabalho, a melhoria da qualidade de vida da população e a inserção do cidadão no mercado de consumo. Nesta circunstância está incluída a contratação formal de trabalhadores pelas empresas e, ainda, o recolhimento, a título de impostos, da contribuição previdenciária que é efetivada pelas organizações produtivas.

As diversas modalidades de remuneração, bem como a classificação em extratos sociais, determinam o desenho da sociedade atualmente. Há trabalhadores caracterizados como assalariados, os autônomos e os informais e todos têm no salário a principal fonte de recursos financeiros para o sustento dos seus. No entanto, a diversidade da formação dos núcleos familiares tem influência direta no uso do salário e suas benesses.

Reduzindo tais circunstâncias ao município de Maués/AM, surge o problema de pesquisa que permite questionar se o salário-mínimo - SM, que é o valor pago para 1/3 da população assalariada brasileira (GRAVAS e MOTODA, 2020), e que também é o valor de referência para os cálculos oficiais dos custos da cesta básica, é suficiente para a manutenção das famílias proporcionando o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988. Capetti e Almeida (2019) dão conta de que em 2018 mais da metade dos trabalhadores brasileiros recebiam menos que um SM ao mês. Ora, se o SM é o valor referência para o pagamento dos trabalhadores, é possível que este mesmo salário possa promover o bem-estar de uma família em Maués? Aliás, qual o poder de compra em cestas básicas, do SM em Maués?

A resposta a tais questionamentos passa pela hipótese de que o poder de compra do SM em Maués é diferente dos observados nas

publicações dos institutos de pesquisa devido a fatores como transporte de mercadorias vindas de outras cidades e estados, baixa produtividade da agricultura local e maior custo de mercadorias nas gôndolas dos supermercados.

Com a necessidade de delimitar o estudo e torná-lo pragmático quanto ao entendimento, o objetivo geral consiste em verificar qual o poder de compra, em cestas básicas, do SM em Maués comparando com a cesta básica dos institutos oficiais de pesquisa. Tendo nos objetivos específicos a necessidade de a) identificar quais são os itens da cesta básica publicados pelos institutos oficiais de pesquisa, b) verificar juntos ao mercado local os preços de cada produto da cesta básica e, c) comparar os valores da cesta básica local e nacional.

A pesquisa ocorre em função das características peculiares do município de Maués e seus habitantes, pois o poder de compra que o SM deve atender o que está definido no Art. 7º, IV da Constituição Federal de 1988:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV - salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

No entanto é notório que com o valor atual do SM muitas das necessidades do cidadão não são atendidas, seja pelo seu pouco valor, seja pela desvalorização ocasionada pela inflação. O estudo justifica-se na verificação do poder de compra do SM em Maués tendo como ponto de partida os produtos da cesta básica publicados pelos institutos oficiais que pesquisam esse tema, afinal comparar o

que enfatizam às pesquisas com a realidade e percepção da população sobre o assunto tem importância social para a definição de estratégias de políticas públicas voltadas para a promoção do bem viver do cidadão.

Em termos metodológicos este trabalho é explicativo, pois se propõe a comparar o poder de compra do SM em Maués com os preços da cesta básica pesquisada pelos institutos de pesquisas usados pelo governo federal para defini-lo. É um estudo de caso na medida em que o objeto de estudo é o sujeito da pesquisa que será realizada nos supermercados da cidade de Maués. Como abordagem, a pesquisa se pretende quantitativa, pois coletará dados em supermercados da cidade para comparar o custo da cesta básica local com os valores publicados pelos institutos de pesquisa.

Quanto ao sujeito da pesquisa o temos como o poder de compra do SM em Maués, visto que representa os ganhos de pelo menos 50% dos trabalhadores assalariados locais. Quanto a amostra, serão pesquisados os quatro supermercados da cidade com maior fluxo de pessoas que ao longo do texto denominamos de supermercado A, B, C e D.

Quanto ao instrumento de coleta de dados será utilizada planilha com os produtos da cesta básica listados para coleta de preços, da amostra, nos supermercados. A análise de dados se dará com dados primários inseridos em planilha eletrônica de onde serão extraídas informações quantitativas através de gráficos.

Dos fatores limitantes da pesquisa é possível prever a falta de produtos da cesta básica em algum momento, sendo que para resolver tal situação, o pesquisador fará nova visita em dia posterior para verificar se os produtos estão disponíveis e qual o preço de gôndola.

Quanto aos resultados espera-se apurar o custo da cesta básica no município de Maués no período estudado verificando o

número possível de comprar com o salário-mínimo identificando o poder de compra do SM no mercado local.

REFERENCIAL TEÓRICO

SALÁRIO

A ideia de salário tem origem com o Império Romano quando soldado do exército tinha direito a uma porção de sal como pagamento pelas atividades desenvolvidas. A conservação de alimentos era a principal finalidade do sal visto que não havia outras tecnologias que permitissem tal façanha. Em termos religiosos, o sal também tinha a conexão com a deusa da saúde, Salus, que era venerada pelos guerreiros e os protegiam nas batalhas.

A conexão do termo salário com a remuneração em troca do trabalho ocorre no séc. XIV ao mesmo tempo em que os feudos perdem força e surgem as nações-estados europeus. O capitalismo torna o salário a contraprestação pelo serviço de mão de obra contratadas com a finalidade de criar a mais-valia. Quando esse sistema ganhou o mundo, viu-se a necessidade de dar poder de compra para os trabalhadores (MATOS, 2018).

SALÁRIO-MÍNIMO

Historicamente a Austrália e a Nova Zelândia foram os primeiros países a adotar o SM. No Brasil, em meados da década de 30, através da Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do SM, sendo que o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, fixou os valores do SM, dividido por regiões e sub-regiões. Naquele momento o país tinha uma tabela com 14 valores distintos de salário-mínimo e cuja diferença entre o maior e o menor estava em 2,67 vezes (BARRINHA *et al*, 2016).

Com isso, o país tem a definição do primeiro SM da história, bem como as legislações mais contemporâneas que acompanham a realidade do trabalho ocasionado pelo início da industrialização. A tabela tinha o prazo de vigência de três anos permitindo ao governo fazer a recomposição periódica dos salários em função do consumo das famílias e reduzir a razão entre o maior e o menor valor que antes era de 2,67 e então passa a ser de 2,24 (BARRINHA *et al*, 2016).

Vargas, em 1951, reajusta os valores do SM com mais frequência para garantir a manutenção e elevação do seu poder de compra. No governo de João Goulart foram seis reajustes com intervalo de tempo menores, mas foi em julho de 1954, que ocorreu seu maior valor histórico.

Na década de 1960, as taxas de inflação dispararam ocasionando a derrocada do poder de compra dos salários. Logo no início da década, o aumento dos preços foi rápido e constante, saindo dos 30% registrados em 1960 para mais de 90% na variação dezembro/dezembro ao final de 1964 (MUNHOZ, 1997), o SM perdia poder de compra diante do constante aumento de preços dos produtos.

De 1975 a 1982, com os reajustes, o SM teve seu poder de compra restabelecido paulatinamente, tendo ganho real 30%. Já em 1979, os reajustes passaram a ser semestrais, e em valores que correspondiam a 110% da variação do INPC3 (MUNHOZ, 1997). A política de redução de diferenças entre os valores do maior para o menor salário, que em 1982 já eram somente três, e com a razão entre o maior e o menor salário no valor de 1,16, fez com que não somente o poder de compras fosse ampliado como reduziu as diferenças entre os salários dos trabalhadores.

As políticas salariais a partir de 1983 em conjunto com planos econômicos de estabilização e o crescimento da inflação levaram a perdas no poder de compra do

salário-mínimo novamente. Entre 1982 e 1990, o valor real do SM caiu 24%. Deve-se destacar ainda que em maio de 1984 o salário foi unificado no país (CIDADAOCONSUMIDOR, S/D, texto digital).

A partir de 1990, mesmo com altos índices de inflação, as políticas salariais foram capazes de garantir o poder de compra do salário-mínimo em 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC. Com o Plano Real, o SM teve ganhos reais ainda maiores, totalizando 28,3% entre 1994 e 1999. Neste mesmo período, considerando-se a relação do valor do SM e da cesta básica calculado pelo DIEESE4 na cidade de São Paulo, o crescimento foi de 56% (ADVFN, S/D).

Há duas conclusões importantes a destacar a partir dos dados que mostram a evolução histórica do salário-mínimo desde 1940. Em primeiro lugar, ao contrário de manifestações muito corriqueiras de que o poder de compra do salário-mínimo seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram que não houve perda significativa. Em segundo, foi com a estabilização dos preços a partir de 1994 que se consolidou a mais significativa recuperação do poder de compra do mínimo desde os anos 50 (ADVFN, S/D, texto digital).

SALÁRIO-MÍNIMO NO BRASIL

A Constituição Federal de 1934, previa, em seu artigo 121, parágrafo primeiro, alínea b, que “a lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. No parágrafo 1º está enfatizado que “a legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimam melhorar as condições do trabalhador”, sendo definido no inciso b) que o “salário-mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do

4 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

trabalhador” (BRASIL, 1934).

A Lei no 185, de 14-01-1936, instituiu 22 Comissões de Salário-Mínimo, compostas por 5 a 11 pessoas cada, tendo atribuições de estudar minuciosamente as características de cada região do País para fixar o valor dos Salários-Mínimos Regionais (BRASIL, 1936).

O Decreto-Lei no 399/1938, tem a finalidade de regulamentar a Lei nº 185/1936, determinando o pagamento do SM por região e sub-região, sem distinção de sexo, pelo seu trabalho, e deveria ser “capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (DECRETO-LEI 399, 1938).

Em maio de 1940, é publicado o Decreto-Lei no 2.162 (BRASIL, 1940) que instituiu o SM, entrando em vigor em julho, distinguindo valores por região e sub-região do País, com tabelas específicas para os 14 SM diferentes, sendo o maior no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) e o menor 90\$000 (noventa mil réis), cuja relação entre eles era de 2,67, significando que o maior SM era 2,67 vezes maior que o menor salário.

Com a Constituição de 1988 ocorreu inovação na garantia dos direitos sociais, os quais, como já dito acima, foram considerados fundamentais. Enquanto o artigo 6º afirma que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição, o artigo 7º estabelece que os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social o SM, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder

aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. Além do que já garante o direito ao salário temos ainda a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo e a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável (BRASIL, 1988).

Ao longo do tempo o SM foi majorado para atualizar o poder de compra nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nos mandatos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro o SM sofreu apenas reposição da inflação.

SALÁRIO-MÍNIMO ATUAL

Começou a valer no dia 1º de janeiro o novo SM nacional, de R\$ 1.039,00 estabelecido pela Medida Provisória⁵ N° 919 (MP 919/2020), de 30 de janeiro de 2020, dispõe sobre o valor do SM a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2020, com efeitos sobre a folha de pagamentos dos aposentados, pensionistas e beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) estendido às empresas que têm a obrigação de majorar os salários de seus trabalhadores.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art.62 da constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei: art.1º a partir de 1º de Fevereiro de 2020, o salário mínimo será de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais). Parágrafo único. Em decorrência do disposto no **caput**, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$ 34,83 (trinta e quatro reais e oitenta centavos) e o valor horário, a R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos).

Este valor significou aumento de 4,7% em relação aos R\$ 998,00 vigentes ao longo do ano anterior, no entanto em mais de uma década, até 2019, o reajuste do SM anual foi determinado com base a inflação

⁵ Instrumento com força de lei que entra em vigor com sua publicação no Diário Oficial da União.

do ano anterior e o crescimento do PIB6 dos dois anos anteriores. Essa política de reajustes, chamada de Política de Valorização do Salário-Mínimo, foi criada no ano de 2006 e consistia na reposição de perdas inflacionária desde o último reajuste pelo INPC, permitindo aumento real de acordo com o crescimento do PIB referente ao ano anterior e antecipava gradativamente, a cada ano, a data de reajuste, até fixá-la em 1º de janeiro (RBA, 2019).

Porém, a partir do ano de 2020, o governo mudou o critério de aumento do SM atualizando o INPC de 2019 para fazer a correção, não havendo aumento real para aproximadamente 49 milhões de trabalhadores no país. São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são estados que têm piso regional superior ao salário-mínimo nacional.

INFLAÇÃO

Aceita por economistas de diversas matizes, a inflação consiste no aumento de preços comparado percentualmente com o aumento do SM, referindo-se ao crescimento de valores de um conjunto de bens e serviços em determinado período, ou seja, com o aumento da inflação e o não aumento do salário, o trabalhador perde poder de compra o que leva à redução de itens essenciais para o bem-estar da família e descumprindo o que estabelece a CF/887, desvalorizando o dinheiro.

Mises (2009, p. 61) enfatiza que:

Se o fornecimento de caviar fosse tão abundante quanto o fornecimento de batatas, o preço do caviar — ou seja, a relação de troca entre caviar e dinheiro ou caviar e outras mercadorias — mudaria consideravelmente. Nesse caso, pode-se obter caviar em um sacrifício muito menor do que é necessário

hoje. Da mesma forma, se a quantidade de dinheiro for aumentada, o poder de compra da unidade monetária diminui, e a quantidade de mercadorias que podem ser obtidas para uma unidade desse dinheiro também diminui. [...]

Isso se chama *inflação*.

Pena (S/D, texto digital) define no site brasile scola.com.br que as causas da inflação são três, a constar:

a) Quando há um descompasso entre a oferta e a procura

Quando a procura é muito maior do que a oferta de um determinado produto, o seu preço aumenta; quando é muito menor, seu preço diminui [...]

Do mesmo modo, quando a produção encontra algum tipo de problema a oferta diminui, enquanto a procura permanece igual ou maior, aumentando novamente os preços.

b) Aumento dos lucros privados

Quando uma empresa consegue o monopólio ou um amplo controle de um produto ou setor do comércio, ela passa a controlar a variação de preços nesse setor. Assim, como o objetivo principal do sistema capitalista é o lucro individual, os empresários dessa instituição vão procurar aumentar ao máximo os preços, haja vista que não há concorrência para forçar uma queda.

c) Aumento rápido dos custos de produção

Quando as empresas sofrem com um rápido aumento no custo da produção de suas mercadorias, seja com aumento repentino de salários, excesso de dívidas e aumento intensivo de impostos, elas tendem a repassar esse custo ao consumidor. Assim, novamente os preços elevam-se e a inflação sobe.

Embora a discussão sobre as causas da inflação se estenda por áreas amplas, cabe neste trabalho entender que o aumento de preços de produtos e serviços, seja devido ao aumento da matéria prima, dos custos de produção e vendas ou ainda pela política econômica dos governos, é certo o salário-mínimo quando sofre somente a reposição da inflação não garante a melhoria da qualidade de vida do trabalhador visto que, sem ganho real não há como incrementar o consumo de bens e serviços pela população, ocasionando

6 Produto Interno Bruto corresponde a riqueza gerada em um país ao longo de um ano.

7 Constituição Federal de 1988

a estagnação da economia e o aumento da inflação em um círculo danoso a todos.

INFLAÇÃO NO BRASIL

Para entender melhor o histórico da inflação no Brasil, é interessante visualizar o antes e o depois do plano real que foi elaborado e implantado em 1994. Vindo de uma década considerada por economistas como perdida, os anos 90 herdaram o descontrole inflacionário, a remarcação de preços, os gatilhos de preços e tentativas de controle que vão desde os fiscais de preços do Sarney, o confisco da poupança até mudanças de nomes de moedas ano após ano. Nos anos 1980 a moeda chamada Cruzeiro para o Plano Cruzado I e II, depois o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão todos sob o Governo Sarney, Planos Collor I e II, implantados com Fernando Collor e finalmente o Plano Real, no governo Itamar Franco que criou a URV⁸ e desta para o Real (ZORTÉA, 2015) que é a moeda atual, enfim foi possível reduzir a inflação para um dígito ao ano.

Observando os índices da inflação desde 1980, IGP-M9 e o IPCA, é possível entender como a URV que substituiu o Cruzeiro Real e serviu como moeda de transição para o Real, redefiniu e estabeleceu o controle da inflação, afinal desde 1980, os sinais de descontrole eram evidentes, por exemplo, naquele ano a variação anual do IPCA foi de 99,7%, demonstrando como seria a década de 1980. Em 1989 o IPCA chegou a 1.972,9% e em 1993 o índice foi a 2.477,5%.

Com o Plano Real a variação desse índice foi de 22,41% em 1995. Já em 1996, a variação registrada foi de 9,56% e em 1997 caiu para 5,22%. Em 2015, o IPCA ficou em 10,56%, controlando efetivamente a hiperinflação

⁸ Unidade Real de Valor foi artifício utilizado para dar paridade entre o cruzeiro que era moeda anterior e a moeda futura que é o real.

⁹ Índice Geral de Preços – Mercado.

que tanto marcou a década de 1980.

PODER DE COMPRA

Ao longo de determinado período conseguir continuar comprando produtos e serviços essenciais ao bem-estar da família com a mesma quantidade de dinheiro é o que caracteriza o poder de compra dos salários, no caso deste estudo, a capacidade de adquirir as mesmas coisas com o salário-mínimo. Reis (2018) afirma que o poder de compra da população está diretamente ligado à inflação do lugar onde ela mora, o que permite enfatizar que há “inflações” diferentes para regiões e até municípios diferentes. Quando a mesma quantidade de moeda compra mais produtos que anteriormente, então temos a deflação, que é caso raro no Brasil.

Bona (2020), acrescenta que o poder de compra é um conceito econômico que diz respeito à capacidade de adquirir um bem ou serviço com uma determinada quantidade de dinheiro, segundo ele, esse valor tem laços estreitos com a inflação do lugar onde o sujeito mora. O poder de compra é definido pelas diretrizes para a inflação que são determinadas pelo BCB10 que são as metas de inflação. No entanto, a valorização do dólar que é a principal moeda estrangeira vendida no Brasil, a exportação reduzindo a quantidade de produtos ofertados internamente e a importação podem afetar o poder de compras.

CESTA BÁSICA

Consumir é uma necessidade humana que tem resultados na saúde, no bem-estar físico e mental e que corresponde a uma certa quantidade de produtos por unidade familiar ao longo de um mês. Desta situação surge a ideia de estabelecer uma quantidade mínima de alimentos que atendam ao trabalhador.

¹⁰ Banco Central do Brasil.

Com a criação do SM para os trabalhadores foi preciso estabelecer critérios para se chegar a um valor que atendesse suas mínimas necessidades, logo foi feito um rol de alimentos que pudessem atendê-las, o que deu base para seu cálculo. Eis que surge a cesta básica de alimentos.

O DIEESE (2016) aprimorou a lista de alimentos considerando os costumes alimentares por região do país, pois a variação da lista ocorre não somente pela diversidade de produtos como pelas diferenças de preços. A investigação ocorre nas 27 capitais do Brasil. Considera os gastos médios mensais das famílias de um a três salários-mínimos e os locais onde estas adquirem os produtos da cesta básica. Consideram a família composta por dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem como um adulto.

A lei nº 6321/1976 (BRASIL, 1976), estabelece o PAT11 cuja finalidade é atender trabalhadores de baixa renda com condições, ou seja, a cesta básica é usada pelo campo da economia para nomear um conjunto de produtos e serviços considerados essenciais para a subsistência e o bem-estar de uma família. Estão inclusos a alimentação, saúde, educação e cultura. Caso a cesta básica seja de R\$ 500, por exemplo, a família deverá ter rendimentos a partir desse valor, caso contrário não terá acesso a bens e serviços essenciais para a sobrevivência levando-os à indigência e à fome.

CESTA BÁSICA POR REGIÃO

Conforme estabelecido na Lei nº 185/1936 que definiu comissões para estabelecer o salário-mínimo regional a partir dos produtos e serviços para compor a cesta básica regional, o DIEESE a estabeleceu, através do método de regionalização de produtos e serviços (TABELA 1).

Tabela 1: Itens da cesta básica por região

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6kg	4,5kg	6,6kg	6kg
Leite	7,5l	6l	7,5l	15l
Feijão	4,5kg	4,5kg	4,5	4,5kg
Arroz	3kg	3,6kg	3kg	3kg
Farinha	1,5kg	3kg	1,5kg	1,5kg
Batata	6kg	-	6kg	6kg
Legumes (tomate)	9kg	12kg	9kg	9kg
Pão francês	6kg	6kg	6kg	6kg
Café em pó	600g	300g	600g	600g
Frutas	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid.
Açúcar	3kg	3kg	3kg	3kg
Banha/óleo	750g	750g	900g	1,5kg
Mateiga	750g	750g	750	900g

Fonte: Adaptado DIEESE, 2016.

Na região 2, que corresponde ao norte e nordeste, há itens que não são consumidos pelos moradores seja pela falta de produtos na localidade ou pela falta de hábito em consumi-los sendo substituídos por produtos regionais como é o caso da cebola, do alho, do tomate e da batata, no entanto, embora não constem da tabela do DIEESE, não significa que atualmente não sejam consumidos. As marcações com "x" indicam os produtos que compõe cada cesta básica por região (TABELA 2).

Tabela 2: Cesta básica por região conforme DIEESE-2016

Produtos/Região	SE	NO/NE	S/CO
Arroz	X	X	X
Açúcar	X	X	X
Feijão	X	X	X
Macarrão	X	X	X
Café	X	X	X
Leite	X	X	X

11 Programa de Alimentação do Trabalhador.

Farinha/farofa	X	X	-
Pão	X	-	X
Manteiga/margarina	X	X	X
Óleo	X	X	X
Banana	X	X	-
Tomate	X	-	X
Cebola	-	-	X
Alho	-	-	X
Batata	X	-	X
Carne	X	X	X
Frango	-	X	X
Salsicha	-	X	X

Fonte: Adaptado de DIEESE, 2016.

CESTA BÁSICA NO AMAZONAS E EM MAUÉS

A partir da composição da cesta básica da região norte foi possível determinar os produtos que a compõe tanto para o estado do Amazonas quanto para o município de Maués. Certamente é uma inovação na cesta básica local, no entanto, ao longo da pesquisa foi necessário entender quais os principais produtos consumidos pela população maueense. Determinar quais os produtos, segue tanto a metodologia do DIEESE quanto a Lei 185/1936. Para melhor compreensão foi definido que a classificação seria feita considerando as três principais categorias de consumo das famílias: alimentação, limpeza e higiene (TABELA 3).

Tabela 3: Cesta básica no Amazonas e em Maués.

Itens	Amazonas	Maués
Alimentação		
Arroz	X	X
Feijão	X	X
Café	X	X
Farinha de trigo sem fermento	X	X
Farinha de mandioca	X	X
Batata	X	X
Cebola	X	X
Alho	X	X
Ovo	X	X

Margarina	X	X
Extrato de tomate	X	X
Óleo de soja	X	X
Leite em pó	X	X
Macarrão	X	X
Biscoite cream cracker	X	X
Carne	X	X
Peixe	X	-
Frango	X	X
Salsicha	X	X
Linguiça	X	-
Queijo muçarela	X	-
Limpeza		
Sabão em pó	X	X
Sabão em barra	X	X
Água sanitária	X	X
Detergente líquido	X	X
Higiene		
Papel higiênico	X	X
Creme dental	X	X
Sabonete	X	X
Desodorante	X	X

Fonte: Próprio autor, 2020

METODOLOGIA

A metodologia consiste em estudo de caso tendo o salário-mínimo como objeto de estudo e o sujeito da pesquisa; é explicativo e se propõe a comparar o poder de compra do salário-mínimo em Maués com os preços da cesta básica dos institutos de pesquisas. A abordagem é quantitativa, pois coletará dados em supermercados da cidade para comparar o custo da cesta básica local com os valores publicados pelos institutos de pesquisa. As amostras foram coletadas em quatro supermercados com maior fluxo de pessoas A, B, C e D. A planilha com produtos da cesta básica é o instrumento de coleta de dados. A análise de dados consistiu em dados primários inseridos em planilha eletrônica para gerar gráficos. A limitação consiste na falta de produtos da cesta básica em algum

momento sendo que o pesquisador fará nova visita em dia marcado para verificar se os produtos estão disponíveis e qual o preço de gôndola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 21 e 23 de novembro de 2020 nos quatro maiores supermercados da cidade, estes denominados como supermercados A, B, C e D para fins de melhor compreensão e resguardar as organizações. Os itens pesquisados estão listados abaixo (TABELA 4).

Tabela 4: Pesquisa de preços de itens da cesta básica em Maués

Supermercado						
Itens	Unid	A	B	C	D	Média
Alimentação						
Arroz 1kg	4kg	5,25	4,90	4,85	6,50	5,375
Feijão 1kg	3kg	9,00	6,99	8,00	7,95	7,985
Açúcar 1kg	4kg	3,00	2,72	2,65	3,50	2,97
Café 250g	750g	4,40	4,75	4,95	5,95	5,012
Farinha de trigo 1kg	2kg	3,90	3,50	3,80	5,50	4,175
Farinha de mandioca 1kg	6 l	5,00	30,00	30,00	30,00	7,50
Batata kg	1kg	5,50	5,90	6,00	3,50	5,225
Cebola kg	1kg	4,00	5,90	3,95	4,95	4,70
Alho kg	100g	25,00	23,90	26,20	21,50	24,15
Forma de Ovo	1 cartela	12,00	11,00	9,50	0	8,125
Manteiga/margarina 250g	1kg	2,70	2,50	2,50	3,75	2,863

Extrato de tomate 340g	680g	2,00	1,90	2,50	2,25	2,163
Óleo de soja 900ml	3,6 l	7,49	7,90	0	6,95	5,585
Leite em pó 400g	1,6kg	12,49	11,90	12,35	13,5	12,56
Macarrão 500g	1,5kg	4,24	2,75	2,75	3,5	3,31
Cream Crack 400g	800g	4,00	3,50	3,40	4,25	3,788
Frango kg	3kg	8,80	7,70	7,70	8,90	8,275
Salsicha kg	300	12,50	9,00	10,80	18,90	12,80
Carne	4,5kg	0	0	0	0	0
Limpeza						
Sabão em pó 1kg	3kg	7,00	5,90	5,10	7,50	6,375
Sabão em barra 200g	800g	1,80	1,25	1,25	1,25	1,388
Água Sanitária 1L	3 l	2,20	3,00	1,90	3,50	2,65
Detergente 500ml	2 l	4,70	5,75	5,6	4,75	5,20
Higiene						
Papel Higiênico 4unid	2 pct	3,24	2,25	2,25	3,50	2,81
Creme dental 90g	360g	3,50	3,99	3,45	3,50	3,61
Sabonete 90g	270g	1,40	1,50	1,70	0	1,15
Desodorante 90ml	180ml	10,44	7,99	12,70	12,50	10,90

Desodorante Rolo 50g	100g	5,24	0	4,60	8,50	4,585
----------------------	------	------	---	------	------	-------

Fonte: Próprio autor, 2020

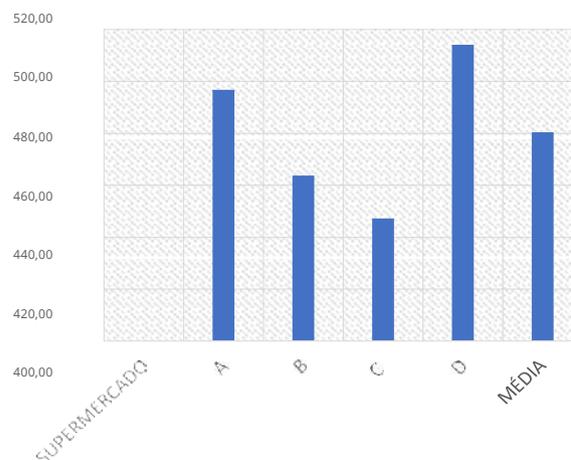
A aferição do preço da carne não foi possível nos supermercados da amostra de estudos, pois estes ofertam produtos importados de outros estados que chegam à cidade com preços muito acima dos valores obtidos nos açougues. A solução para esta desconformidade foi consultar os açougues considerando a carne moída, que em linguagem regional é conhecida como picadinho. O preço do quilograma da carne moída está em R\$ 27 nos açougues pesquisados, revelando um tabelamento de preços para este produto e possível cartelização. Dessa forma foi acrescentado ao custo final o valor de R\$ 121,50 gastos com a compra de carne.

A constatação sobre os preços dos produtos da cesta básica revelados na tabela acima, sem o preço da carne moída inserido, consiste em uma diferença substancial quando comparados os supermercados C e D, por exemplo. O comércio C, apresenta o menor custo enquanto o D apresenta o maior custo e essa diferença está em R\$ 66,96 o que permitiria comprar alguns outros itens necessários às famílias ou utilizar deste valor na compra de uma bem durável.

A diferença entre os supermercados com os menores preços, C e B está em R\$ 16,57 que equivale a pouco mais de três litros de gasolina que era de R\$ 5. Já a diferença C e A estava em R\$ 49,56 sendo um valor substancial quando se trata do poder de compra do salário-mínimo no município de Maués. Tais números demonstram que mesmo com localização próxima essas diferenças são substanciais, no entanto os motivos para que sejam explicadas perpassam por várias hipóteses que não são

objetos deste estudo (GRÁFICO 1).

Gráfico 1: Custo da cesta básica nos supermercados em Maués



Fonte: Próprio autor, 2020

O custo médio da cesta básica em Maués, representado neste gráfico, considerando o preço da carne moída, a opção por essa carne se deu em virtude de ser a mais barata e com consumo considerável localmente, foi pesquisado nos açougues fora dos supermercados, tem a média R\$ 480,28 equivalendo a 45,96% do salário-mínimo. Quando comparado a média no Brasil, segundo Veríssimo (2020), o Dieese estima que em outubro de 2020, o valor da cesta básica era maior que meio salário-mínimo e em novembro a média nacional ficou em R\$ 541,73 o que equivale a 54,17% do salário-mínimo, ou seja, aparentemente o custo dos produtos da cesta básica em Maués embora seja menor que a média nacional, ainda assim representa um percentual elevado da renda para custear as necessidades elementares das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O custo de vida do brasileiro apresentou melhoria ao longo da primeira década dos anos 2000 com os ganhos reais do valor do SM representado pela política de valorização desenvolvida por políticas públicas de

geração de emprego e renda e pelo acesso das classes mais pobres à universidade e à escolarização.

Os ganhos reais produziram uma massa maior de consumidores de produtos duráveis e de serviços como tv a cabo, aumento do consumo de energia e melhoria da qualidade alimentar das famílias brasileiras sendo possível acrescentar itens antes improváveis no prato do cidadão. No interior do Amazonas a quantidade de produtos alimentícios, de higiene e limpeza foram introduzidos na cesta básica, embora não previstos no Decreto-Lei nº 399/1938, para adequação às necessidades locais.

Com isso o resultado deste trabalho permite afirmar que o custo da cesta básica em Maués está abaixo da média nacional equivalendo a menos da metade do salário-mínimo, no entanto não significa que os rendimentos, conforme a Medida Provisória 919/2020, sejam suficientes para a manutenção de uma família de acordo com o que estabelece a CF/88. Porém, discutir outros temas que envolvem os ganhos dos trabalhadores não é o objetivo desta pesquisa, o que, de forma alguma, proíbe abordagens para melhor apreciação de tema tão interessante e polêmico.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas *campus* Maués pelo suporte e estrutura.

REFERÊNCIAS

ADVFN. **Evolução do salário-mínimo no Brasil.** Disponível em: <https://br.advfn.com/indicadores/salario-minimo/evolucao> . Acesso em 15 dez. 2020.

BARRINHA, Roselaine Navarro; CRUZ SOUZA, Edicleia Lopes da; ORIDE, Marco Antonio F.; STOFFEL, Jaime Antonio. **A maximização**

da satisfação familiar: o caso dos trabalhadores residentes em Curitiba e Francisco Beltrão, no Paraná. 8º ECAECO. Realizado em 04 a 06 de outubro de 2016 em Centro e Convenções Ponta Porã/MS. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/article/viewFile/3224/4228>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936. Institui as comissões do salário mínimo.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Todo%20trabalhador%20tem%20direito,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico> . Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 399. Aprova o regulamento para execução da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as comissões do salário-mínimo.** Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1938 - vol. 002]

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em 14 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm . Acesso em 15 dez. 2020.

BONA, André. **O que é poder de compra? Saiba mais sobre ele!** Economia. Publicado em 20/fev. 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/o-que-e-poder-de-compra-saiba-mais-sobre-ele/> . Acesso em: 15 dez. 20200.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Publicada medida provisória que eleva o salário mínimo de R\$ 1.039 para R\$ 1.045 em 2020.** Trabalho, previdência e assistência. Publicado em 31/01/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/633181-PUBLICADA->

MEDIDA-PROVISORIA-QUE-ELEVA-SALARIO-MINIMO-PARA-R\$-1.045-EM-2020 . Acesso em 15 dez. 2020.

CAPETTI, Pedro; ALMEIDA, Cássia. **Mais da metade dos trabalhadores brasileiros têm renda menor que um salário mínimo.** Jornal O Globo de 16/10/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mais-da-metade-dos-trabalhadores-brasileiros-tem-renda-menor-que-um-salario-minimo-24020453> . Acesso em: 14 out. 2020.

CIDADAOCONSUMIDOR. **Salário mínimo.** Disponível em: <https://www.cidadaoconsumidor.com.br/direito/24/salario-minimo> . Acesso em: 15 dez. 2020.

DIEESE. **Metodologia da pesquisa nacional da cesta básica de alimentos janeiro 2016.** Publicado em 15 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> . Acesso em 09 dez. 2020.

GRAVAS, Lucas; MOTODA, Érika. **Cresce número de trabalhadores que ganham no máximo um salário mínimo.** Jornal O Estado de São Paulo, 03/02/2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/03/cresce-numero-de-trabalhadores-que-ganham-no-maximo-um-salario-minimo.htm> . Acesso em 14 out. 2020.

MATOS, Karina. **Conheça a origem da palavra salário na história, seu significado e o conceito atual.** Publicado em 20 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.salario.com.br/trabalhista/origem-e-conceito-de-salario/>. Acesso em: 08 dez. 2020.

MISES, Ludwig von. **As seis lições:** tradução de Maria Luiza Borges – 7ª edição – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MUNHOZ, Decio Garcia. **Inflação brasileira os ensinamentos desde a crise dos anos 30.** ECONOMIA CONTEMPORÂNEA Nº 1 JAN.-JUN. DE 1997.

PENA, Rodolfo F. Alves. **“O que é inflação?”;** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-inflacao.htm> . Acesso em: 15 dez. 2020.

REIS, Tiago. **Economia. Poder de compra: saiba o que pode influenciar no valor.** Suno artigos. Publicado em 13/12/2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/poder-de-compra/> . Acesso em: 15 dez. 2020.

VERÍSSIMO, Isabela. **Cesta básica tem custo superior a meio salário-mínimo em outubro.** Portal Terra – economia. Publicado em 09 de nov. de 2020. Disponível em: <https://fdr.com.br/2020/11/09/cesta-basica-tem-custo-superior-a-meio-salario-minimo-em-outubro/> . Acesso em 15 dez. 2020.

ZORTÉA, Cristiano. **Análise dos planos econômicos brasileiro: fracassos e sucessos. 2015.** 60 folhas. Trabalho de conclusão de graduação. Área de concentração: Economia. – UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/140372>. Acesso em 15 dez. 2020.



AS RELAÇÕES DO ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

STATE RELATIONS AND THIRD SECTOR ORGANIZATIONS

Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi¹
Allan Augusto Maciel dos Santos²
Maria Jordanna de Souza Barbosa³
Iracema Ramos Martins⁴

Resumo: As relações do Estado com a Sociedade são clássicas e atuais e a necessidade de desvendar o surgimento do Estado e as diferenças entre a sociedade de iguais e a sociedade de desiguais. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as Relações entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor, dentro de um cenário neoliberal. Quanto à operacionalização deste estudo, a Metodologia está baseada em uma revisão da bibliografia descritiva, em periódicos e manuscritos, publicados entre os anos de 2010 e 2020. Neste estudo verificamos que o Terceiro Setor passa a assumir o papel de mediador entre o Estado e o setor privado, uma vez que as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuam na sociedade, onde o Estado não consegue atuar, ou onde se omite em atuar. Os resultados obtidos contribuem para aumentar o conhecimento da temática, que uma vez apoiada na literatura, aponta desafios dessa tipologia de parceria, que estão relacionados principalmente à estabilidade da política social, das parcerias e gestão de pessoas. A conclusão a que chegamos leva-nos a admitir que o Terceiro Setor é uma atividade irreversível e atua como o setor privado, mas com recursos geralmente do Estado e que recebe as responsabilidades sociais que antes eram obrigações do Estado. Consideramos que o Terceiro Setor foi ampliado com total descontrole e que precisa ser monitorado e controlado pelo Estado, principalmente nos casos em que recebe recursos deste Setor, resultado dos impostos pagos pela sociedade.

Palavras-Chave: Estado. Terceiro Setor. Sociedade.

Abstract: *The relations between the State and Society are classic and current and the need to unravel the emergence of the State and the differences between the society of equals and the society of unequals. This research aims to analyze the Relations between the State and Third Sector Organizations, within a neoliberal scenario. As for the operationalization of this study, the Methodology is based on a review of the descriptive literature, in journals and manuscripts, published between the years 2010 and 2020. In this study we found that the Third Sector starts to assume the role of mediator between*

1 Mestre em Engenharia da Produção. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. hkendy@ifam.edu.br

2 Discente do Curso Técnico em Administração. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. allanaugustom@gmail.com

3 Discente do Curso Técnico em Administração. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. souzajordanna12@gmail.com

4 Mestra em Letras. Docente de Língua Portuguesa. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. iracema@ifam.edu.br



the State and the private sector, since Civil Society Organizations of Public Interest - OSCIP, act in society, where the State cannot act, or where it fails to act. The results obtained contribute to increase the knowledge of the subject, which, once supported by the literature, points out challenges of this typology of partnership, which are mainly related to the stability of social policy, partnerships and people management. The conclusion we reached leads us to admit that the Third Sector is an irreversible activity and acts like the private sector, but with resources usually from the State and that it receives social responsibilities that were previously State obligations. We consider that the Third Sector was expanded with total lack of control and that it needs to be monitored and controlled by the State, especially in cases where it receives resources from this Sector, as a result of taxes paid by society.

Keywords: State. Third Sector. Society.

INTRODUÇÃO

A participação social da gestão de políticas públicas se constitui de temática relevante no que tange à administração pública, pois a diversidade de experiências e proposições para a democratização das tomadas de decisões é fundamental para a efetivação das políticas públicas e operacionalização dos recursos públicos (KREUZ, 2018; SOUZA, MACHADO, 2018).

Dentre as alternativas às práticas tradicionais autoritárias e centralizadoras do Estado, Mazetto (2015) afirma que é necessário analisar o conceito de políticas públicas no contexto do Estado contemporâneo, sob o pressuposto de que esses são elementos fundamentais para que se compreenda a legitimidade da participação popular em todo o processo de administração e consolidação dos direitos fundamentais sociais e da democracia, tal como se compreende na atualidade, em especial para a realização das melhores escolhas que viabilizem a efetividade da ação estatal e o atendimento das demandas pertinentes aos direitos sociais.

No Brasil, notadamente a partir da década de 1990, o Terceiro Setor assume uma importância maior no cenário nacional, por optar por políticas mais liberais. As ações da administração pública federal passaram a reconhecer que essas organizações possuem formas diferenciadas de enfrentamento das questões sociais (WEBERING, 2019; CAETANO, 2008; LACRUZ, 2020).

A partir do grande crescimento destas organizações, fez-se necessário o desenvolvimento de estudos científicos que mensurem os impactos para a sociedade na relação do Estado e o Terceiro Setor, buscando compreender o surgimento de elevadas expectativas de fomentos contrastando com a baixa capacidade de continuidade de determinadas organizações. Ao mesmo

tempo em que ocorre esse fortalecimento das organizações do Terceiro Setor, os recursos financeiros ficavam cada vez mais escassos, ocasionados tanto pela diminuição de financiamentos internacionais, como pelo aumento da concorrência por fundos.

As relações entre Estado e Sociedade são elucidadas por Bedin, Leves e Zimmermann (2020). Quando os autores versam sobre as decisões participativas do poder público, pois, há um tempo, a comunidade foi deixada de lado nesse processo político-social tão importante para a concretização do Bem-Estar Social. O que se percebe de fato é que algumas coisas se inverteram, pois a população deixou a cargo dos governantes as decisões que implicam em toda a sociedade, positivamente ou negativamente.

Atualmente, acredita-se que as tomadas de decisões sobre políticas públicas são de responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade como um todo. Com relação a essa questão, buscaram-se analisar os principais desafios nas parcerias entre Estado e organizações do terceiro setor, desenvolvendo-se, para isso, um marco conceitual a respeito da crise do Estado de Bem-Estar Social Keynesiano e do campo das parcerias intersetoriais, repleta de dilemas (VERAS, 2018).

Desta forma, o Terceiro Setor foi se ampliando sem que este termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes do universo que abrange. Por isso, muitas vezes é confundido, por sinonímia, com a nomenclatura econômica e considerado uma extensão do setor de serviços, denominado de terciário, no modelo clássico de categorização das formas de produção na economia capitalista (OLIVEIRA, 2018).

Para tanto, temos por objetivo analisar as perspectivas de construção de novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade e, para atingir esse objetivo, procuramos

traçar uma trajetória histórica da formação do Terceiro Setor, buscando identificar os instrumentos necessários para garantir o controle social na gestão dos bens e recursos públicos e, por fim, analisar as principais formas de participação popular no processo de gestão e caracterização das organizações do Estado e do Terceiro Setor.

REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica deste estudo incorporou dois tópicos principais, a literatura sobre as Relações entre Estado e as Organizações do Terceiro Setor e a sua relevância para a pesquisa científica.

Sociedade Civil Organizada

A sociedade civil está organizada em setores conforme a classificação de Standler (2011), onde o Primeiro Setor é aquele denominado de iniciativa pública, o Estado, o qual proporciona os serviços básicos e elementares para a vida em sociedade como: educação, transporte, habitação e saúde, este setor é denominado de Estado. O Segundo Setor, é formado pelo setor privado da economia, são as empresas que visam ao lucro, divididas em Empresas Individuais, Sociedades Anônimas e Sociedade Limitada e por fim, o Terceiro Setor, que são as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, que são caracterizadas por instituições que não fazem parte do Governo nem possuem fins lucrativos.

O Estado

Os objetivos de atuação do Estado são concretizados pela operacionalização da Gestão Pública, através de um conjunto de órgão e entidades que se responsabilizam por essa tarefa, imbuídos de traçar planos de ação do Estado. Os órgãos administrativos são responsáveis por colocá-los em prática e ao instituir competências, este órgão

nomeiam servidores, celebram contratos, adquirem e administram bens e atividades tipicamente administrativas necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública. (CHAVES; ALBUQUERQUE, 2019).

Segundo Tenório (2015) cabe ao primeiro setor, a solução para os problemas sociais, seja de forma direta, através da Gestão Pública ou pelas ações intermediárias de fomento e apoio ao Terceiro Setor. Estas particularidades e tratamento diferenciado do Estado para com as OCIPS estão assegurados pela Constituição Brasileira de 1988, que normatizam as atividades e o papel desempenhado pelo setor filantrópico em face das políticas sociais, tendo como destaque a área da saúde, assistência social e educação (BOBBIO, 2003).

Sob outra perspectiva, para a constituição e manutenção destas instituições, é necessário o engajamento de lideranças sociais e a participação ativa dos cidadãos, no que tange à participação administrativa. Pois é através do terceiro setor que este novo cenário organizacional do Estado terá capacidade de se desenvolver.

Se para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OCIPS, o apoio do Estado é importante, para o Estado esta parceria é fundamental, pois a assistência às comunidades e minorias torna-se efetiva, uma vez que as OCIPS se assemelham-se com o setor privado, preservando o sentimento de cooperação e ajuda mútua, possuindo uma maior eficiência gerencial (SANTOS, 1999).

Terceiro Setor

As OCIPS exercem atividades públicas, porém desenvolvidas pelo setor privado, orientadas por valores que buscam uma missão de proteção social, tendo como taxonomia uma derivação de uma conjugação entre as finalidades do primeiro setor - Estado e a metodologia do segundo setor -

Mercado (AVENI, et al. 2018; CABRAL, 2007), pois neste entendimento “O Terceiro Setor é composto por organizações que visam a benefícios coletivos e não sejam integrantes do governo nem de natureza privada, embora não objetivem auferir lucros”. (SILVA; AGUIAR, 2011, p. 3).

Uma das principais frentes de ações e trabalhos desenvolvidos pelas instituições do Terceiro Setor são as ações sociais voltadas para os estratos mais carentes da população, que se apoiam em um modelo importado pelas casas de Misericórdias portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, tendo como patronos em geral homens ricos, que destinam parte de seus bens às doações em forma de propriedade ou dinheiro, a exemplo temos a constituição da primeira “[...] Santa Casa de Misericórdia fundada em Santos, por Brás Cubas, em 1573, e a primeira doação voluntária que consta do testamento da senhora Isabel Fernandes que, em 1599, dizia: “Deixo à Misericórdia mil réis” (CABRAL, 2007, p. 56).

Esta conotação de instituição prestadora de serviços para sociedade sem fins lucrativos por instituições não pertencentes ao Estado datam desde a era colonial brasileira até a presença do poder público na área social que se mostrava bastante pontual e restringia-se, basicamente, a atendimentos emergenciais (BATTISTI; HAMMES, 2021).

As instituições do Terceiro Setor possuem um papel fundamental na sociedade, com amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e Bem-Estar Social, além das organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população como as mulheres, os negros e os povos indígenas, promovendo a atenção à sociedade onde o Estado não conseguiu chegar, ou se omitiu a chegar (OLIVEIRA, 2021).

Essa parceria entre Estado e Terceiro

Setor, segundo Montañó (2010), possui uma função claramente ideológica, pautada na estratégia do capital e seu projeto hegemônico que é o neoliberalismo. Segundo Luca (2008), a recomposição do tecido social, impacta nas funções que norteiam as mudanças econômicas do capitalismo, evidenciando assim a separação estrutural da economia e o social. Logo o Estado, apresenta-se como parceiro financiador das organizações sociais e das OSCIP, além de despolitizar todo e qualquer conflito social, com o único objetivo de transformar estas diversidades em parcerias úteis.

Neste contexto, a cultura do “possibilíssimo” parte da premissa de que o Estado, dentro da lógica do mercado neoliberal, não consegue se auto sustentar, de forma a restar, como única alternativa possível, a ideia de humanizar o capital, embora não se aplique ao momento atual, onde o poder do Estado é reduzido e, neste contexto, a natureza do direito é afetada, promovendo, assim, a diminuição no poder do governo e na participação popular da sociedade (CARVALHO, 2004).

Sob a visão neoliberalista, o Estado ocupa um papel secundário, e o mercado ocupa o papel principal, e essa tarefa de humanizar o capital passa para o Terceiro Setor, o qual cria a ideologia de que devemos lutar por aquilo que é possível, fomentando a ajuda mútua através do voluntariado. Assim, no que diz respeito à relação do Estado com o Terceiro Setor, vemos como um modelo que está além do próprio Estado e do mercado, que é responsável por transferir para o setor privado aquelas ações que são ou deveriam ser desenvolvidas pelos órgãos estatais.

O surgimento das novas Organizações do Terceiro Setor e a manutenção das existentes possuem divergências, mas são consideradas positivas, pois são um acontecimento espetacular e uma maneira de respeito ao indivíduo e atendimento

das necessidades da sociedade carente e minorias (OLIVEIRA, COELHO, 2018; PAÇO, RODRIGUES, RODRIGUES, 2015; ABDALA, et al. 2015).

Para tanto, o neoliberalismo é entendido como estratégia de dominação da classe burguesa que desemboca em relações econômicas, sociais e ideológicas. Não preconiza a extinção do Estado, mas sim um novo Estado, forte para garantir as liberdades do mercado e parco na proteção ao mundo do trabalho (SADER, 1995; MAZETTO, 2015; GAMA, 2017). Apesar desta dicotomia, a consolidação destas instituições contribui para minimizar o não atendimento das questões sociais.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata de uma revisão descritiva da literatura realizada por meio de revisão bibliográfica focada na produção acadêmica sobre o tema “A Relação do Estado e o Terceiro Setor no Brasil”. A taxonomia da pesquisa é descrita por Gil (2019) com finalidade aplicada, objetivos descritivos, utilizando o método de revisão bibliográfica e temporalidade transversal.

A consolidação metodológica ordena-se nas seguintes etapas: 1ª Etapa: compilação de fontes consolidadas (livros, artigos científicos e monografias); 2ª Etapa: coleta de dados, leitura exploratória, leitura Seletiva e registro das informações; 3ª Etapa: análise e interpretação dos resultados.

Foram usados como critérios de inclusão os artigos referentes ao assunto em acervos de bibliotecas on-line, periódicos e jornal publicados entre 2010 a 2020 e, como critérios de exclusão, aqueles publicados em congresso, blog, fórum ou que não tiveram embasamento na pesquisa científica e publicados antes do ano de 2010.

A pesquisa teve como base a análise das perspectivas de construção de novas formas

de relação entre o Estado e a Sociedade, tendo como interlocutor as OSCIP. A pesquisa foi delineada da seguinte maneira: traçou uma trajetória histórica da formação do Terceiro Setor, identificando os instrumentos necessários para garantir o controle social na gestão dos bens e recursos públicos e, por fim, analisou as principais formas de participação popular no processo de gestão e caracterização das organizações do Estado e do Terceiro Setor. Foram selecionados artigos que procuravam explicar sobre o assunto, os quais estavam em português.

A organização da presente revisão ocorreu entre os meses de julho a dezembro de 2020, proporcionando assim um direcionamento para os pesquisadores em relação ao assunto abordado, a fim de que pudessem formular hipóteses na tentativa de buscar resolver alguns problemas frequentes relacionados à assistência prestada em estudos anteriores.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as bases: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Revista de Administração Pública (RAP). Para esta pesquisa foram realizadas buscas utilizando os seguintes descritivos: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Estado, Terceiro Setor. Após levantamento de publicações sobre a temática, foi realizada a cronologia e a evolução do Terceiro Setor desde sua concepção, em meados da década de 1960, até a atual crise do setor a partir dos diversos casos de corrupção envolvendo estas instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas últimas décadas, o Terceiro Setor se consolidou em várias áreas sociais, educação, cultura, saúde ou na defesa do meio ambiente, como um mecanismo para a consecução dos objetivos que seriam de responsabilidade originária do Estado.

Para tanto atualmente, todos os segmentos do Terceiro Setor tiveram limitações orçamentárias a partir do ano de 2012 até o presente momento, conforme dados apresentados pelo IBGE (2020), seja pela rigidez nas fiscalizações, resultado do grande índice de corrupção envolvido, ou resultado do grande contingenciamento que o país passou pelos últimos anos, onde a garantia de recursos continuados, indistintamente, foi ficando cada vez mais escassa, pois a crise e a suposta falta de recursos serviram de pretexto para justificar a retirada do Estado da sua responsabilidade social.

No que tange às questões sociais, Trombini (2011) apresenta uma contradição presente no capital-trabalho, onde as lutas de classe e a má distribuição de riqueza social continuam inalteradas e, por ser essencialmente limitada, não podem ser postas como o último objetivo da humanidade. Personificando o paradoxo de novas manifestações de uma antiga questão social, o projeto neoliberal impõe suas determinações para que o Brasil se reorganize atendendo aos pressupostos do projeto” (LIMA, 2019, p. 11), pois esse projeto é entendido “como solução parcial da crise capitalista, onde o neoliberalismo visa à reconstituição do mercado, reduzindo, ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades” (MONTAÑO, 2010, p. 2) o Estado Mínimo. É o que já caracterizamos como a passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas, particularmente no âmbito estatal, para as lógicas da sociedade civil e do mercado.

Outro problema do Terceiro Setor descrito por Soares (2016) é a falta de consciência de sua própria condição: as entidades que o integram ainda não se percebem como um conjunto concreto e coeso. A obtenção dessa consciência e a construção de uma identidade do setor são

fundamentais para que suas ações políticas tenham força e notoriedade, permitindo que, conseqüentemente, o setor possa se consolidar ainda mais.

Para tanto, ao evidenciar a relação de parceria entre Estado e Terceiro Setor, Abdala, et al. (2015); Pereira, Silva (2014); Pimenta, Brasil, Saraiva (2010) apresentam uma série de problemas, que neste trabalho são vistos como desafios, pois, segundo os estudos de Fischer (2005), ainda há grande espaço para aperfeiçoamentos administrativo, técnico e gerencial, que tornariam efetivas as potencialidades das alianças estratégicas intersetoriais.

Quanto a crise do Estado de Bem-Estar Social e o crescimento das Organizações do Terceiro Setor, descritas por Conti (2010) teve como mola propulsora os fatores internos criados pelos seus próprios princípios, dos quais destacamos o crescimento econômico, que passou a estar atrelado a um processo inflacionário e o aumento da perspectiva de vida, que resulta no aumento dos dependentes do sistema previdenciário que, conseqüentemente, diminui o percentual de pessoas economicamente ativas contribuindo para o sistema (KUHNLE; HORT; ALESTALO, 2017).

Ao contribuir com a temática, Pereira (2013) e Machado (2017) afirmam que a implantação de ideais de universalismo e igualdade para uma classe operária industrial é relativamente homogênea. Todos esses fatores, somados ao aumento do desemprego e a uma seguridade social igualitária, geraram uma crise de financiamento do próprio sistema. Isso fica ainda mais evidente quando se observa os países como: Japão, Grã-Bretanha, Suécia, que têm a capacidade de preservar a harmonia social ao mesmo tempo em que reagem à competição global. Além disso: “a maioria dos Estados que existem hoje não tem esperanças de conciliar os imperativos

dos mercados globais com as necessidades de harmonia social e preservação ambiental". (GRAY, 1999, p. 260).

No Brasil, a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, no final dos anos de 1990, e seu grande avanço nos anos seguintes, deu força ao Terceiro Setor, saltando de pouco mais de 44 mil instituições na década de 1980, para mais de 820 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil em 2016 (IBGE, 2020). O mapa das OSCIP contempla o conjunto de entidades sem fins lucrativos pertencentes à sociedade civil, que adotam procedimentos agrupando no mesmo espaço as áreas filantrópicas, de caridade, de voluntários, independentes, de cultura e lazer, desenvolvimento educacional de jovens e sua integração ao mercado de trabalho.

Nos estudos de Torquato (2011), verificamos que o Brasil abriga cerca de 350 mil entidades de assistência social, que empregam 2,5 milhões de pessoas e 15 milhões de voluntários. Entre 2004 e 2010, esse conglomerado recebeu dos cofres públicos R\$ 23,3 bilhões, uma evolução de 180% em 6 anos.

Para tanto com o aumento da atuação das organizações do terceiro setor, potencializou as possibilidades de parcerias e alianças entre Estado e organização do Terceiro Setor, revelando uma tendência positiva de fortalecimento da sociedade civil que, segundo Abdala et al (2015), manifesta-se como um polo dinâmico de atuação social, através de organizações filantrópicas, fundações, institutos empresariais, associações de defesa de direitos e outras formas organizativas.

Além desse crescimento, outro fator importante do contexto político e social brasileiro, desde a década de 1990, é a aproximação entre organizações de diferentes setores, como forma de resposta às necessidades da sociedade, e traduzida pelo

crescente número de parcerias intersetoriais (público-privadas, privadas-organizações do terceiro setor e parcerias entre Estado e organizações do Terceiro Setor). Para essa última tipologia, foco do presente trabalho, Tenório (2015) descreve o seu surgimento por uma necessidade de formalização das relações, a fim de dar legitimidade às relações e à participação destas organizações civis sem fins lucrativos, em serviços anteriormente prestados somente pelo Estado.

As mudanças de cunho legal têm sido adotadas na tentativa de deixar mais claro e formalizar os processos de parceria, como a lei nº 9.790 de 1999, também conhecida como Lei do Terceiro Setor, (BRASIL, 1999a). Essa Lei é regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.100 de 30 de junho de 1999 (BRASIL, 1999b) e pela Portaria Ministerial nº. 361 de 27 de julho de 1999 (BRASIL, 1999c). Esses dispositivos legais instituem e normatizam as competências e ações das OSCIP, que são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos. Essas entidades são habilitadas a prestarem serviços sociais não exclusivos do Estado, podendo receber incentivos do Estado por meio de Termo de Parceria, Editais ou Convênios, e esses instrumentos instituem o vínculo da instituição com o poder público (BRASIL, 2016).

A existência de diversas definições a respeito dos relacionamentos entre os setores e as percepções diferentes das nomenclaturas para as instituições demonstram que não só o conceito de Terceiro Setor ainda está em discussão, mais também o modo como estas instituições se relacionam com os outros setores (BITTENCOURT, FEUERSCHUTTE, 2009; BICHIR, OLIVEIRA, CANATO, 2016), neste entendimento as "[...] parcerias e alianças são entendidas como toda forma de colaboração ou trabalho conjunto que se mantenha com outras organizações para realizar as práticas de atuação desejadas" (FISCHER, 2005, p.12).

Em consonância com esta proposição,

e apresentando uma contribuição com a dialética, Noletto (2000) e Austin (2001) destacam que os conceitos de aliança e parceria têm formas distintas, onde a aliança é considerada como uma relação de longo prazo e com valores compartilhados, enquanto a parceria é uma forma de colaboração de curto prazo. Essas definições diferentes das duas apresentadas, entretanto, ainda podem ser visualizadas na literatura do tema e envolve a análise de uma complexidade de variáveis para a realização dessa categorização, o que não é mostrado aqui, devido ao objetivo recortado para este artigo.

Embora o impacto das alianças e parcerias seja visto de forma diferente pelos estudiosos, os dois formatos mostram-se como um instrumento de contrapartida do Estado para descentralização de recursos para subsidiar a oferta de serviços. Estes instrumentos legais são concretizados através da celebração de convênios e editais. A implementação desses projetos e programas, que dão suporte às comunidades, são fomentados pelo Estado, visando minimizar os problemas sociais e o atendimento das minorias.

Para atender tais objetivos, o Estado apresenta-se como o patrocinador financeiro destas ações, e as organizações do Terceiro Setor como articuladoras no atendimento das necessidades da comunidade ou grupo social, que assim podem trabalhar conjuntamente para prover bens e serviços a partir de configurações distintas de estratégias de formação de parceria, onde Fischer e Falconer (1998), afirmam a partir de uma gestão adequada às complexidade da realidade brasileira, pode-se resgatar os direitos da comunidade de gerir os serviços públicos conforme suas próprias necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do Terceiro Setor é um constante reflexo da evolução social brasileira, pautada na existência de uma política assistencialista, consolidando-se como um instrumento necessário para garantia da manutenção social e a gestão dos bens e recursos públicos.

Esta universalização de direitos sociais podem garantir a captação de recurso é através de venda de serviços, doações e repasse através de convênios com o Primeiro Setor e, dentre as principais características das organizações do Terceiro Setor, não está a obtenção de lucros e sim prover algum bem ou serviço subsidiado para sociedade em geral de forma assistencial, onde o poder público não chega, e à governança é atribuída a um conselho gestor, formado por voluntários que não devem se beneficiar dos resultados da organização. A legislação do terceiro setor difere quanto à aplicação dos recursos e à tributação das leis dos outros setores.

Em que pese a crítica à transferência da responsabilidade do Estado para a Sociedade, por intermédio do Terceiro Setor, não há como negar a importância que esse setor passa a ter na sociedade com relação ao desenvolvimento de algumas práticas na área social. Contudo, é imprescindível a constante vigilância do Estado e da própria sociedade sobre os casos em que a atividade não tem apresentado bons resultados.

Por fim, ao analisar as perspectivas de construção de uma nova forma de relação entre o Estado e a Sociedade, ficou evidente que somente com o estabelecimento de uma relação de parceria negociada entre Estado e organizações do Terceiro Setor, na qual vigoram critérios e indicadores aceitos formalmente e monitorados por ambos os lados, é que se permitirá frutificar a proposta de reformulação dos papéis e das relações

entre ambos.

Assim, podemos concluir que nas relações entre o Estado e o Terceiro Setor, dentro do contexto neoliberal, tornou-se possível compreender que as políticas sociais estatais se encontram fragmentadas e o papel privado de algumas responsabilidades sociais, que antes eram exclusividades do Estado, agora são ofertadas pelo Terceiro Setor, e que no atual estágio dentro do qual a sociedade neoliberal se encontra, não pode mais ser ignorado.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Deborah Oliveira Santos; ASSIS, Lilian Bambirra; GONÇALVES, Carlos Alberto; ABDALA, Ricardo Almeida. Parcerias entre Estado e Organizações do Terceiro Setor: perspectivas e desafios em dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, Minas Gerais, v. 7, n. 4, p. 187-196, 2015.

AUSTIN, J. E. *Parcerias: fundamentos e benefícios para o terceiro setor*. São Paulo: Futura, 2001.

AVENI, Alessandro; CARVALHO, Sônia Marise Salles; DOROTEU, Leandro Rodrigues; MELLO, Andrei Simão de. **O terceiro setor no Brasil e sua relação com a economia nacional**. Negócios em Projeção, v. 9, n. 1, p. 103-114, 2018.

BATTISTI, Alana Zanatta; HAMMES, Leila Viviane Scherer. **Um Contrato e Três Garantias: Educação, Comunidade e Democracia**. Revista Destaques Acadêmicos, v. 13, n. 2, 2021.

BEDIN, Gilmar Antonio; LEVES, Aline Michele Pedron; ZIMMERMANN, Rafael. **Constituição, democracia e direitos humanos: uma análise da trajetória histórica do estado de direito**. Revista Direitos sociais e políticas públicas, v. 8, n. 3, 2020.

BICHIR, Renata; OLIVEIRA, Maria Clara;

CANATO, Pamela. **Para além da transferência de renda? Limites e possibilidades na articulação intersetorial de políticas sociais**. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate, v. 26, p. 81-102, 2016.

BITTENCOURT, João Paulo.; FEUERSCHUTTE, Simone Ghisi. Parcerias e Alianças Intersectoriais: Oportunidades E Desafios Às Organizações De Terceiro Setor. In.: **Anais XII SIMPOI - Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo: FVG, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.69.

BRASIL, **Decreto n. 3.100, de 30 de junho de 1999**. Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 1999b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL, **Legislação sobre o terceiro setor**: dispositivos constitucionais, decretos-leis, leis, medidas provisórias e decretos federais sobre sociedade de utilidade pública e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2016.

BRASIL, **Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1999a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL, **Portaria 361, de 27 de julho de 1999**. O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas

atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e no Decreto nº 3.100, de 30 de junho do mesmo ano, resolve regulamentar os procedimentos para a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 1999c. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/entidadessociais/oscip/anexos/1999portariamj361.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAETANO, Gilberto. **Terceiro Setor: as tendências em ambiente globalizado: responsabilidade social e parcerias sociais**. In: CAVALCANTI, Marly (Organizadora). *Gestão Social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAVES, Francisco Diones Paiva; ALBUQUERQUE, Ítalo Patrick Patrick Rodrigues. **Conceitos sobre a administração pública e suas contribuições para a sociedade**. Caderno de Administração. Revista da Faculdade de Administração da FEA, v. 13, n. 1, 2019.

CONTI, Diego de Melo. *Uma abordagem do tema: Gestão Social*. Revista Iluminart, v. 1, n. 4, 2010.

FARIAS, Ricardo Bispo; SILVA JUNIOR, Roberto Luiz da; PAES, José Eduardo Sabo. Uma Releitura do Campo de Atuação do Terceiro Setor a partir de um Novo Cenário Político Brasileiro. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, v. 2, n. 2 Jul/Dez, p. 277-289, 2016.

FISCHER, R.M. **Estado, Mercado e Terceiro**

Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. Revista de Administração - RAUSP, vol. 40, núm. 1, jan-mar, pp. 5-18, 2005.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, André Luiz. *Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor*. **In anais Encontro da Rede de Pesquisas sobre o Terceiro Setor na América Latina e Caribe – ISTR**. Rio de Janeiro, 1998.

GAMA, Bruno Cerqueira. **Insistências entre o vulnerável e o vencedor no governo do vivo: Ensaio na Política Pública de Assistência Social**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

GRAY, John. **Falso Amanhecer: Os Equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

IBGE, **Diretoria de Pesquisas**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. População estimada. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em 10 jan. 2022.

KREUZ, Letícia Regina Camargo. **4ª Revolução Industrial e governo digital: exame de experiências implementadas no Brasil**. Revista Eurolatinoamericana de Decreto Administrativo, v. 5, n. 2, p. 267-286, 2018.

KUHNLE, Stein; HORT, Sven EO; ALESTALO, Matti. Lições do modelo nórdico do estado de bem-estar social e governança consensual. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, v. 3, n. 1, p. 37-52, 2017.

LACRUZ, Adonai José. Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. **Cadernos Ebape**. br, v. 18, p. 473-485, 2020.

LIMA, Aline Ribeiro de. **EaD, a distância nos separa?** Um estudo sobre a formação profissional em Serviço Social no Amazonas. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2019.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos.** Petrópolis: Vozes, 1999.

LUCA, Camila de Almeida. **O Terceiro Setor na Economia Brasileira.** 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. **A “Invenção do Trabalho”:** historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche¹. Caderno CRH, v. 30, p. 453-478, 2017.

MAZETTO, Flavio Eduardo. **Estado, políticas públicas e neoliberalismo:** um estudo teórico sobre as parcerias-público-privadas. Caderno de Estudos Interdisciplinares, 2015.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** Lutas Sociais. ISSN 1415-854X, n. 8, p. 53-64, 2004.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro setor e questão social.** Crítica ao padrão emergente de intervenção social - 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas:** uma abordagem prática. São Paulo: Global, 2000.

OLIVEIRA, Maria Suzie de. **A ética no terceiro setor e o novo liberalismo.** Clube de Autores, 2021. Maceió-AL, 2021.

OLIVEIRA, William Emanuel Souza de; COELHO, Claudio Ulysses Ferreira. **Transparência das informações e seu impacto no valor**

econômico: um estudo em organizações do Terceiro Setor. Pensar Contábil, v. 19, n. 70, 2018.

PAÇO, Arminda do; RODRIGUES, Luís; RODRIGUES, Ricardo Gouveia. **A Imagem e a Consciência da Marca no Terceiro Setor e sua Influência sobre a Intenção de Doar.** BBR-Brazilian Business Review, v. 12, n. 5, p. 105-125, 2015.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes.** Tese de Doutorado. 2013. 307 f. Universidade de Brasília - UnB Instituto de Ciências Humanas - IH Departamento de Serviço Social - SER Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS, Brasília - DF, 2013.

PEREIRA, Karen Almeida; SILVA, Manuela Ramos da. **A atuação do secretário executivo no terceiro setor na cidade de Aracaju.** Revista de Gestão e Secretariado, v. 5, n. 1, p. 104-130, 2014.

PIMENTA, Solange Maria; BRASIL, Elvécio Ribeiro; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Gestão e competências em organizações do terceiro setor.** Revista de Administração FEAD, v. 3, n. 1, 2010.

SADER, Emir. A Hegemonia Neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 35-38, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes - **Sociedade e Estado em Transformação.** São Paulo/Brasília: Editora UNESP/ENAP, 1999. p. 269.

SILVA, E. M. F.; AGUIAR, M. T. **Terceiro Setor:** Buscando uma Conceituação, Centro de Estudos de Fundações e Entidades de Interesse Social - CEFEIS, Cadernos Fundata, 2011.

SOARES, Edmilson Campos. **Habitação e terceiro setor: novas formas de gestão da pobreza no núcleo Cata-Preta, Santo André (SP)**. 2016. 121 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Câmpus Experimental de Ourinhos, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/155785>>. Acesso em 5 jan. 2022.

SOUZA, Michele Souza; MACHADO, Cristiani Vieira. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3189-3200, 2018.

STANDLER, Adriano. **Fundamentos da Administração**: Curso Técnico em Logística. Instituto Federal de Educação do Paraná. Educação à Distância. Rede E-tec Brasil – MEC. 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. Editora FGV, 2015.

TORQUATO, Gaudêncio. **Corrupção e Terceiro Setor**: Ação do Governo do Partido dos Trabalhadores Põe em Xeque a Idoneidade das Organizações Não Governamentais. Disponível em <http://www.jogodopoder.com/blog/politica-publica/social/corruptao-e-terceiro-setor-acao-do-governo-do-pt-poe-em-xeque-idoneidade-das-organizacoes/> 2011, acesso em 10 de set 2021.

TROMBINI, Raquel da Silva. O voluntariado no “terceiro setor”: a desresponsabilização do Estado na atualidade. 2011. 65 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. **Envelhecer no Brasil**: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 1929-1936, 2018.

WEBERING, Susana Iglesias. Economia

social, non-profit sector, terceiro setor ou economia solidária: Sentidos, diferenças e similaridades. **P2P e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 62-82, 2019.



IDENTIDADE DOS POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: UMA REPRESENTAÇÃO CULTURAL NAS LITERATURAS REGIONAIS DE RAIMUNDO NEVES DE ALMEIDA

*IDENTITY OF TRADITIONAL PEOPLES OF THE
AMAZON: A CULTURAL REPRESENTATION IN THE
REGIONAL LITERATURES OF RAIMUNDO NEVES DE
ALMEIDA*

Tatianna Melo de Lima¹
Daianne Severo da Silva²
Taís Miranda de Carvalho³
Carlos Eduardo Parente de Souza⁴

Resumo: O presente artigo emerge do projeto de extensão intitulado: “Identidade Amazônica: Por um resgate da cultura das populações tradicionais a partir das obras do escritor humaitaense Raimundo Neves de Almeida”. Pretende-se promover uma reflexão acerca do resgate da identidade cultural nativa, bem como verificar a representação da identidade e sua importância para o reconhecimento da cultura dos povos tradicionais da Amazônia. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio de práticas extensionistas realizadas junto a alunos de ensino médio de duas escolas públicas de Humaitá/AM, oficinas teóricas e aplicação de questionários no início e no final do processo, bem como revisão bibliográfica respaldada nos estudiosos Bhabha (2013), Loureiro (2015), Hall (2020), entre outros. A partir das vivências do projeto, observou-se que os estudantes pesquisados não apresentavam conhecimento expressivo quanto à cultura local, porém, no decorrer das práticas, reflexões foram despertadas nos participantes, que demonstraram interesse em preservar os valores culturais tradicionais.

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Literatura amazônica.

Abstract: *This article emerges from the extension project entitled: “Identity of traditional peoples of the amazon: a cultural representation in the regional literatures of Raimundo Neves de Almeida”. It is intended to promote a reflection about the rescue of the native cultural identity, as well as to verify the representation of the identity and its importance for the recognition of the culture of the traditional peoples of the Amazon. Therefore, qualitative research was used, through extension practices carried out with high school*

1 Especialista em Estudos Literários e Língua Portuguesa. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Humaitá - IFAM/CHUM. tatianna.lima@ifam.edu.br

2 Mestre em Letras. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Humaitá - IFAM/CHUM. daianne.severo@ifam.edu.br

3 Discente do Curso Técnico de Nível Médio em Vendas na Forma Integrada. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Humaitá - IFAM/CHUM. thaysmiranda236@gmail.com

4 Mestre em Letras. Docente vinculado à SEDUC Porto Velho – RO - SEDUC/RO. cadusouza691@gmail.com



students from two public schools in Humaitá/AM, theoretical workshops and application of questionnaires at the beginning and end of the process, as well as a bibliographic review supported by scholars Bhabha (2013), Loureiro (2015), Hall (2020), among others. From the project experiences, it was observed that the students surveyed did not have significant knowledge about the local culture, however, during the practices, reflections were awakened in the participants, who showed interest in preserving traditional cultural values.

Keywords: *Identity. Culture. Amazon Literature.*

INTRODUÇÃO

As ações de extensão têm ganhado relevância na academia e, primordialmente, junto à comunidade. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Humaitá, desde 2014, tem contribuído com práticas de extensão inerentes à área da linguagem, especificamente em escolas públicas, bem como também tem socializado conhecimentos junto às comunidades tradicionais do Sul do Amazonas.

Nesse contexto, de forma a expandir ainda mais as ações junto ao povo tradicional do nosso lugar de fala, no presente artigo, despertamos reflexões a partir da representação identitária do sujeito ribeirinho, partindo das ações realizadas no projeto de extensão “Identidade Amazônica: Por um resgate da cultura das populações tradicionais a partir das obras do escritor humaitaense Raimundo Neves de Almeida”.

Nessa direção, registramos a relevância de refletirmos sobre as questões que envolvem a identidade e a cultura do sujeito amazônida, uma vez que a Identidade dos povos tradicionais da Amazônia é um assunto que vem sendo discutido há algumas décadas por estudiosos em diversas áreas do conhecimento, porém ainda há muito o que ser pesquisado e debatido concernente às questões identitárias, principalmente no que diz respeito à cultura.

REFERENCIAL TEÓRICO

Falar de identidades é falar também de fronteiras, pois em lugares como a Região Amazônica – que é cercada por diferentes nacionalidades, onde há o encontro de diferentes culturas, a cultura local acaba sendo influenciada pela cultura do estrangeiro, que muitas vezes é tida como superior, deixando a cultura do outro marginalizada. A respeito

disso, segundo as discussões de Bhabha (2013, p. 123) “A diferença de outras culturas se distingue do excesso de significação ou da trajetória do desejo”. Essa significação é construída através dos estereótipos criados a partir da desvalorização da cultura tida como inferior. Daí a importância da realização de projetos como o desenvolvido, que buscam resgatar e valorizar a cultura das populações locais.

No presente trabalho, utilizamos o entendimento de valores culturais tradicionais a partir do conceito de cultura amazônica de João de Jesus Paes Loureiro, pois este considera que o sujeito Amazônida, mesmo com todas as interferências, ainda preserva traços fundamentais de sua cultura (LOUREIRO, 2015).

Sabe-se que o trabalho, com a promoção e valorização cultural, é algo bastante relevante na sociedade brasileira, dado o elevado índice de conflitos étnicos, raciais, de gênero e sexualidade presentes na contemporaneidade. Desta forma, à medida em que o aluno (sujeito) reconhece e valoriza sua cultura, também aprende a respeitar a cultura do outro. Conforme afirma o escritor paraense Paes Loureiro:

Na Amazônia pode-se reconhecer ainda nitidamente dois grandes espaços sociais tradicionais da cultura, cada qual assinalado por características bem definidas, mas também marcados por uma forte articulação mútua, que se processa em decorrência de procedimentos próprios ao desenvolvimento regional: o espaço da cultura urbana e o da cultura rural. A cultura urbana se expressa na vida das cidades, principalmente naquelas de porte médio e nas capitais dos Estados da região. Nas cidades as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, há maior velocidade nas mudanças, o sistema de ensino é mais estruturado, os equipamentos culturais são em muito maior número e há o dinamismo próprio das universidades. No ambiente rural, especialmente ribeirinho, a cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua

história. (LOUREIRO, 2015, p. 76-77).

Percebemos, pela citação acima, que a cultura de um povo passa por diversas modificações relacionadas aos espaços onde se encontra. No espaço rural, as tradições são mais preservadas, pois sofrem menos influência dos valores decorrentes de culturas externas; enquanto no espaço urbano, há mais interação de valores culturais pela dinamicidade e modo de vida dos sujeitos desses espaços. Fica evidente a interferência de outras culturas na formação da identidade do sujeito, seja qual for o espaço social.

As discussões a respeito da temática da formação da identidade do sujeito é algo bastante complexo, pois não é simples definir o conceito de identidade, há muitas divergências até mesmo entre os estudiosos e pesquisadores. Porém, faz-se necessário entender como acontece o processo de formação da identidade do sujeito. Para tanto, segundo o teórico Stuart Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre sendo formada” (HALL, 2020, p. 24).

O argumento nos mostra que a identidade do sujeito não é algo estático, pronto e acabado, ela está em constante formação, levando-se em consideração as interações sociais do indivíduo com outras culturas às quais entra em contato ao longo da sua vida e que vão agregando valores na construção da sua própria identidade.

Sobre o papel do resgate dos valores culturais de uma comunidade através da memória na construção das identidades, o pesquisador João Carlos Tedesco afirma que:

Repensar a memória, na contemporaneidade, implica ter um olhar mais sensível, perceber

outros espaços, outras vozes e outros caminhos (talvez, em meio aos oficiais e consolidados), como possibilidades de construir história e de legitimar ou não referenciais culturais[...]. (TEDESCO, 2004, p. 308).

Deste modo, faz-se importante instigar na sociedade, principalmente no espaço escolar, ressaltando a necessidade da preservação dos valores culturais tradicionais, a fim de que não se perca a história e a identidade dessas comunidades, muitas vezes esquecidas por estarem distantes dos grandes centros urbanos.

Neste contexto, organizamos as ações do projeto aplicado com os estudantes do ensino médio em torno da leitura e análises literárias de algumas narrativas regionais do escritor local Raimundo Neves de Almeida, pois acreditamos que o trabalho com a literatura favorece o reconhecimento identitário cultural dos sujeitos. Vale salientar que, através das histórias narradas, identificamos traços de nossos antepassados ajudando a construir a nossa própria identidade. Sobre isso, o filósofo e teórico literário Tzvetan Todorov argumenta que:

Somos todos feitos do que os outros seres humanos nos dão: primeiro nossos pais, depois aqueles que nos cercam; a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano. (TODOROV, 2009, p. 23-24).

Corroborando com as ideias de Todorov, ao tratar acerca dos vários poderes da literatura, o professor francês Antoine Compagnon preconiza: “O exercício jamais fechado da leitura continua o lugar por excelência do aprendizado de si e do outro,

descoberta não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devenir” (COMPAGNON, 2009, p. 56-57).

Diante das citações, reiteramos a relevância de levar ações envolvendo o trabalho com a literatura, no caso específico do projeto – a literatura amazônica – para além das fronteiras das salas de aula, pois dessa forma estaremos contribuindo para a formação não só acadêmica dos sujeitos envolvidos no processo educacional, mas também ajudando o discente a ter um autorreconhecimento identitário e cultural, auxiliando na formação de um cidadão pleno e consciente do seu papel na sociedade.

METODOLOGIA

As ações concernentes ao projeto intitulado: “Identidade Amazônica: Por um resgate da cultura das populações tradicionais a partir das obras do escritor humaitaense Raimundo Neves de Almeida”, possibilitaram o desenvolvimento de atividades que envolveram o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, nossas práticas aconteceram junto a alunos do ensino médio de duas escolas públicas do município de Humaitá/AM.

Todas as ações que envolveram este trabalho foram registradas em diário de campo e posteriormente analisadas. Também realizamos a aplicação de questionários, ao início e final dos trabalhos, com o objetivo de compreender os anseios do público-alvo do projeto e sua percepção quanto à identidade e à cultura das populações tradicionais da Amazônia no seio dos escritos de Raimundo Neves de Almeida, bem como compreender qual a contribuição para o despertar de reflexões quanto às questões identitárias e culturais dos estudantes.

Partindo dos objetivos supramencionados, nossa pesquisa é qualitativa, uma vez que nosso trabalho

também é constituído a partir das análises dos discursos contemplados nos questionários aplicados, com perguntas estruturadas, assim como das interações proporcionadas pelos momentos de socialização das experiências individuais do nosso público-alvo. Adicionalmente, registramos o perfil bibliográfico apresentado nesta pesquisa, uma vez que se fez necessário reunir estudos já realizados acerca das questões identitárias e culturais, indo para além desta busca, considerando as explanações críticas a partir da literatura discutida (PAIVA, 2019).

Considerando o perfil do público-alvo, bem como os discursos emergidos dos questionários aplicados inicialmente, selecionamos textos do escritor Raimundo Neves de Almeida, discutidos em oficinas práticas, com os participantes do projeto. Os referidos textos nos permitiram refletir sobre as questões identitárias e culturais das populações tradicionais da Amazônia, e possibilitou ainda que os nossos participantes buscassem junto a seus familiares e amigos alguns relatos referentes à temática do projeto, resultando em uma rica socialização com o nosso grupo de trabalho. Foi um momento muito produtivo, onde houve bastante interação entre os colaboradores e os participantes do projeto (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Oficina realizada na Escola Estadual Oswaldo Cruz.



Fonte: Próprio Autor, 2021.

A aplicação dos questionários, ao início e final dos trabalhos, foi praticada no intuito de construção dos dados da nossa pesquisa, fase esta que nos municiou, a partir da materialidade encontrada, e que nos proporcionou reflexão, por meio da revisão de literatura, junto à construção da discussão dos nossos resultados.

Figura 2: Oficina realizada no Instituto Federal do Amazonas - IFAM, *campus* Humaitá.



Fonte: Próprio Autor, 2021.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AÇÕES DO PROJETO

Durante a realização do projeto, foram desenvolvidas várias atividades, tais como: pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários, oficinas teóricas e práticas, leitura e análises de textos literários e socialização de relatos orais coletados com os familiares e amigos dos discentes das escolas pesquisadas.

A seguir, apresentaremos uma análise detalhada dos resultados obtidos nos questionários aplicados nas duas instituições de ensino onde desenvolvemos as ações, com o objetivo de averiguar os conhecimentos relacionados com as temáticas da Identidade e da Cultura das populações tradicionais da Amazônia antes e depois da execução do projeto.

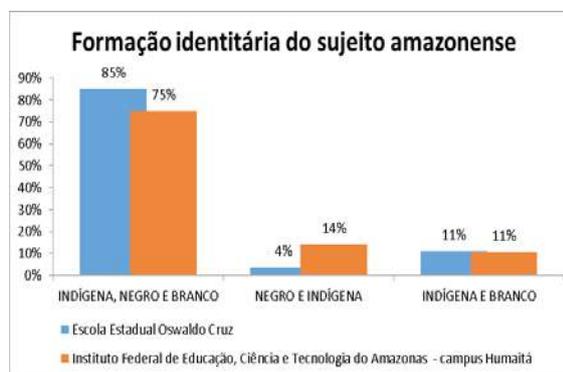
Foram aplicados e respondidos o total de 55 questionários no início dos trabalhos,

entre as duas escolas, sendo 27 participantes na Escola Estadual Oswaldo Cruz e 28 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *campus* Humaitá.

Ao analisar a primeira pergunta do questionário, observou-se que a maioria dos estudantes, 51,85% dos participantes da Escola Estadual Oswaldo Cruz e 46,43% dos participantes do IFAM, *campus* Humaitá, se consideram caboclo.

Na segunda questão do questionário, perguntamos a respeito dos conhecimentos sobre a formação identitária do sujeito amazonense. A maior parte dos participantes das duas instituições responderam que consideram que a formação identitária do sujeito amazonense é composta por indígena, negro e branco (ver gráfico 1). De acordo com os dados obtidos e os conceitos teóricos explanados anteriormente, podemos constatar que a formação identitária do sujeito amazonense passa pela interação tanto de sujeitos nativos quanto dos estrangeiros que vieram para a região amazônica.

Gráfico 1: Questão 2. Qual a formação identitária do sujeito amazonense?



Fonte: Próprio Autor, 2021.

Para averiguarmos o conhecimento dos participantes a respeito do autor dos textos selecionados para trabalharmos nas oficinas do projeto, foi questionado ao nosso público-alvo se sabiam quem foi Raimundo Neves de

Almeida. Na análise realizada, ficou evidente que quase a totalidade dos pesquisados das duas instituições não conheciam o escritor amazonense.

Segundo os dados observados na questão anterior, pela maior parte dos discentes não terem conhecimento de quem foi Raimundo Neves de Almeida, a grande maioria dos participantes também não conheciam as obras, e conseqüentemente, também nunca haviam lido uma obra do autor citado, de acordo com as respostas das questões 5 e 6 do questionário.

No que se refere à Cultura Amazônica, 77,78% dos pesquisados da escola Estadual Oswaldo Cruz e 92,86% dos pesquisados do IFAM, *campus* Humaitá, afirmaram que a Cultura Amazônica não está extinta; tais dados comprovam os estudos do pesquisador Paes Loureiro, quando afirma que “os caboclos das cidades ainda conservam traços fundamentais de sua cultura” (LOUREIRO, 2015, p. 55).

É importante ressaltar que, na última pergunta do questionário inicial, quando foi perguntado se o participante preserva os valores culturais tradicionais da região Amazonense, apenas 30% dos discentes da Escola Estadual Oswaldo Cruz e 25% dos pesquisados do IFAM, *campus* Humaitá, responderam que não preservam e não sabem quais são esses valores. Ou seja, a maior parte dos entrevistados conhece e preserva os valores tradicionais da cultura Amazônica.

A partir dos dados apresentados e analisados no questionário inicial aplicado, observou-se a presença de uma certa carência no que diz respeito ao conhecimento da cultura local, de seus representantes e do reconhecimento da sua própria identidade, entretanto, percebeu-se o interesse em preservar os valores culturais tradicionais como os mitos e lendas da região.

Serão exibidos, a seguir, os resultados da

análise das respostas do questionário final aplicado nas duas instituições de ensino, após a execução das ações, com o objetivo de averiguar a eficiência do projeto.

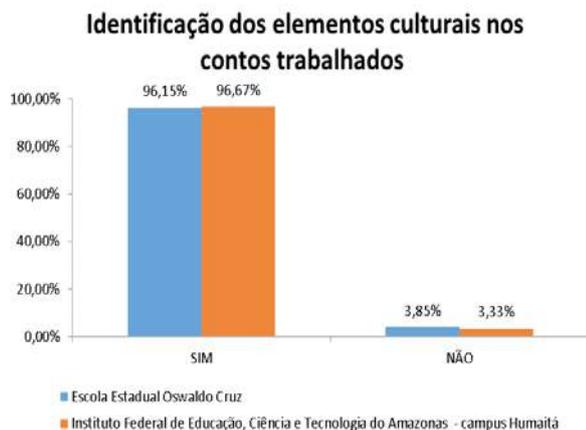
Foram aplicados e respondidos no total de 56 questionários após as ações, sendo 26 participantes na Escola Estadual Oswaldo Cruz e 30 participantes no IFAM, *campus* Humaitá.

Na opinião de todos os participantes das duas escolas pesquisadas, o projeto foi produtivo. Também se verificou, a partir da análise das respostas dos questionários, que depois dos assuntos serem debatidos nas oficinas (projeto), 96% dos pesquisados da escola Estadual Oswaldo Cruz e 100% dos pesquisados do IFAM, *campus* Humaitá, responderam que conseguem identificar os valores culturais da região amazônica.

Diante dessa percepção, refletimos sobre a importância do trabalho com a Literatura no reconhecimento identitário cultural do sujeito, confirmando os escritos propostos por Todorov (2009) e Compagnon (2009) utilizados na fundamentação teórica da nossa pesquisa.

A maioria dos participantes da Escola Estadual Oswaldo Cruz e do IFAM, *campus* Humaitá, responderam afirmativamente quando lhes foi questionado sobre os contos trabalhados nas oficinas da Obra “Na Beira do Barranco” (2005) se o participante identificava elementos da cultura das populações tradicionais amazônicas. A maioria respondeu que sim, de acordo com os dados mostrados no gráfico 2:

Gráfico 2: Questão 3. Sobre os contos que foram trabalhados nas oficinas da Obra “Na Beira do Barranco”, você identifica elementos da cultura das populações tradicionais amazônicas?



Fonte: Próprio Autor, 2021.

Além das questões já mencionadas e discutidas, 70% dos participantes da instituição externa e 63% dos participantes da instituição interna afirmaram que o projeto os inspirou a buscarem sua origem. Assim como, a maioria dos pesquisados das duas escolas afirmou compreender quem foi Raimundo Neves de Almeida e a relevância de suas obras para a cultura local, após a realização das atividades do projeto.

Segundo 84,62% dos pesquisados na Escola Estadual Oswaldo Cruz e 96,67% dos pesquisados no IFAM, *campus* Humaitá, o projeto contribuiu com uma nova reformulação do conceito sobre o caboclo amazônico.

Através das respostas da última questão do questionário final, podemos verificar que o projeto desenvolvido promoveu identificação cultural em 81% dos participantes da Escola Estadual Oswaldo Cruz e em 80% dos participantes do IFAM, *campus* Humaitá. Comprovando mais uma vez que os textos literários podem contribuir para promover identificação dos sujeitos com a cultura local.

Ao analisarmos os resultados e os gráficos com os dados coletados, nota-se que o projeto obteve resultados positivos, em todos os pontos trabalhados com os

discentes em decorrência das atividades realizadas com alguns contos da obra “Na Beira do Barranco” (2005), de Raimundo Neves de Almeida; despertando a reflexão dos participantes, além de incentivar a pesquisa, que é uma área na qual agrega um conhecimento inestimável.

Com todos os resultados e discussões apresentadas, entendemos que o trabalho realizado atingiu seu objetivo principal, pois a maioria dos pesquisados conseguiu compreender as relações de identidade e cultura dos povos tradicionais da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual sociedade globalizada promovida pelo advento da internet, os valores culturais dos grandes centros urbanos invadem de forma desigual em relação aos valores culturais tradicionais locais, principalmente no que diz respeito à literatura de expressão amazônica, que na maioria das vezes fica à margem das discussões. Por essa razão, entendemos que o nosso papel enquanto sujeitos da educação é promover trabalhos como o que foi realizado, pois estaremos contribuindo para dar voz aos sujeitos locais e não deixar que a cultura tradicional seja esquecida ou apagada. À medida que o sujeito conhece e valoriza a sua própria cultura, aprende também a valorizar e respeitar a cultura do outro.

Nessa conjuntura, foi de grande relevância ao trabalho realizado no projeto intitulado “Identidade Amazônica: Por um resgate da cultura das populações tradicionais a partir das obras do escritor humaitaense Raimundo Neves de Almeida”, o estudo e a análise dos contos da obra “Na Beira do Barranco” (2005), pois estes proporcionaram reflexões a respeito dos valores da cultura nativa, o local onde habitam, os costumes, as crenças, os mitos e as lendas; aproximando a

literatura com a história, o ficcional e o real, trazendo uma percepção de como acontece a formação da identidade cultural das populações tradicionais da Amazônia.

Portanto, pelas ações desenvolvidas ao longo da pesquisa, acreditamos que os objetivos foram alcançados, além da troca de conhecimentos e das experiências vivenciadas que a extensão nos proporcionou. Acreditamos, também, que ações de extensão como essas aqui relatadas devem continuar existindo, uma vez que a temática identidade cultural das populações tradicionais é um campo vasto a ser explorado, que pode gerar inúmeras e futuras pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Por fim, reafirmamos a significância de trabalharmos ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, sobretudo, a partir de ações que ressignificam as questões culturais e identitárias.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Na beira do barranco: estórias crendices sentimentos de humor de caboclos do Madeira**. Prefácio de Matias Mendes, ilustração de Moisés Cezário. 2ª ed. ampl., rev. – Porto Velho: O autor, 2005. 232 p.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Páginas: 117-123.
- COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?**. Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 57 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. 64 p.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: Uma poética do imaginário**. 5ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2015. 456 p.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p.
- TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória temporalidade, experiência e narração**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. Páginas: 227-311.
- TODOROV, Tzvetan. **Literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 96 p.



Relato de Experiência



EMPODERAMENTO DE MULHERES EM EIRUNEPÉ - AM POR MEIO DO CURSO FIC “COMO ADMINISTRAR UM PEQUENO NEGÓCIO”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

EMPOWERMENT OF WOMEN IN EIRUNEPÉ - AM THROUGH THE FIC COURSE “HOW TO MANAGE A SMALL BUSINESS”: AN EXPERIENCE REPORT

Tarcísio Roberto Cavalcante da Silva¹

Sara dos Santos Medrado²

Natalia Ferreira do Nascimento³

Resumo: O empreendedorismo tem sido cada vez mais objeto de interesse científico, tendo em vista a sua reconhecida relevância na sociedade. Neste sentido, considerando que os pequenos negócios são uma porta de entrada para este universo, o presente relato tem por objetivo descrever a experiência resultante de um projeto de empoderamento de mulheres por meio de um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), intitulado “Como Administrar um Pequeno Negócio”, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus* Eirunepé. O curso, voltado exclusivamente para o público feminino, teve como público-alvo preferencial mulheres em situação de vulnerabilidade social, mães solo e mulheres ribeirinhas, sendo ofertado no município de Eirunepé, no interior do Amazonas. Por meio do curso, as mulheres adquiriram e aprimoraram habilidades em gestão de pequenos negócios, sendo em seguida encaminhadas para outros cursos onde puderam aprender ofícios objetivando a geração de renda. Assim, essa experiência evidenciou a relevância de ações de extensão voltadas à capacitação e geração de renda para mulheres. Especialmente em se tratando do interior do estado do Amazonas, caracterizado pelas distâncias, dificuldades logísticas e carência de empregos formais, ações voltadas ao estímulo ao empreendedorismo e à educação empreendedora são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da região.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Pequenos Negócios. Empoderamento feminino.

Abstract: *Entrepreneurship has been increasingly an object of scientific interest, in view of its recognized relevance in society. In this sense, considering that small businesses are a gateway to this universe, this report*

1 Especialista em Docência em Administração e Administração e Finanças. Docente/Administração. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Eirunepé – IFAM/CEIRU. tarcisioroberto7@ifam.edu.br

2 Mestre em Administração. Docente/Administração. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Eirunepé – IFAM/CEIRU. sara_medrado@ifam.edu.br

3 Discente do curso Técnico de Nível Médio em Administração. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Eirunepé – IFAM/CEIRU. nataliaferreira1351@gmail.com



aims to describe the experience resulting from a women's empowerment project through an Initial and Continuing Training Course (FIC), entitled " How to Manage a Small Business", offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas - IFAM Campus Eirunepé. The course, aimed exclusively at the female audience, had as a preferential target audience women in situations of social vulnerability, single mothers and riverside women, being offered in the Eirunepé city, in the interior of Amazonas. Through the course, the women acquired and improved skills in managing small businesses, and were then sent to other courses where they were able to learn trades with the aim of generating income. Thus, this experience highlighted the relevance of extension actions aimed at training and generating income for women. Especially when dealing with the interior of the state of Amazonas, characterized by distances, logistical difficulties and lack of formal jobs, actions aimed at stimulating entrepreneurship and entrepreneurial education are fundamental for the economic and social development of the region.

Keywords: *Entrepreneurial Education. Small Business. Female empowerment.*

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo tem sido cada vez mais objeto de interesse científico, tendo em vista a sua reconhecida relevância na sociedade. De acordo com Dolabela (2008), o empreendedor é o motor da economia, sendo responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. O mesmo autor afirma ainda que o empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego, mazela social que ao longo da história tem afligido uma significativa parcela da população brasileira, especialmente em tempos de pandemia.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao terceiro trimestre de 2021, o desemprego atingiu 13,5 milhões de brasileiros, o que corresponde a 12,6% das pessoas com idade para trabalhar no país. Assim, Stockmanns (2014) afirma que é preciso estimular o ser humano, a partir de sua capacidade criativa e de iniciativa própria, à criação de recursos próprios de sobrevivência, ou também podemos chamar de espírito empreendedor. Nesse sentido, a Educação Empreendedora desempenha um papel relevante, considerando seu estímulo à cultura e à prática de novos padrões de comportamento, além de novas competências para o mundo do trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social. (Silva et. al., 2021).

Uma porta de entrada para o mundo do empreendedorismo é por meio dos pequenos negócios. Dados do SEBRAE (2018) revelam que, no Brasil, 99% das empresas são micro e pequenas empresas (MPE), e que estas respondem por 52% dos postos formais de emprego no setor privado, o que reforça a importância destes negócios para a economia.

O estímulo ao empreendedorismo torna-se ainda mais relevante em se tratando de

determinados segmentos da sociedade, como as mulheres. Dados da Global Entrepreneurship Monitor (2017) revelam que as mulheres ainda empreendem menos que os homens no país, embora constituam a maior parte da população, o que ressalta a necessidade de ações voltadas ao empreendedorismo feminino e formação empreendedora de mulheres.

Nesse contexto, este relato tem por objetivo apresentar a experiência resultante de um projeto de empoderamento de mulheres por meio de um Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), intitulado “Como Administrar um Pequeno Negócio”, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM *Campus Eirunepé*. O curso, voltado exclusivamente para o público feminino, teve como público-alvo preferencial mulheres em situação de vulnerabilidade social, mães solo e mulheres ribeirinhas, sendo ofertado no município de Eirunepé, no interior do Amazonas.

O LOCAL DE OFERTA

Eirunepé é um município localizado às margens do rio Juruá, dentro da área da Floresta Amazônica. Pertence à Microrregião do Juruá e Mesorregião do Sudoeste do estado do Amazonas e está localizado cerca de 1.245 quilômetros da capital Manaus em linha reta e 3.448 quilômetros por via fluvial. Segundo dados do IBGE, o município possuía, em 2021, uma população estimada de 36.121 habitantes, o que o torna o mais populoso de sua Mesorregião, que envolve ainda outros cinco municípios.

Quanto às informações referentes a trabalho e rendimento, ainda de acordo com o IBGE, em 2019 o número de pessoal ocupado era de apenas 1.759 pessoas, cerca de 5% da população.

Figura 1: Mesorregião do Sudoeste Amazonense.



Fonte: www2.ifam.edu.br

O percentual da população com rendimento mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo no último censo realizado, em 2010, foi de 51%, o que revela um número significativo de famílias de baixa renda. Esses dados reforçam ainda mais a relevância da oferta de ações de extensão voltadas ao empreendedorismo, trabalho e renda no município.

O CURSO OFERTADO E A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

O curso FIC “Como Administrar um Pequeno Negócio” foi ofertado pelo IFAM Campus Eirunepé e teve como público-alvo preferencial mulheres em situação de vulnerabilidade social, mães solo e mulheres ribeirinhas. O objetivo principal do curso foi desenvolver, atualizar e aprimorar conhecimentos e habilidades fundamentais em gestão de pequenos negócios, visando o suporte técnico necessário à criação, desenvolvimento ou aprimoramento de um produto/serviço que possa ser comercializado de modo a gerar renda para as empreendedoras.

O conteúdo abordado foi dividido em seis disciplinas:

1. Como criar e desenvolver uma ideia de

negócio (empreendedorismo).

2. Definindo o produto/ serviço e definindo os parceiros.

3. Tornando o produto/ serviço conhecido e acessível aos clientes.

4. Como atender bem e se relacionar com os clientes.

5. Alternativas de ingresso no mundo do trabalho, Microempreendedor Individual (MEI) e benefícios da formalização do negócio.

6. Estratégias de vendas e o profissional de vendas.

Cada disciplina teve a carga horária de 10h, totalizando 60h de curso. As atividades foram realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2021, seguindo as medidas de biossegurança recomendadas, como a utilização de máscaras, a disponibilização de álcool em gel e a aferição de temperatura.

Antes do início das atividades do curso, a equipe de trabalho participou dos cursos de Modelagem de Negócios e Sistema ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia), ofertados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM.

A execução das atividades envolveu os seguintes passos:

1. Divulgação e inscrição: a divulgação foi realizada no espaço físico do IFAM Campus Eirunepé e por meio de um banner digital para divulgação nas redes sociais. Após um período de tempo destinado à divulgação, foi iniciado um período para as inscrições das interessadas.

2. Elaboração de material didático: o material precisa ser de fácil interpretação, com linguagem adequada ao público que se pretende atender, não podendo ser considerado definitivamente finalizado, mas passível de atualizações e adaptações. (CORRÊA, 2013). Assim, o curso foi elaborado de forma a usar a linguagem mais clara e de fácil compreensão, o que se refletiu na construção do material pedagógico, que evitou conceitos complexos e fora da realidade

local, priorizando conteúdo aplicável no cotidiano do pequeno empreendedor no município. Foi perceptível que a linguagem utilizada e seleção dos conteúdos contribuiu significativamente para o alcance do público-alvo durante as atividades do curso.

Figura 2: Material didático do curso.



Fonte: Próprio autor, 2021.

3. Encontros presenciais e atividades remotas: as seis disciplinas ofertadas foram abordadas em encontros presenciais. Além disso, as cursistas também receberam uma lembrança personalizada de boas-vindas, como forma de acolhimento na instituição, e participaram de palestras sobre saúde e bem-estar da mulher e biossegurança, conduzidas por profissionais convidados.

Figura 3: Encontros presenciais.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Ao fim das atividades, as alunas demonstraram seu conhecimento em modelagem de negócios com a construção de um modelo utilizando o Business Model Canvas, um quadro de modelo de negócios onde o planejamento e gerenciamento estratégicos podem ser entendidos de forma visual, considerando que o planejamento não deve ser rígido, mas mutável e dinâmico ao longo do tempo. (OSTERWALDER, 2018). Esse trabalho foi feito tomando por base um negócio existente em que a aluna já atuava ou que pretendia abrir futuramente.

Assim, as alunas desenvolveram seus modelos de negócios a partir do conhecimento e análise de nove componentes, a saber: segmentos de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com clientes, fontes de receita, recursos principais, atividades chave, parcerias principais e estrutura de custo.

Figura 4: Construção de um modelo de negócios.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Além dos encontros presenciais, também foram criados grupos no aplicativo WhatsApp para que, durante a semana, as alunas tivessem a possibilidade de contato com as demais colegas e com a equipe de trabalho além da possibilidade de agendamento de reunião com os professores para o esclarecimentos de dúvidas e troca

de informações a respeito do curso, das disciplinas e dos negócios ou ideias de negócios das discentes.

4. cerimônia de encerramento das atividades e entrega de certificados: por fim, para a devida finalização das atividades com as discentes de forma solene, foi realizada no IFAM *Campus* Eirunepé uma cerimônia de encerramento de atividades do curso.

Figura 5: Cerimônia de encerramento das atividades.



Fonte: Próprio autor, 2021.

A cerimônia contou com a presença das alunas, da equipe de trabalho do curso e da direção e professores do Campus, que participaram da entrega dos certificados. Ao todo, 27 alunas concluíram o curso.

Figura 6: Entrega dos certificados.



Fonte: Próprio autor, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o curso FIC de empoderamento feminino “Como Administrar um Pequeno Negócio” foi muito gratificante. Foi alcançado um número dentro do esperado de mulheres do público-alvo estabelecido. Por meio do curso, as mulheres puderam adquirir e aprimorar habilidades em gestão de pequenos negócios, como o desenvolvimento da criatividade e da habilidade empreendedora, a realização de modelagem de negócios, o gerenciamento estratégico com objetivos, estratégias para o alcance de objetivos e senso de missão e visão, a definição, modelagem, precificação e divulgação de seu produto/serviço e o desenvolvimento de habilidades relacionadas a vendas e relações com clientes, fornecedores e demais parceiros.

Além disso, as mulheres também puderam aprender os caminhos para a formalização do negócio, já que no município de Eirunepé, uma grande parte dos pequenos negócios são informais, devido a diversos fatores como falta de orientação específica e ideias equivocadas a respeito da formalização. Com o conhecimento adquirido sobre gestão, as alunas foram encaminhadas para outros cursos onde puderam aprender ofícios objetivando a geração de renda.

Assim, essa experiência evidenciou a relevância de ações de extensão voltadas à capacitação e geração de renda para mulheres. Nos grupos criados no aplicativo WhatsApp para a comunicação entre as alunas e a equipe de trabalho, ao término das atividades foram recebidas mensagens de agradecimento pela experiência e aprendizado adquiridos. Outras relataram a utilização dos conhecimentos de gestão adquiridos, em conjunto com os ofícios aprendidos em cursos posteriores, para a geração de renda, ou seja, foi possível perceber uma diferença positiva e real na

vida das egressas por meio de seus relatos posteriores.

Especialmente em se tratando do interior do estado do Amazonas, caracterizado pelas distâncias, dificuldades logísticas e carência de empregos formais, ações voltadas ao estímulo ao empreendedorismo e à educação empreendedora são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da região.

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (PROEX/IFAM) pelo incentivo e apoio às atividades de extensão, inclusive por meio da concessão de bolsas para viabilizar a realização deste curso FIC.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Michele Antunes. Os materiais didáticos como recursos fundamentais de potencialização da qualidade do ensino e aprendizagem na EaD. **Revista E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial**. Florianópolis, v. 6, n. 1, 2013.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Editora de Cultura, 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2017**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf>. Acesso em 7 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em 7 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Eirunepé**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/>

[eirunepé/panorama](#)>. Acesso em 9 fev. 2022.

OSTERWALDER, Alexander. **Reinvent your business model: how to seize the White space for transformative growth**. Watertown: Harvard Business Review, 2018.

SILVA, M. M.; BACELLAR, T. M.; FILHO, E. A. F.; SANTOS, S. R. Vivência teórico-prática no Ensino de Empreendedorismo para alunos do curso de Administração – Um Relato de Experiência. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 7, jul. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 24 jun. 2022.

STOCKMANN, Jussara Isabel. **Pedagogia empreendedora**. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2014.



OLHA O PEIXE! UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA SOBRE A QUALIDADE DO PESCADO

A HYGIENIC AND SANITARY EDUCATION ACTIVITY ABOUT THE QUALITY OF FISH

Sarah Ragonha de Oliveira¹
Rondon Tatsuta Yamane Baptista de Souza²
Sandro Ferronato Francener³
Kaline Ziemniczak⁴
Rayssa Layane Silva Cardoso⁵

Resumo: Esse artigo relata as atividades desenvolvidas pelo projeto de Extensão “Olha o Peixe”, cujo objetivo foi desenvolver um trabalho de treinamento e conscientização quanto às adequadas práticas de manipulação do pescado para feirantes e população consumidora, contribuindo para um processo educativo no que se refere às mudanças nos padrões de higiene, qualidade do pescado e segurança alimentar. Este projeto foi pensado e desenvolvido no município de Itacoatiara-AM, no período de julho a dezembro de 2021, após observar que a comercialização do peixe fresco era realizada de forma deficiente e precária, não atendendo às normas de boas práticas de manipulação e infraestrutura e a população consumidora parecia não preocupar com o emprego dessas práticas inadequadas. Trata-se de uma ação dividida em duas etapas de educação higiênico-sanitária: dos feirantes e comerciantes de pescado e da população consumidora no município de Itacoatiara. A ação para feirantes e comerciantes de pescado foi realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, a partir de palestras de informação e conscientização comparando as metodologias empregadas com a legislação vigente. Para a conscientização da população em geral foi produzido conteúdo digital de conscientização através da criação de uma conta na rede social Instagram®, além da produção de uma cartilha digital. Por fim, foi realizado um Dia de Campo com demonstrações práticas sobre qualidade do pescado e a importância das boas práticas de manipulação.

Palavras-chave: Boas práticas de manipulação. Peixe fresco. Mídias sociais.

Abstract: *This article reports the activities developed by an Extension Project which intended to develop a training and awareness work about*

1 Mestre em Biologia. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. sarah@ifam.edu.br

2 Mestre em Ciência e Tecnologia para Recursos Naturais. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. rondon.souza@ifam.edu.br

3 Médico Veterinário. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. sandro.francener@ifam.edu.br

4 Doutora em Genética. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. kaline.ziemniczak@ifam.edu.br

5 Discente do Curso Técnico em Agropecuária. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. rayssasteale3@gmail.com

the appropriate practices of fish handling for marketers and consumer population, contributing to an educational process with regard to the changes in hygiene standards, fish quality and food safety. This project was designed and developed in Itacoatiara-AM, from July to December 2021, after observing that the commerce of fresh fish was carried out in a deficient and precarious way, not meeting the standards of good handling practices and infrastructure and the consumer population seemed not to be concerned about the use of these inappropriate practices. The action was divided into two stages of hygienic-sanitary education: for the fairground and fish traders and for the consumer population in the municipality of Itacoatiara. The action for fish marketers and traders was carried out in partnership with the City Hall, based on information and awareness lectures comparing the methodologies employed with the current legislation. For the awareness of the general population, digital awareness content was produced through the creation of an account on the social network Instagram®, in addition to the production of a digital booklet. Finally, a Field Day was held with practical demonstrations on fish quality and the importance of good handling practices.

Keywords: Fish handling practices. Fresh fish. Social media.

INTRODUÇÃO

O pescado possui uma carne muito perecível em comparação com outras de origem animal, devido a diversos fatores que determinam a ocorrência de um conjunto de alterações que rapidamente contribuem para sua desvalorização ou rejeição (LI et al., 2016; TAHERI-GARAVAND et al., 2020). Além disso, qualquer alimento está sujeito a contaminação de microrganismos patogênicos e substâncias tóxicas, que pode ocorrer durante todas as etapas, desde a produção até o consumo. O consumo de alimentos contaminados pode ocasionar nas chamadas doenças transmitidas por alimento (DTAs), resultando até mesmo em óbito do consumidor (CARVALHO et al., 2021).

Para evitar a contaminação do pescado é imprescindível seguir as normas de manipulação, higienização e conservação (BRASIL, 2007). Saber escolher um peixe fresco adequado e apto para o consumo demanda que a população esteja capacitada para poder identificar as características sensoriais que o produto deve apresentar. Assim, a análise sensorial é um método utilizado para a avaliação da qualidade do pescado fresco (BOGDANOVIĆ et al., 2012), sendo indicado nesses casos em virtude do seu baixo custo, eficiência e praticidade, sendo comumente realizada também pelo setor de pescado e pelos serviços de inspeção sanitária. (ALTEMIO et al., 2020).

Em estudos prévios realizados no município de Itacoatiara-AM verificou-se que a comercialização do peixe fresco é realizada de forma deficiente e precária, não atendendo às exigências das boas práticas de manipulação e infraestrutura, com desrespeito das normas de Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal e as demais normas implantadas pela ANVISA (RIBEIRO e FERREIRA, 2020). Percebeu-se, por parte

dos consumidores, que ainda existem mitos com relação à forma de armazenamento do pescado, com a preferência ao peixe não armazenado no gelo (FERREIRA, 2020). Sendo assim, observamos que seria importante a realização de um trabalho de conscientização no município, tanto para os feirantes, quanto para os consumidores, para alterar esse cenário e o hábito da população.

A proposta deste projeto de Extensão teve como objetivo desenvolver um trabalho de treinamento e conscientização quanto às adequadas práticas de manipulação do pescado para feirantes e população consumidora, contribuindo para um processo educativo no que se refere às mudanças nos padrões de higiene, qualidade do pescado e segurança alimentar. O projeto foi desenvolvido no município de Itacoatiara-AM, no período de julho a dezembro de 2021. Trata-se de uma ação de conscientização dividida em duas etapas de educação higiênico-sanitária: dos feirantes e comerciantes de pescado e da população consumidora no município de Itacoatiara.

EDUCAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA DE FEIRANTES

Os feirantes e comerciantes de pescado do município de Itacoatiara foram convidados a participar de uma ação educativa sobre a comercialização e manipulação de pescado nas feiras, comparando as práticas empregadas com a legislação vigente. Essa ação foi realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, como parte de uma capacitação de cerca de 40 permissionários das bancas das feiras municipais que, devido à Pandemia da COVID-19, foram divididos em grupos para evitar aglomerações. Além de assuntos relacionados às boas práticas da manipulação de alimentos, durante a formação foram abordados temas sobre atendimento ao público e controle financeiro

das vendas, com a duração de quatro tardes (FIGURA 1).

Figura 1: Ação de formação dos feirantes e comerciantes de pescado do município de Itacoatiara-AM.



Fonte: Próprio autor, 2021

Durante o processo de formação, percebeu-se interesse por parte dos feirantes em melhorar as condições de exposição dos seus produtos. Contudo, foi evidenciado, também, o papel da Prefeitura em fornecer condições adequadas aos permissionários nos locais de comercialização, como água potável, sanitários e dispositivos adequados para descarte dos resíduos. Os participantes desconheciam essas necessidades que seriam uma obrigação da Prefeitura, como fomentadora da comercialização desses produtos, conforme descrito na Lei Orgânica do Município (2011).

Almeida e Morales (2021) constataram, em um trabalho realizado em uma feira livre e no mercado municipal de Itacoatiara, que as instalações físicas são precárias e insatisfatórias, elencando diversos pontos que estão em desconformidade com a legislação. Os autores também verificaram que a qualidade microbiológica do pescado comercializado nos locais estudados está inadequada para consumo humano. Os mesmos autores propõem mudanças para atingir os padrões considerados satisfatórios, dentre elas, a capacitação dos profissionais envolvidos no processo.

EDUCAÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA DA POPULAÇÃO

Ao longo dos quatro meses de desenvolvimento do projeto foram planejadas e desenvolvidas ações voltadas para a divulgação de informações para a conscientização e educação da população quanto às boas práticas de manipulação de alimentos. Visualizando-se o impacto do uso das mídias sociais na divulgação do conhecimento, pensou-se na criação de uma conta na rede social Instagram® denominada “Olha o Peixe” (Perfil *olhaopeixe_ifam*) que teve como objetivo produzir conteúdo digital para a conscientização da população. Foram realizadas reuniões semanais junto a equipe do projeto para o planejamento do conteúdo e produção de postagens para a conta envolvendo três produções semanais, abordando assuntos relacionados às boas práticas de manipulação do pescado, análise sensorial, biologia e curiosidades das espécies de peixes nativas da região (Figura 2).

Forte e Pires (2020) destacam o uso das mídias sociais como veículo de expressão de pessoas, organizações e profissões. No contexto de formação de técnicos, a participação em atividades de extensão assume destaque por possibilitar o desenvolvimento de habilidades diversas que envolvem a pesquisa de conteúdo, análise crítica e produção de conhecimento (MASSI; QUEIROZ, 2010). A rede social Instagram® é muito utilizada na divulgação de conteúdos digitais, por ser uma plataforma com grande visibilidade e possuir ferramentas de interação com os usuários, facilitando o entendimento e tornando os conteúdos mais atrativos (PEDROSO et al., 2020).

Figura 2: Exemplo de postagem informativa do perfil do Instagram.



Fonte: Próprio autor, 2021

Ao final dos quatro meses de ação do projeto, o perfil do Instagram contava com 149 seguidores que receberam as informações compartilhadas pela equipe do projeto por meio de 66 postagens, além das interações que foram realizadas entre os seguidores e a equipe por meio do aplicativo.

Durante o período de vigência do projeto foi elaborada uma cartilha com o título “Como escolher o peixe fresco” para ser disponibilizada digitalmente para os compradores de pescado do município. O material foi lançado em um evento intitulado “Dia de Campo: Qualidade e Empreendedorismo na Aquicultura”, realizado no campus do IFAM Itacoatiara e que teve como objetivo divulgar as ações de pesquisa e extensão realizadas por servidores e discentes do IFAM campus Itacoatiara, em parceria com o ICET/UFAM do município. Além da disponibilização de material impresso, também foram produzidos folders para a divulgação da cartilha, contendo um QR Code para o acesso do material digital. A cartilha está disponível online (OLIVEIRA et al., 2021).

O dia de campo foi formatado em quatro

estandes, cada um destinado a um projeto de extensão distinto. O estande do Projeto Olha o Peixe, além da divulgação do material informativo produzido, teve a exposição de pescado em diversas fases de conservação (recém-pescado, pescado há quatro dias mantido em gelo e pescado há quatro dias exposto a temperatura ambiente). A exposição ilustrou a discussão sobre as qualidades do peixe fresco e as técnicas de análise sensorial, além a importância das boas práticas de manipulação de alimentos para a manutenção da qualidade do pescado, que vão desde a conservação até os utensílios que são usados pelos manipuladores e vendedores de peixe (Figura 3). O Dia de Campo contou com a participação de um público de 86 pessoas, sendo elas da comunidade acadêmica ou externa ao IFAM (Figura 4).

Figura 3: Estande do Projeto Olha o Peixe no dia de campo.



Fonte: Próprio autor, 2021

A partir da interação com o público do evento foi possível constatar que ainda existem dúvidas com relação a identificação do peixe fresco, mesmo em características importantes, como a presença de olhos redondos e brilhantes e coloração das brânquias, pois houve dificuldade entre os participantes em identificar dentre os peixes

em exposição, qual seria o fresco e bom para o consumo.

Figura 4: Apresentação no estande do Projeto Olha o Peixe no dia de campo.



Fonte: Próprio autor, 2021

Também não era conhecida entre os participantes a importância da manutenção do pescado em gelo, desde a despesca até a comercialização. No município observa-se que as bancas de comercialização do pescado expõem os peixes sobre bancada de madeira e à temperatura ambiente e o emprego dessas práticas inadequadas parece não preocupar a população, que mesmo assim continua comprando os produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações executadas pelo projeto e da ampla divulgação do material digital produzido espera-se contribuir para a conscientização sobre a higiene e a segurança alimentar no município de Itacoatiara-AM. Contudo, ressaltamos que a mudança nos padrões observados atualmente só será possível com ações conjuntas de políticas públicas, investimento nas instalações e capacitação de recursos humanos.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Pró-Reitoria de Extensão do IFAM pelo financiamento da

bolsa através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C.; MORALES, B. F. Análise das condições microbiológicas e higiênic-sanitárias da comercialização de pescado em mercados públicos de Itacoatiara, Amazonas, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, março 2021, p.32247-32269.

ALTEMIO, A. D. C.; ARANHA, C. P. M.; SILVA, G. P.; RIBEIRO, M. L. F. F.; REGINATO, N.; ROLON, N. V.; SANTOS, S. T.; CAVICHIOLO, F. Qualidade dos pescados comercializados durante as festas do peixe de Dourados-MS. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 2020, v. 6, n. 9, p. 69854-69864. (2020).

BOGDANOVIĆ, T.; ŠIMAT, V.; FRKA-ROIĆ, A.; MARKOVIĆ, K. Development and application of quality index method scheme in a shelf-life study of wild and fish farm affected bogue (*Boops boops*, L.). **Journal of food science**, v. 77, n. 2, 2012, S99-S106.

BRASIL. **Cartilha do Pescado**. Secretaria e Especial de Aquicultura e Pesca. Abras, 2007. 24p. Disponível em: https://www.abrasnet.com.br/pdf/cartilha_pescado.pdf Acesso em: 22/07/2022.

CARVALHO, G. D.; ALMEIDA, L. P.; SILVA, V. V.; COSTA, S. C.; FIM, C. S.; PONTES, F. M.; SOUZA MOREIRA, C. Aspectos relevantes sobre as intoxicações pelo consumo de pescado. In: Verruck, S. (Org.) **Avanços em Ciência e Tecnologia de Alimentos**. Volume 4. 2021. pp. 117-131.

FERREIRA, M. M. Percepção de frescor do pescado pelos consumidores de Itacoatiara-AM. **Anais de Iniciação Científica**. Vol. 9, n. 1 (2019/2020 jun). – Manaus: IFAM, 2021.

FORTE, E.C.N.; PIRES, D.E.P. Os apelos da enfermagem nos meios de comunicação em tempos de coronavirus. **Revista**

Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 73, supl. 2, e20200225, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/mPPkNZg6MVVsFbmzB4KSxSz/?lang=pt> Acesso em: 22/07/2022.

ITACOATIARA-AM. **Lei Orgânica Municipal**. 2011. Disponível em: https://www.transparencia-am.com.br/ITACOATIARA/CM/pluginAppObj/pluginAppObj_234_44/LEI-ORGANICA-CM-ITACOATIARA.pdf Acesso em: 02/12/2021.

LI, D.; ZHANG, L.; SONG, S.; WANG, Z.; KONG, C.; LUO, Y. The role of microorganisms in the degradation of adenosine triphosphate (ATP) in chill-stored common carp (*Cyprinus carpio*) filets. *Food Chemistry*, vol. 224, jun 2017. pp. 347-352.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, Apr. 2010. p. 173-197,. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/sbMpbTCj34fBkxn35Ct45Nm/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 set. 2020.

OLIVEIRA, S. R.; SOUZA, R. T. Y. B.; ZIEMNIZACK, K.; FRANCENER, S. F.; BAVELONI, M. F. G.; CARDOSO, R. L. S. **Como escolher o peixe fresco**. Cartilha. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAElg2sgE2Q/cNgd_l4IOskv0orKB3Hleg/view?utm_content=DAElg2sgE2Q&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=publishsharelink Acesso em: 22/07/2021.

PEDROSO, B. M.; CRUZ, A. M.; VERCELHESI, B. P.; ZANFERARI, E. L. S.; CORBETTE, J. S. S.; RUYBAL, M. C. P. O Instagram® como meio de divulgação de conteúdos de anatomia humana: um relato de experiência. v. 12 n. 1 (2020): **Anais do 12º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA**: Salão de Ensino. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/105777> Acesso em: 02/06/2022.

RIBEIRO, J. C.; FERREIRA, M. M. **Aspectos higiênico-sanitários da comercialização do pescado no município de Itacoatiara-AM**. 2020. 30 fl. Trabalho de Conclusão de Curso Técnico. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Itacoatiara, AM. 2020.

TAHERI-GARAVAND, A.; NASIRI, A.; BANAN, A.; ZHANG, Y. D. Smart deep learning-based approach for non-destructive freshness diagnosis of common carp fish. **Journal of Food Engineering**, vol. 278, Jan 2020. 109930. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0260877420300297?casa_token=QDWReo5uQUYAAAAA:32MSrRuu0EnaHKxSqU5WsHVzozIC71GuyAqjPMImtVB76SSOg-fYtmb4C7CMZOwWYydJLo1G8Ck Acesso em: 22/07/2022.



SALA DE AULA INVERTIDA NO CURSO FIC OPERADOR DE COMPUTADOR DO IFAM CAMPUS TEFÉ

Flipped classroom in the ifam campus tefé computer operator fic

Gabriel Pinheiro Compto¹
Higson do Nascimento Vaz²

Resumo: O crescente desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente de um mundo conectado, tem requerido profissionais que sejam capazes de articular as suas competências, no campo da computação, e direcioná-las para a resolução de problemas, como a necessidade da operação das diversas ferramentas computacionais em ambientes de trabalho. Diante do exposto, o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Operador de Computador apresentou as principais ferramentas computacionais, como programas de Edição de Texto, Edição de Planilha Eletrônica e Ferramentas para Internet. Ele atendeu 21 alunos das zonas rurais, ribeirinhas e urbanas do município de Tefé-AM e cidades circunvizinhas, entre os meses de outubro a dezembro de 2021. No Curso FIC Operador de Computador foi utilizada a abordagem da metodologia ativa Flipped Classroom, sendo disponibilizados conteúdos por meio do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) Moodle do IFAM – Campus Tefé e aulas presenciais no laboratório de informática do IFAM – Campus Tefé, este que serviu para realização de práticas e soluções de dúvidas, utilizada de forma híbrida. No curso foram formados 20 alunos, totalizando um aproveitamento de 95%.

Palavras-chave: Metodologia Ativa. Formação. Tecnologias.

Abstract: *The growing development of new technologies, especially in a connected world, has required professionals who are capable of articulating their competences in the field of computing and directing them towards the resolution of problems, such as the need to operate the various computational tools in work environments. Given the above, the Initial and Continuing Training Course (FIC) Computer Operator presented the main computational tools, such as Text Editing programs, Electronic Spreadsheet Editing and Internet Tools. It assisted 21 students from rural, riverside and urban areas of the municipality of Tefé-AM and surrounding cities, between the months of October and December 2021. In the FIC Computer Operator Course, the approach of the active methodology Flipped Classroom was used, with content being made available through the VLE (Virtual Learning Environment) Moodle at IFAM – Campus Tefé and face-to-face classes in the computer lab at IFAM – Campus Tefé, which was used to carry out practices and solve doubts, used in a hybrid way. 20 students were trained in the course, with a total success rate of 95%.*

Keywords: *Active Methodology. Formation. Technologies.*

1 Mestre em Educação. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Tefé - IFAM/CTEF. gabriel.compto@ifam.edu.br

2 Mestre em Educação. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Tefé - IFAM/CTEF. higson.vaz@ifam.edu.br

INTRODUÇÃO

Os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) têm sido imensamente fomentados na busca pela capacitação, aperfeiçoamento, especialização e na atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade e nas mais diversas áreas da Educação Profissional, sendo este um dos pilares das ações dos Institutos Federais de Educação junto à comunidade. A Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais (IFs), no seu Art. 7º, destaca que umas das finalidades dos IFs é a Formação Inicial e Continuada (BRASIL, 2008, p. 4). Dessa forma, podemos destacar que os cursos FICs são importantes para o desenvolvimento local, onde estão inseridos os IFs.

Diantedisto, foi submetido e contemplado no Edital N° 06 PROEX/IFAM/2021 o curso FIC Operador de Computador.

O curso FIC Operador de Computador justifica-se pelo crescente desenvolvimento de novas tecnologias, principalmente de um mundo conectado, onde esse cenário tem requerido profissionais que sejam capazes de articular as suas competências, no campo da computação, e direcioná-las para a resolução de problemas, como a necessidade da operação das diversas ferramentas computacionais em ambientes de trabalho. Diante do exposto, o curso FIC Operador de Computador contempla as principais ferramentas computacionais, como programas de Edição de Texto, Edição de Planilha Eletrônica e Ferramentas para Internet.

Sendo assim, o curso objetivou atender 21 (vinte e um) alunos das zonas rurais, ribeirinhas e urbanas do município de Tefé e cidades circunvizinhas. Esses grupos de alunos são oriundos de famílias com baixa renda, que possuem como fonte de renda trabalhos informais, como a pesca

e agricultura; além de programas sociais públicos. O curso pretendeu despertar o raciocínio criativo tecnológico no grupo, por meio de exemplos e práticas relacionados com a realidade local, utilizando tecnologias digitais para solucionar problemas e propor melhorias da sua realidade local.

O município de Tefé-AM possui a nota de 0,639 no Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM (IBGE, 2010), estando na sexta posição no ranking estadual. O IBGE (2019) estima que Tefé possua uma população de 59.849 pessoas e um território de 23.692,223 km². As Escolas de Ensino Fundamental da rede pública possuem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,5 para os anos finais do ensino fundamental (IBGE, 2019). Comparando com outros municípios, Tefé fica na 5237ª posição entre 5570 municípios, mostrando o baixo índice e a necessidade de projetos que incentivem a Educação no município.

Devido a Pandemia de Covid-19, o mercado de trabalho teve que se adequar a essa nova realidade, com a necessidade de manter a economia girando em meio ao isolamento social e ao fechamento dos serviços não essenciais, muitos trabalhadores foram pegos de surpresa por essa nova modalidade. No ano de 2017, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), lançou um relatório chamado "Working anytime, anywhere: the effects on the world of work", onde informou, dentre outros assuntos, que a rápida expansão das tecnologias digitais transformaria o modelo tradicional de trabalho e as relações trabalhistas (CARVALHO; BLIACHERIENE; ARAÚJO, 2020). Desta forma, observa-se um caminho contínuo para que mais tecnologias digitais sejam usadas no nosso dia a dia. Contudo, o perfil profissional da população tefeense não está adequado à esta nova realidade, onde um questionamento pode ser destacado: como esses os novos profissionais irão sobreviver

em um ambiente sem os conhecimentos necessários para essa? Para isso, o Curso FIC Operador de Computador irá abordar temas atuais que envolvem o conhecimento de Sistemas Operacionais e Internet, pacotes de aplicações de escritório, como Editor de Texto e Planilha Eletrônica.

Observando a necessidade do mundo moderno rodeado por tecnologias digitais, as instituições de ensino buscam implementar novas metodologias de ensino. Dentre elas, podemos destacar as metodologias ativas de aprendizagem, que possuem como princípio o protagonismo do aluno, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades (NASCIMENTO; FEITOSA, 2020). No curso FIC Operador de Computador foi implementado o conceito de metodologia ativa no processo de ensino e aprendizagem, em particular a Flipped Classroom (em português, Sala de Aula Invertida). Na Flipped Classroom, na qual o aluno recebe a exposição dos conteúdos antes dos encontros presenciais. Essas exposições podem se dar por meio de vídeos, textos, áudios e outros, ficando os encontros presenciais para realização de práticas, discussões do assunto, realização de projetos e outros (FAVA, 2018).

Para Jonathan Bergmann – um dos pioneiros do Flipped Classroom – o Flipped Classroom é uma inversão do proposto no ensino tradicional, nela o aluno pode dedicar maior atenção na realização de práticas, projetos e outras ações que possibilitem a aplicação, análise e avaliação do conteúdo proposto. (BERGMANN, 2018).

O Flipped Classroom é um modelo de ensino híbrido, onde dois aspectos devem ser bem trabalhados: a criação do material on-line deve ser adequada para exposição dos conceitos e o momento em sala de aula deve ser bem planejado, com a finalidade de otimizar o tempo nos encontros presenciais (BACICH; MORAN, 2018).

DESENVOLVIMENTO

O curso FIC Operador de Computador teve início no mês de outubro de 2021, onde, também, foi realizada a seleção dos alunos, por meio do Edital de Chamada Pública Nº 007/2021- IFAM/Tefé, nele foram selecionados 21 (vinte e um) alunos. A seleção foi realizada de forma presencial no IFAM – Campus Tefé, respeitando o critério da ordem de inscrição.

A organização curricular do curso considerou a necessidade de proporcionar a qualificação profissional em Operação de Computadores. A matriz curricular do curso FIC em Operador de Computador foi organizada por disciplinas, com uma carga horária total de 160 horas, totalizando três disciplinas em aproximadamente três meses, executados de outubro a dezembro de 2021.

As disciplinas que formam a matriz curricular foram articuladas e fundamentadas na integração curricular, em uma perspectiva interdisciplinar, distribuído da seguinte forma:

1. Introdução ao Sistema Operacional e Internet: com carga horária de 40h, visou proporcionar a compreensão de aspectos e práticas de ferramentas de um sistema operacional e internet.
2. Editor de Texto: com carga horário de 60h, visou proporcionar a compreensão das principais funcionalidades de um aplicativo de edição de texto e o seu manuseio prático, como formatação e edição de textos eletrônicos.
3. Editor de Planilha Eletrônica: com carga horária de 60h, visou proporcionar a compreensão das principais funcionalidades de um aplicativo de planilha eletrônica e o seu manuseio prático, como formatação de planilhas, aplicações de funções e outros.

O curso foi executado de forma híbrida, com aulas presenciais no IFAM – Campus Tefé

e aulas remotas por meio do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) Moodle do IFAM – Campus Tefé, respeitando as características do Flipped Classroom.

Foi realizada uma explicação sobre as características dessa metodologia para os alunos, com a finalidade de ambientá-los nessa nova prática.

Os momentos on-line foram realizados respeitando a autonomia dos alunos, principalmente sobre a escolha de horário para estudo do material proposto na plataforma Moodle, sendo esse aspecto considerado um ponto positivo para a Flipped Classroom (BERGMANN, 2018).

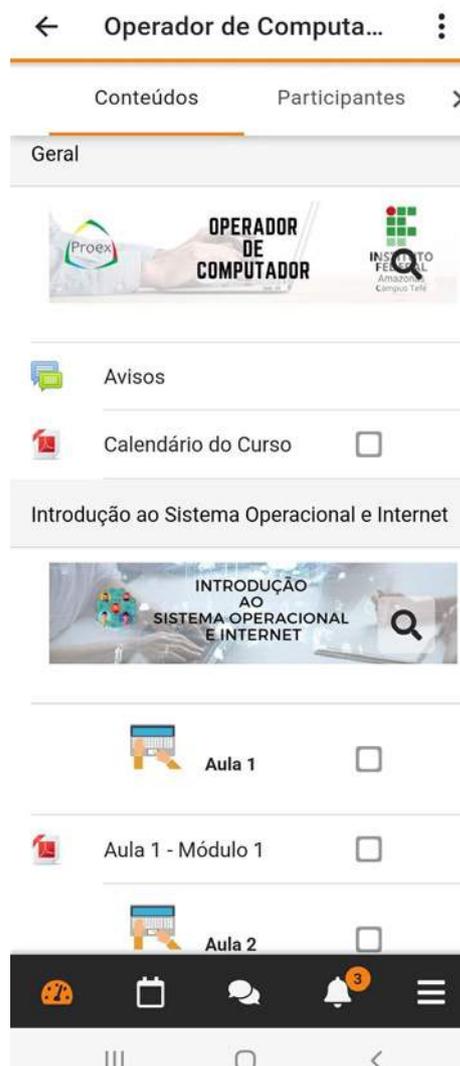
O material disponibilizado na plataforma Moodle foi composto por arquivos de texto e vídeos. Os arquivos de texto foram disponibilizados em formato de apostila e objetivaram apresentar os conceitos básicos dos conteúdos. Podemos observar na Figura 1 o ambiente da turma no Moodle.

Os vídeos, também chamados de vídeos invertidos (termo proposto pelo pesquisador Jonathan Bergmann), foram desenvolvidos com a finalidade de apresentar os principais conceitos das disciplinas, principalmente pela apresentação das ferramentas que estavam dispostas nas ementas das disciplinas.

Algumas características foram seguidas para o desenvolvimento de um bom vídeo invertido, como: possuir o tempo entre 2 a 15 minutos, ser objetivo, apresentar e primar pela qualidade do áudio e vídeo; essas características são descritas por Bergmann (2018) como boas práticas para o desenvolvimento de um vídeo invertido.

O download dos conteúdos do curso possibilitou o acesso do material sem a necessidade de uma conexão constante de internet, tendo em vista que as redes de conexão de dados são instáveis na cidade de Tefé-AM. Na Figura 2 é possível observar a função de download de material do curso na plataforma Moodle.

Figura 1: Ambiente da turma no Moodle.

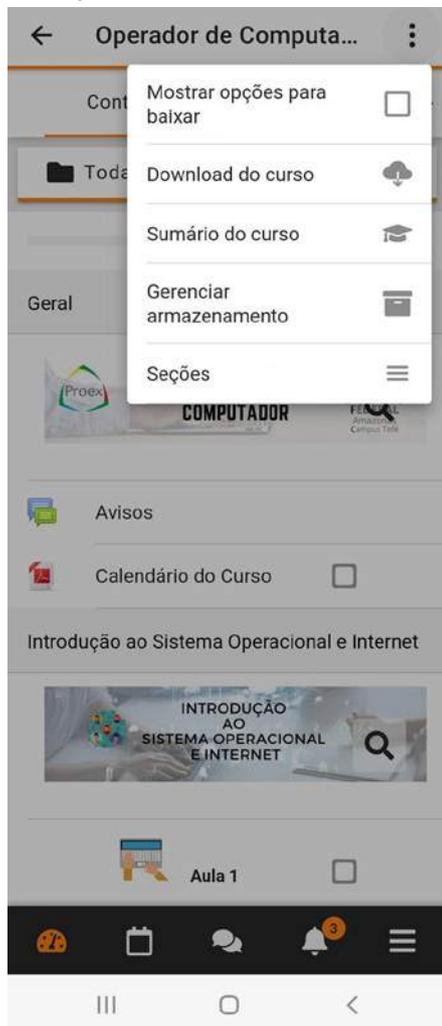


Fonte: Próprio autor, 2022.

O Moodle foi escolhido como o AVA para o curso, pois ele é programa de licença de uso gratuito e possui uma vasta lista de recursos e atividades que podem ser inseridas e personalizadas nas salas de aulas virtuais da própria plataforma.

Os materiais no Moodle foram disponibilizados respeitando o calendário de disciplinas do curso, onde os alunos, por meio dos seus smartphones, puderam realizar o download do material do curso.

Figura 2: Função de download do material no Moodle.



Fonte: Próprio autor, 2022.

As aulas presenciais foram realizadas no período noturno e possuíam carga horária diária de 4h. Elas foram realizadas no laboratório de informática do IFAM – Campus Tefé, espaço adequado para as práticas do curso, tendo em vista os equipamentos computacionais que o compõe, conforme pode ser observado na Figura 3.

Apesar das aulas presenciais servirem para a realização de práticas, foi observado, em poucos casos, que alguns alunos realizavam o primeiro acesso do material no laboratório de informática.

As avaliações do curso foram realizadas ao fim de cada disciplina. Elas foram disponibilizadas na plataforma Moodle,

conforme podemos observar na Figura 4.

Figura 3: Alunos realizando as práticas no laboratório de informática.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Figura 4: Avaliação na plataforma Moodle.



Fonte: Próprio autor, 2022.

A aplicação das avaliações por meio da plataforma foi escolhida pois permite a apresentação de um feedback instantâneo para os alunos, sendo uma característica que pode aumentar a eficácia da metodologia ativa Flipped Classroom (BACICH; MORAN, 2018). As configurações das avaliações podem seguir o padrão das avaliações tradicionais, com notas e questões objetivas, dissertativas e outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos obtidos no curso, serão de suma importância para os alunos, pois alguns objetivam o ingresso no mercado de trabalho e outros desejam se manter e, posteriormente, alcançar promoções em suas vidas profissionais. Dessa forma, o curso agregará valor na força de trabalho dos municípios, dando oportunidade para pessoas de baixa renda se qualificarem e concorrer a processos de seleção, tendo mais chances de serem contratados.

A experiência da metodologia ativa Flipped Classroom foi satisfatória, pois foi possível observar a dedicação dos alunos nas aulas presenciais no laboratório de informática.

Neste contexto, podemos destacar que dos 21 (vinte e um) alunos que ingressaram no curso, 20 (vinte) alunos se formaram, aproximadamente 95%, e 01 (um) aluno foi considerado evadido, aproximadamente 5%, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

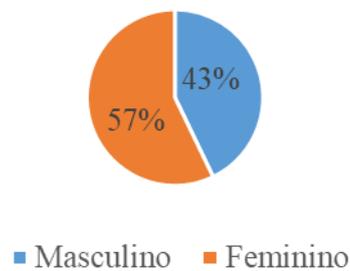
Gráfico 1: Porcentagem de alunos Formados x Evadidos.



Fonte: Próprio autor, 2022.

Dentre os alunos, podemos destacar que 12 (doze) pessoas que ingressaram no curso são do gênero Feminino, aproximadamente 57%, e 09 (nove) pessoas são do gênero Masculino, aproximadamente 43%, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Porcentagem de alunos do gênero Masculino x Feminino.



Fonte: Próprio autor, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à PROEX/IFAM, em especial a Profa. Dra. Maria Francisca Morais de Lima e a pedagoga Ma. Aline Zorzi Schultheis de Freitas.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BERGMANN, J. **Aprendizagem invertida para resolver o problema do dever de casa**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008.

CARVALHO. A.C.L, BLIACHERIENE. A.C, ARAÚJO L.V. Quando um vírus nos desafia: pandemia,

novas tecnologias e teletrabalho – desafios do século XXI. **Rev. Controle**, Fortaleza, v. 18, n.2, p. 21-41, jul./dez. 2020.

FAVA, R. **Trabalho, educação e inteligência artificial**: a era do indivíduo versátil. Porto Alegre: Penso, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/pesquisa/37/0?tipo=ranking>>. Acesso em: 24 set. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Panorama 2019**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/tefe/panorama>>. Acesso em: 24 set. 2021.

NASCIMENTO, J. L.; FEITOSA, R. A. Metodologias ativas, com foco nos processos de ensino e aprendizagem. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, 2020.



MULHER EMPREENDEDORA: CURSO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE

ENTREPRENEURIAL WOMAN: CLEANING AND HYGIENE MATERIAL PRODUCTION COURSE

Ana Lúcia Soares Machado¹
Giskele Luz Rafael²

Resumo: Considerando a vulnerabilidade social feminina, principalmente a falta de renda, a crise econômica, a violência doméstica e ainda os problemas gerados no meio ambiente pelo descarte de resíduos de óleo usado. O curso vem contribuir para mudar essa realidade do público feminino em vulnerabilidade social, inclusive em relação às questões emocionais e a autoestima feminina. O objetivo principal desse projeto, é proporcionar a possibilidade para geração de renda, por meio da produção de materiais de limpeza e higiene, com matéria-prima de baixo custo, e com reaproveitamento de óleo de fritura usado; desse problema surge a possibilidade de reverter a situação a partir do estímulo ao empreendedorismo. A relevância desse projeto está em ajudar a melhorar a situação descrita, contribuindo para geração de renda e ainda formar cidadãos socioambientais que conseqüentemente irão contribuir para a conservação ambiental. Os objetivos foram alcançados com sucesso. O curso foi de 40 horas, no período de setembro a dezembro, concluído por 70 mulheres, distribuídas em quatro turmas. Devido ao período de pandemia em que ocorreu o projeto, a ministração das aulas era voltada a atividades práticas, aplicando uma linguagem simples e de fácil entendimento. E além da formação e geração de renda, foram desenvolvidas habilidades soft skills. Ao finalizar o curso foi observada a satisfação e o desejo de realizar novos cursos.

Palavras-chave: vulnerabilidade, empreendedorismo, socioambiental

Abstract: *Considering the female social vulnerability, especially the lack of income, the economic crisis, domestic violence and also the problems generated in the environment by the disposal of waste used oil. The course contributes to change this reality of the female public inside social vulnerability, including in relation to emotional issues and female self-esteem. The main objective of this project is to provide the possibility for income generation, through the production of cleaning and hygiene materials, with low-cost raw material and with reuse of discarded frying oil; from this problem arises the possibility of reversing the situation from the stimulus to entrepreneurship. The relevance of this project is to improve the situation described, contributing to income generation and also to train socio-environmental citizens who will consequently contribute to environmental conservation. The objectives were successfully achieved. The course was 40 hours, from September to*

1 Doutora em Sustentabilidade. Coordenadora do Projeto: Mulher Empreendedora – curso de material de limpeza e higiene e Docente IFAM - Campus Manaus Distrito Industrial - CMDI. ana.machado@ifam.edu.br

2 Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Docente IFAM - Campus Manaus Distrito Industrial – CMDI. giskele.rafael@ifam.edu.br



December, completed by 70 women, distributed in four classes due to the pandemic period during the project time, the teaching of classes was focused on practical activities, applying a simple and easy to understand language. In addition to training and income generation, soft skills were developed. At the end of the course, satisfaction and the desire to take new courses were observed.

Keywords: Vulnerability; Entrepreneurship; Environment; Socio-environmental

INTRODUÇÃO

O projeto: “Mulheres empreendedoras” teve como proposta uma ação de extensão do Instituto Federal do Amazonas - IFAM desenvolvido no *Campus* Manaus Distrito Industrial. As áreas temáticas, envolvidas, são: educação, meio ambiente, tecnologia e produção, tendo como enfoque a linha de extensão: emprego e renda. E como premissas atender mulheres em estado de vulnerabilidade social, desempregadas, ou com baixa renda familiar. O projeto tem como objetivo: produzir materiais de limpeza e higiene, a partir de materiais de baixo custo e com reaproveitamento de óleo de fritura usado, para dar um destino correto a este material, contribuir com meio ambiente e auxiliar na economia doméstica, sendo eles: sabão em barra ecológico (utilização de óleo usado de fritura), detergente líquido a partir do sabão em barra ecológico; amaciante e sabonete líquido. Nesse sentido buscou-se despertar e orientar o empreendedorismo (plano de negócio) para geração de renda. Estimular a autoestima e as habilidades produtivas da força feminina.

Proporcionando o interesse dessas mulheres em aprimoramento profissional. O projeto contribuiu para o despertar das instituições para com as mulheres que ficam à margem da sociedade em relação a capacidade produtiva. Cada uma com sua história de vida, ainda tem muito a contribuir na sociedade, desde que haja estímulo e caminhos apontados para serem inseridas novamente no mercado de geração de emprego e renda.

O projeto ocorreu no período de 3 (três) meses, as turmas foram distribuídas em 4 (quatro) grupos, devido a realidade de Pandemia enfrentada no período do curso. Houve aulas teóricas e oficinas práticas, conforme Figura 1, confecção de sabão em barra ecológico, detergente a partir do sabão,

sabonete líquido e amaciante de roupas.

Figura 1: Materiais produzidos no projeto, Mulher Empreendedora.



Fonte: Próprio autor, 2021

Ainda, para o melhor desempenho das aulas foi produzido uma apostila com as receitas e dicas a serem desenvolvidas ao longo do curso (MACHADO et al., 2021; OLIVEIRA, 2012).

No decorrer das aulas também havia um momento de ginástica laboral, ministrado pela professora de educação física, Figura 2, para desenvolvimento de uma consciência corporal e de habilidades soft skills e maior interação entre as participantes.

Figura 2: Atividade Laboral no início das atividades.



Fonte: Próprio autor, 2021

Um momento muito especial de interação e descontração entre alunas e professores.

MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

As questões ambientais permeiam todas atividades ao longo do projeto, pois estas estão inseridas em todas as áreas do conhecimento, e são urgentes na sensibilização de comunidades para que o ambiente, o entorno, o oikos (casa em grego) esteja fluindo de forma equilibrada sem perdas.

O descarte do óleo de fritura tem sido recorrente; em qual casa não sobra aquele resto de óleo de fritura? Assim, é descartado constantemente por falta de consciência ambiental referente ao dano que causa na natureza, aos recursos hídricos ou por falta de opção do que fazer com o óleo usado. Ao longo dos anos muitos projetos têm sido desenvolvidos para dar uma destinação adequada ao óleo de fritura usado. Nesse em especial foram transformados em sabão mais de 50 L de óleo de fritura. Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, a responsabilidade de ações para incentivo de práticas sustentáveis é compartilhada com todos, seja indústria geradora, poder público, distribuidores, estabelecimentos comerciais e os usuários finais (BRASIL, 2010), no entanto não é uma realidade, principalmente na Região Norte.

Não são apenas leis que podem mudar a realidade, são os processos educativos, para a formação socioambiental de cidadãos (MACHADO, 2012) evidencia-se a Educação Ambiental, nesse processo. Por formação de cidadãos ambientais, entende-se este conceito proposto em tese doutoral de Machado (2012) como: “Cidadãos socioambientais, são aqueles que tenham condições de interagir com questões relacionadas à crise ambiental dos últimos tempos, tanto local como planetária”; sendo assim (ALLEIN et al, 2020) contribui com essa ideia, ao afirmar que o desenvolvimento de processos educativos que envolvem a Educação Ambiental com a temática sobre

resíduos em todas as esferas da sociedade e permite a participação de muitos indivíduos na tomada de decisão em prol do nosso bem comum. A Educação Ambiental vem lentamente desempenhando esse papel, em despertar no ser humano uma maneira de se relacionar com o meio ambiente de forma consciente das limitações de recursos e da necessidade de ações de intervenção para reverter o caminho de destruição do meio ambiente. Assim, esse projeto foi permeado de ações de educação, com o fim de não apenas de promover uma consciência do cuidado, mas despertar o interesse que através de reutilização de materiais que seriam descartados promover o empreendedorismo, mostrar que o ambiente, economia e sociedade podem andar juntos, gerar emprego e renda.

EMPREENDEDORISMO

A formação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social oportunizou a ampliação dos horizontes de todas as participantes do curso. A maioria delas se veem limitadas e desacreditadas das suas capacidades. Mulheres de todas as idades, que geralmente foram privadas de educação de qualidade e a oportunidades iguais.

A ideia de apresentar o contexto empreendedor para as alunas, surge da necessidade de oferecer os conceitos básicos sobre o planejamento e execução de um negócio, conhecimento esse fundamental para o sucesso de qualquer proposta empreendedora (ROSA, 2014).

O curso apresenta inicialmente os conceitos formais do empreendedorismo até chegar ao comportamento empreendedor, momento esse em que todas são levadas a notar a semelhança com seu comportamento rotineiro. Conforme, Figura 3.

Figura 3: Aula de Empreendedorismo



Fonte: Próprio autor, 2021.

Mulheres enfrentam diariamente desafios complexos, quer seja em questões domésticas, ou emocionais, quer seja no desempenho da profissão.

Segundo Dolabela (2003), é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade". As alunas se mostraram durante todo o curso motivadas a buscar a realização de seus sonhos. O conhecimento empreendedor surge como ferramenta para alcançar de forma planejada essas metas e incentivar a formação profissional de todas.

Após a fase inicial acerca dos conceitos de empreendedorismo, o curso se direcionou para a ferramenta voltada para a apresentação de um negócio de forma geral e visual, o modelo de negócio Canvas. Bonazzi (2014) esclarece de forma sucinta:

Osterwalder e Pigneur (2010) desenvolveram a ferramenta Business Model Canvas, com nove dimensões que cobrem os três pilares conceituais da definição de modelo de negócios: criação de valor (parcerias-chave, atividades-chave e recursos-chave); entrega de valor (canais, segmento de clientes e relacionamentos com o cliente); e captura de valor (estrutura de custo e fontes de receitas).

O Canvas visa facilitar a apresentação de todos os setores de um negócio visualmente e em uma página apenas. As alunas foram

desafiadas a elaborar um canvas voltado para as atividades que estavam fazendo nas oficinas de sabão. Para tanto utilizamos a ferramenta de construção on-line disponibilizada pelo Sebrae.

A tarefa foi executada sem dificuldade para algumas, no entanto, para as mulheres com mais idade e menos domínio das tecnologias a missão se tornou praticamente impossível. É importante ressaltar que quanto mais idade e menos formação acadêmica, maiores foram os desafios enfrentados pelas mulheres, mas estes obstáculos não as impediram de entender a essência da iniciativa, algumas desenvolveram manualmente o canvas através do template disponibilizado na apostila, desse modo a meta da atividade foi alcançado haja vista que todas as alunas puderam ter uma percepção da necessidade primária de pensar em negócio de forma organizada e planejada.

A última fase do curso se propôs a determinar o preço de venda dos itens produzidos nas oficinas. Esta fase foi a mais desafiadora para as participantes por envolver conhecimento matemático e contábil. O empreendedor que visa o sucesso do negócio precisa conhecer o básico sobre a matemática financeira mesmo dispondo de um contador para auxiliá-lo.

O planejamento financeiro envolve muitos conceitos, entre os principais apresentamos noções sobre receita, gastos, custos fixos e variáveis, despesas, investimentos e outros. Através de um caso específico, pudemos determinar a formação de preço de produto, verificando a margem de contribuição para cobrir os custos fixos e realizar lucro.

A experiência foi fundamental e reveladora a ponto de diversas manifestações serem compartilhadas pelas alunas com a turma. Uma participante afirmou que desconhecia quanto tinha de lucro ou prejuízo como revendedora de produtos

de beleza, e que a partir dali iria fazer suas anotações de receita, custos fixos e variáveis para determinar a apuração de resultados do seu trabalho. A atividade ficou enriquecida de relatos feitos sobre as experiências individuais e sobre a importância de se ter o conhecimento básico sobre finanças e empreendedorismo.

A iniciativa de apresentar de forma panorâmica o contexto em que o empreendedor está inserido, foi feita e plantada como uma semente, precisando agora ser regada por motivações internas e externas que dependem de iniciativas como esta, de oferecer formação para pessoas em situação de vulnerabilidade social, ancorada em suas expectativas individuais.

EMPREENDEDORISMO: PRÁTICA DA SIMULAÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE SABONETE

As alunas forneceram as pesquisas de preços dos ingredientes para a produção de sabonete:

Preços Pesquisados

- Base do Sabonete 1L = R\$ 19,00
- Anfótero 1L = R\$ 15,00
- Essência 100 mL = R\$ 8,00
- Água destilada 1L = R\$ 2,50

Receita para 1000 ml

- Base Líquida: 200 mL
- Água: 700 mL destilada
- Anfótero: 80 mL
- Essência: 20 mL
- Corante: (Sugestão 76 gotas)

Utilizando regra de três simples, foi determinado que para fazer 1 L gasta-se R\$ 3,80 + R\$ 1,60 + R\$ 1,20 + 1,75 = R\$ 8,35 e que cada sabonete seria armazenado em embalagens de 200 ml, portanto cada sabonete teria um custo com matéria-prima

de R\$ 1,67, a embalagem para este tipo de produto, segundo as pesquisas das alunas, custa em média R\$ 0,50. O custo do sabonete passa a ser, portanto, R\$ 2,17.

O preço de venda depende de muitos fatores, como os custos fixos e preços praticados pela concorrência. A metodologia utilizada para a determinação do preço de venda foi baseada na margem de contribuição. Segundo Borges (2015, p. 45) a margem de contribuição (MC) representa a quantia gerada pelas vendas capaz de cobrir os custos fixos e ter como resultado o lucro. A margem de contribuição é representada pela equação $Mc = \text{Preço de venda} - \text{Custo de produção}$. As alunas estimaram como preço de venda do sabonete o valor de R\$ 5,00, obtendo como margem de contribuição $Mc = 5,00 - 2,17 = R\$ 2,83$.

Apenas com a margem de contribuição não é possível saber se o negócio está com lucro ou prejuízo, para tanto se faz necessário o conceito de ponto de equilíbrio, pois através dele é possível saber a quantidade exata e necessária de produtos vendidos para que não se tenha prejuízo.

O ponto de equilíbrio representa o valor em quantidades produzidas (e vendidas) em que as receitas totais se igualam aos custos e às despesas totais (fixos e variáveis). Daí vem a terminologia “equilíbrio”, ou seja, quando a empresa equilibra suas receitas com seus custos e despesas. (BORGES, 2015).

O ponto de equilíbrio é dado pela razão: $(\text{Custos} + \text{despesas fixas}) / \text{Margem de contribuição unitária}$. Na simulação realizada com a turma, a quantia considerada para os custos fixos foi de R\$ 100,00, valor equivalente aos custos com o gás de cozinha, tendo em vista que a produção seria feita na residência da empreendedora. Com as informações dos custos foi possível determinar que o ponto de equilíbrio corresponde a $Pe = 100/2,83 = 35$, ou seja, a partir de 35 sabonetes vendidos o negócio passa a ter lucro.

Existem outras metodologias para determinação de preço de vendas, cálculos de margens, mas o objetivo da formação era apresentar ferramentas simples que auxiliassem as empreendedoras a compreender e executar de forma prática as noções financeiras para empreendedores no início de um projeto.

MULHERES EMPREENDEDORAS

Essa ação de extensão foi de grande valia para todos envolvidos, desde a coordenação, *campus* e a equipe de trabalho, mas principalmente a oportunidade oferecida às mulheres. Mais de 100 mulheres se inscreveram no processo seletivo, mas apenas 70 compareceram com documentos exigidos e conseguiram realizar o curso e se certificarem. Ao contatar as pessoas que não iniciaram o curso aparece uma lista de dificuldades desde a distância do local das aulas (*Campus* Distrito Industrial), falta de dinheiro para transporte, falta de documentos, entre outros. O curso ocorreu duas vezes por semana com o total de 40h (quarenta horas), entre aulas teóricas e oficinas ministradas. Todo material necessário foi fornecido pelo curso.

Ao longo do curso foi realizado um evento com duas Palestra para todas as turmas, no auditório do CMDI, com a presença da convidada Claudete Cunha – gestora estadual do SEBRAE- AM, com a palestra: Empreendedorismo como opção de carreira e a convidada Dra. em Psicologia, Andreina Sales, servidora do IFAM-CMDI, conforme Figura 4, palestra: Mulher empreendedora: Você sabe qual seu super poder?

Figura 4: Convite evento Mulher Empreendedora



Fonte: Próprio autor, 2021

O ciclo de Palestra foi exitoso, pois foi o único momento em que as quatro turmas foram reunidas, onde houve interação entre elas e a motivação das palestrantes ajudaram muito as participantes.

Entre os resultados encontrados observou-se que os impactos foram, tanto em relação às questões ambientais que foram internalizadas, quanto à capacitação em si e conclusão do curso, e ainda foram atingidos outros fatores apresentados nos relatos das mulheres.

“Fazer sabão foi uma experiência maravilhosa, é viciante! É uma coisa que você vai fazendo cada vez mais e mais, é muito gratificante. Em minha casa sempre tem sabão.” Aluna 1

“Eu gostei muito da experiência, me fez economizar bastante. Seguindo a receita, só fui incrementando com nossas fragrâncias e quantidades e foram ficando ótimos.” Aluna 2

Como também impactos os sociais em relação a autoestima e relacionamentos:

“Eu estava passando por um momento delicado e o curso fez com que eu me animasse, com isso, minha autoestima e alegria também voltaram. Tudo isso graças ao detergente, que foi meu produto favorito de fazer, e a essas mulheres incríveis que me incentivaram e ajudaram.” Aluna 3

Foi uma experiência exitosa para todos envolvidos, veja o relato:

“Gostaria de agradecer, foi uma experiência maravilhosa, fico imensamente emocionada pela oportunidade desse curso, é raro ter pessoas assim que nos incentivem, agradeço por tudo. Admito que errei muito testando em casa, mas não desisti, tentei mais e mais até consegui, e deu certo!” Aluna 4

Resultados alcançados na geração de renda

“Estou vendendo muito, aprendi até um novo produto, o esfoliante, o incentivo que tive no curso, me fez buscar e pesquisar novas coisas. Consegui vender muito, recebi retornos e críticas que me fizeram melhorar meus produtos, fui anotando e modificando e assim estou aprendendo mais e mais.” Aluna 5

O despertamento para a continuidade da aprendizagem, também foi observada:

“Aprendi e continuo estudando mais todos os dias, porque quero ensinar também. Tenha metas e objetivos e estude, não desista!” Aluna 6

O projeto atraiu o interesse da mídia e, numa oficina, a TV a Crítica esteve realizando uma reportagem do projeto e registrou as atividades, conforme pode se observar.

Figura 5: Registro, reportagem da TV a Crítica durante a oficina.



Fonte: Próprio Autor, 2021.

A presença da TV foi um outro momento de motivação, pois, pela primeira vez

apareceram na TV e deram entrevistas. A Figura 6, mostra uma das turmas no dia da reportagem, com a presença da repórter da TV, foi ao ar no Jornal Manhã no Ar, da TV a Crítica dia 15 de novembro de 2021.

Figura 6: Alunas e equipe após entrevista televisiva



Fonte: Próprio Autor, 2021.

O Projeto também contou com a parceria do Instituto Social Life Amazon – ISLA, conforme Figura 7, onde também foi oferecido o mesmo curso e oficinas ao instituto parceiro.

Figura 7: Oficina com mulheres do Instituto parceiro.



Fonte: Próprio Autor, 2021.

Esta turma da instituição parceira, ISLA, teve muito interesse para com as oficinas práticas e cálculos de preços para a venda de produtos, não houve ausências. Ao final do curso receberam seus certificados de 40h

e ficaram na expectativa para novos cursos. Conforme Figura 8, Certificação da turma de mulheres da Instituição parceira.

Figura 8: Turma ISLA e certificação



Fonte: Próprio Autor, 2021

As parcerias externas e ofertas de vagas para o público externo em projetos de extensão, demonstra um olhar institucional (IFAM) para fora dos muros acadêmicos e alcança os objetivos institucionais de servir a sociedade de forma geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um projeto de uma magnitude gigantesca que atuou não apenas em formação hard skill, mas muito mais em soft skills, motivação e dar sentido para a vida de pessoas que vivem sem esperança e direção. Devido aos protocolos de enfrentamento a COVID 19, fizemos 4 turmas em paralelo. Foram formadas 70 mulheres empreendedoras. A sugestão é a continuidade dessa ação, agregando a possibilidade de uma bolsa para apoio para transporte dos participantes.

AGRADECIMENTOS

Registramos os agradecimentos à oportunidade oferecida ao Projeto pela

Pró-Reitoria de Extensão, no Edital 05/2021; ao Campus Manaus Distrito Industrial – CMDI, em especial à Diretoria de Pesquisa e Extensão – DIPEX. E a nossa direção geral por todo apoio.

REFERÊNCIAS

ALLEIN, Caroline Maria et. al. A temática ambiental acerca dos resíduos e os processos educativos em uma prática pedagógica de educação ambiental na universidade. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 19, n. 2, 346-358 (2020).

BONAZZI, Fábio Luiz Zandoval; ZILBER, Moisés Ari. Inovação e Modelo de Negócio: um estudo de caso sobre a integração do Funil de Inovação e o Modelo Canvas. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 16, p. 616-637, 2014.

BORGES, Vanessa. **Contabilidade de custos**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), 2010.

DOLABELA, F. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora Cultura, 2003.

MACHADO, Ana Lucia S. **Educação ambiental para gestão sustentável da água**: estudo de caso do igarapé do Mindu – Manaus, AM. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2012

MACHADO et al. **Apostila, Projeto**: Mulheres Empreendedoras, Manaus-AM; IFAM-CMDI, 2021. 35p.

OLIVEIRA, Lidia Cristina Sousa. **Projeto Oficina do Sabão** – Intervenção social para a reinserção dos sem-abrigo. Dissertação de mestrado. Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa-Portugal. p. 85

ROSA, Cláudio Afrânio. **Modelo de Negócio**:

Kit de ferramentas. SEBRAE/MG. Belo Horizonte, 2014.

FORMAÇÃO DE AGENTES DE SEGREGAÇÃO E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO AMAZONAS

SEGREGATION AND COLLECTION OF SOLID WASTE - REPORT OF EXPERIENCE IN A CITY IN THE COUNTRYSIDE OF AMAZONAS STATE

Jonatan Onis Pessoa¹

Franci Moraes de Oliveira²

Jonas Onis Pessoa³

Daiane Oliveira Medeiros⁴

Resumo: Embora os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis tenham importante papel na gestão de resíduos sólidos, observa-se que muitos ainda atuam sem a devida qualificação profissional, expostos a riscos de acidentes, doenças ocupacionais e desvalorização de suas atividades. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou formar agentes para atuar na segregação e coleta de resíduos no município de Itacoatiara/AM. O curso teve duração de 160h e foi executado por sete professores e uma técnica administrativa de forma multidisciplinar. Basicamente, participaram dessa formação trabalhadores da associação de catadores de lixo de Itacoatiara/AM (ASCALITA) e egressos do curso técnico em meio ambiente, cuja faixa etária variou entre 19 a 65 anos de idade e grau de escolaridade desde o ensino fundamental incompleto a pós-graduação. Constatou-se que os discentes compreenderam satisfatoriamente os conteúdos das disciplinas diretamente relacionadas a resíduos sólidos, provavelmente por já possuírem vivência na área. Essa formação representa uma oportunidade de qualificação para o trabalho, bem como a elevação do nível de escolaridade e autoestima dos catadores. Esses profissionais podem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da sociedade em que vivem.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Coleta Seletiva. Inclusão Social.

Abstract: *Although recyclable materials are collectible and reusable and important in the management of solid materials, it is observed that many still occupy an organization without qualified risks, occupational diseases and appreciation of their activities. In this sense, the present work trains agents to*

1 Mestre em Saneamento Ambiental. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. jonatan.pessoa@ifam.edu.br.

2 Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Coordenadora Geral de Ensino. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. franci.oliveira@ifam.edu.br.

3 Mestre em Engenharia Ambiental. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Humaitá – IFAM/CHUM. jonas.pessoa@ifam.edu.br.

4 Mestre em Administração. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Itacoatiara – IFAM/CITA. daiane.medeiros@ifam.edu.br.



act in the segregation and collection of in the municipality of Itacoatiara/AM. The course lasted 160 hours and was carried out by seven teachers and an administrative technician in a multidisciplinary way. Elementary education since the formation of the association of workers of the association of garbage collectors / AM (ASITA) age and graduates of the technical course in the environment of 5 years, whose schooling range varied between 19 and 19 years of age and level of schooling o incomplete to graduate - graduation. It was found that the students satisfactorily understood the contents of the disciplines directly related to solid waste, probably because they already had experience in the area. This training represents an opportunity for students to qualify for work, as well as an evolution in the level of education and self-esteem of the collectors. These professionals can contribute to the socioeconomic and environmental development of the society in which they live.

Keywords: *Environmental management. Selective Collection. Social Inclusion.*

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional e o consumo exacerbado têm resultado em um aumento na geração e na diversidade dos resíduos sólidos, os quais possuem potencial de causar efeitos adversos nas dimensões socioeconômicas e ambientais.

Nesse cenário, no ano de 2010, foi criada no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) por meio da promulgação da Lei N° 12.305/2010, visando contribuir para a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental. Essa lei determina a eliminação e recuperação de lixões no país. Ao mesmo tempo, impõe a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Dentre os instrumentos da PNRS, destaca-se o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Esses trabalhadores atuam na segregação e coleta de resíduos, evitando que materiais recicláveis e reutilizáveis, dotados de valor econômico, cheguem a locais inadequados como os vazadouros a céu aberto, notoriamente conhecidos como lixões.

Apesar da importância desses trabalhadores, observa-se que grande parte ainda atua em locais impróprios (lixões) e/ou sem a devida qualificação profissional, sendo expostos a riscos de acidentes, doenças ocupacionais e desvalorização de suas atividades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE, a região norte é uma das que lidera quando se trata de percentual de lixões no país.

Assim como ocorre em demais localidades da região norte e no estado do

Amazonas, o município de Itacoatiara ainda não possui uma forma de disposição final ambientalmente adequada para os seus resíduos. Além disso, é possível notar a presença de catadores no lixão.

Recentemente, Guimarães e Batista (2021) realizaram uma caracterização quali-quantitativa de resíduos sólidos urbanos em bairros da região central de Itacoatiara-AM e identificaram que, diariamente, são coletados cerca de 15 toneladas de resíduos na área estudada, sendo que deste total 37,40% é composto por materiais recicláveis, cujo ganho econômico estimado com a comercialização destes materiais passíveis de reciclagem pode chegar a R\$ 764.755,00 por ano.

Portanto, aliado à coleta seletiva, a participação de agentes de segregação e coleta de resíduos sólidos representa uma forma de gerar renda bem como reduzir o volume de materiais recicláveis em vazadouros a céu aberto (lixão).

Nesta direção, diversos autores relatam experiências exitosas de formação para promover a capacitação de catadores de resíduos sólidos e salientar a importância ambiental e socioeconômica dessa atividade profissional (PEREIRA e GOES, 2016; PANTARA et al., 2017; SILVA et al., 2020).

Diante do exposto, este projeto teve como objetivo formar agentes de segregação e coleta de resíduos sólidos para atuarem como multiplicadores e auxiliares na gestão de resíduos na sociedade em que vivem. Visou ainda possibilitar a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos e do trabalhador, bem como contribuir para a mitigação dos riscos de acidentes de trabalho dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis durante a realização de suas atividades laborais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O curso foi executado entre os meses de outubro e dezembro de 2021 por sete professores formadores e uma técnica administrativa responsável pelo apoio pedagógico. Teve carga horária total de 160h, conforme preconizado pelo Guia de cursos FIC do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Participaram dessa qualificação trabalhadores da associação de catadores de lixo de Itacoatiara/AM (ASCALITA) e demais interessados com relação na área de resíduos sólidos, como egressos do curso técnico em meio ambiente, formando uma turma de 20 alunos. Esses associados ainda atuavam no lixão da cidade naquela época.

As aulas ocorreram de forma presencial e por meio de estudo dirigido e foram ministradas no período noturno, pois os trabalhadores da ASCALITA realizavam suas atividades laborais nos turnos matutino e vespertino.

A matriz curricular do curso (Tabela 1) foi elaborada com base no perfil profissional do agente de segregação e coleta de resíduos sólidos descrito por PRONATEC (2016).

Tabela 2: Componentes curriculares do curso de formação.

Disciplina	Carga horária
Informática básica	20h
Português instrumental	15h
Matemática aplicada	15h
Resíduos sólidos, saúde e meio ambiente	20
Segregação e coleta de resíduos sólidos	30
Noções de segurança do trabalho	20
Educação ambiental	20
Empreendedorismo	20
Carga horária total	160

Fonte: dados da pesquisa.

O plano de ensino de cada disciplina foi elaborado pelo docente do campus responsável por ministrar seu respectivo componente curricular.

RESULTADOS

Com relação ao perfil da turma, constatou-se que a faixa etária dos alunos variou entre 19 a 65 anos de idade e o grau de escolaridade foi desde o ensino fundamental incompleto a pós-graduação.

Em se tratando especificamente dos catadores, verificou-se que a maior parte era representada por mulheres, condizendo com o estudo desenvolvido por Bortoli (2009) no município de Cruz Alta/RS e divergindo dos resultados encontrados por Rode, Stoffel e Moura (2021) que analisaram o perfil de catadores do município de Laranjeiras do Sul, PR.

Em relação ao grau de escolaridade desses trabalhadores, foi verificado que a maioria não havia concluído o ensino básico. Essa característica também pode ser observada em estudos conduzidos por Silva et al. (2011) em Cruz Alta/RS e Braga, Maciel, Lima (2022) no município de Fortaleza/CE.

Isto posto, o curso representa uma oportunidade de qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade e autoestima dos catadores. Vale lembrar que no Brasil a profissão de catador de material reciclável é reconhecida e foi oficializada em 2002 pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob nº 5192-05, com o título de 'Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável', cujo fato pode beneficiar todos que participaram da formação.

Diante do contraste observado na turma, os professores formadores foram orientados pelo apoio pedagógico a realizarem um diagnóstico situacional no primeiro dia de aula de cada disciplina, o que possibilitou identificar previamente as potencialidades

e dificuldades dos discentes. Docentes que já haviam lecionado em outros cursos FIC endossaram a necessidade dessa estratégia visando otimizar o processo de ensino-aprendizagem.

Sobre os componentes curriculares ministrados, observou-se que os discentes compreenderam satisfatoriamente as disciplinas técnicas diretamente relacionadas a resíduos sólidos, provavelmente por já possuírem vivência nessa área. Tal fato foi evidenciado por meio da participação da turma durante as aulas, onde conseguiram contextualizar os temas estudados.

Contudo, alguns alunos demonstraram certa dificuldade na disciplina de “informática básica”, sobretudo os que possuíam maior faixa etária e menor grau de escolaridade. Cabe destacar que essa disciplina foi inserida visando dar autonomia ao cursista para realização de gráficos, textos, slides e pesquisas na Internet e assim desenvolver suas atividades de forma mais eficiente.

Quanto a disciplina de “resíduos sólidos, saúde e meio ambiente”, os alunos puderam conhecer a origem do lixo e entender como sua composição foi se modificando ao longo da história e se tornou um problema global. Propiciou ainda que utilizassem corretamente termos técnicos como resíduos, rejeitos, vazadouro a céu aberto (lixão), aterro controlado e aterro sanitário, bem como que conhecessem os impactos ambientais adversos e doenças relacionadas ao lixo.

Ao serem convidados a realizar a segregação e classificação dos resíduos gerados em suas residências (Figura 1) durante a disciplina de “segregação e coleta de resíduos sólidos”, os alunos constataram que a maior parte do que foi gerado era passível de reutilização/reciclagem.

Figura 1 – Segregação de resíduos sólidos domiciliares.



Fonte: Castro, 2021

A partir dessa atividade prática, alguns associados destacaram a necessidade da coleta seletiva no município, pois, conforme seus relatos, no lixão são encontrados diversos resíduos que poderiam ter uma destinação ambientalmente adequada e resultar na geração de renda.

Esses mesmos trabalhadores, do seu modo, ressaltaram a importância de realizar corretamente a segregação e acondicionamento dos resíduos, pois, por meio de sua vivência profissional, perceberam que a deficiência em uma dessas etapas pode prejudicar as subsequentes (coleta, transporte, transbordo, tratamento, destinação final ambientalmente adequada e disposição final ambientalmente adequada). Essa troca de experiência foi de grande importância para a turma.

Ainda na disciplina de “segregação e coleta de resíduos sólidos”, os cursistas conheceram a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos) e os preceitos da logística reversa.

Percebeu-se que muitos alunos desconheciam os materiais que faziam parte da logística reversa. Por outro lado, todos afirmaram já ter visto algum ponto de coleta de pilhas e baterias em Itacoatiara.

No que tange a disciplina de “noções de segurança do trabalho”, inicialmente os discentes conheceram os riscos ambientais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes) relacionados às atividades laborais dos catadores.

Segundo Gouveia (2012), os problemas associados à atividade executada por esses trabalhadores se referem ao desenvolvimento de doenças respiratórias e osteomusculares, lesões por acidente, além de exposição a agentes infecciosos, metais pesados e substâncias químicas.

Após a apresentação dos riscos ambientais, foram discutidas as formas de prevenir e mitigar os acidentes e doenças ocupacionais, sendo destacada a importância do uso dos equipamentos de proteção individual – EPI.

Apesar da indiscutível relevância desses equipamentos, diferentes estudos, como o realizado por Castilhos Junior et al., (2013), apontam que o uso de EPI não é comum devido ao calor ou à menor agilidade proporcionada pelos mesmos. Resultados encontrados no trabalho desses mesmos autores mostraram que os EPI mais citados como sendo utilizados são o boné, a luva e a bota. Segundo relato dos catadores, essa situação também é observada em Itacoatiara.

Durante a disciplina de “educação ambiental” foi explicada a importância da responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos, destacando o papel de cada ator social nesse processo. Ainda em relação a esse componente curricular, alguns discentes destacaram a importância de ações ambientais na educação infantil, pois, para eles, as crianças tendem a replicar o que aprendem e podem compartilhar o aprendizado com os pais e pessoas do seu cotidiano.

A última disciplina ministrada no curso foi a de “empreendedorismo”, onde os discentes estudaram os processos e os princípios do

empreendedorismo, contextualizando-os com a temática do curso.

Alguns alunos demonstraram interesse em empreender nessa área por considerarem que Itacoatiara tem potencial para esse negócio e ser uma oportunidade de emprego e renda. O estudo desenvolvido por Guimarães e Batista (2021) confirma essa potencialidade no município.

Além disso, o interesse pelo cooperativismo também ficou evidente, por se tratar de uma organização com foco em grupos com os mesmos interesses. Cabe lembrar que segundo o §1º do art. 18 da PNRS, os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda terão prioridade ao acesso aos recursos da União. Portanto, a inserção desse componente curricular tornou-se de grande importância para o processo de formação dos alunos e para o município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho foram relatadas as experiências vivenciadas durante o curso de formação de agentes de segregação e coleta de resíduos sólidos no município de Itacoatiara/AM.

Um dos aspectos que merece destaque se refere à composição da turma, constituída basicamente por catadores e egressos do curso técnico em meio ambiente, com diferente grau de escolaridade e faixa etária. Nesse cenário, a experiência dos professores formadores em outros cursos FIC e a presença do apoio pedagógico foram fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

Em adição, a vivência prática dos catadores somada aos conhecimentos técnicos dos egressos do curso de meio ambiente contribuíram para melhor

compreensão e contextualização dos temas trabalhados em sala de aula, bem como para o compartilhamento do saber.

A escolha dos componentes curriculares com base no perfil profissional do agente de segregação e coleta de resíduos sólidos também pode ser considerada como um ponto importante para a qualificação dos alunos.

Finalmente, além do curso beneficiar os participantes, também pode contribuir para que Itacoatiara obtenha recursos federais com prioridade, desde que implante a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores formadas por pessoas físicas de baixa renda, conforme preconizado na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais**. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

BORTOLI, M. A. **Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos**. Revista Katálysis, v. 12, p. 105-114, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRAGA, N. L.; MACIEL, R.H.; LIMA, A.C.F.B. Experiências laborais de catadores de materiais recicláveis de uma associação. **Revista Psicol.** Argum. v. 40, n. 108, p. 1347-1364, jan./mar., 2022.

CASTILHO JUNIOR, A. B.; RAMOS, N. F.; ALVES, C. M.; FORCELLINI, F. A.; GRACIOLLI, O. D. Catadores de materiais recicláveis: análise

das condições de trabalho e infraestrutura operacional no sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v.18, p. 3115-3124, 2013.

CASTRO, Amanda Motta; FERREIRA, Cristiane Troina; MOREIRA, Raylene Barbosa. Mulheres: Organização, Resistência e Sobrevivência na Catação de Material Reciclável. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 12, n. 2, p. 19-38, 2021.

Gouveia, Nelson. "Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social." **Ciência & saúde coletiva** 17 (2012): 1503-1510.

GUIMARÃES, G. A.; BATISTA, M. M. Avaliação do potencial de reciclagem dos resíduos urbanos na região central do município de Itacoatiara/AM. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 10, n. 3, p. 260-276, set. 2021.

PANTARA et al. Capacitação de catadores em Mundo Novo-MS. **Revista Barbaquá de Extensão e Cultura**, v.1, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2017.

PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Ipea, 2016.562 p.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Guia PRONATEC de Cursos FIC**. Ministério da Educação. Brasília, 2016. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia_pronatec_de_cursos_fic_2016.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

RODE, G. D. F., STOFFEL, J., MOURA, G. S. Análise do perfil de catadores de materiais recicláveis do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. **Interações** (Campo Grande), v. 22, p. 609-621, 2021.

SILVA, M. M. P. et al. Educação Ambiental: ferramenta indispensável à gestão municipal de resíduos sólidos. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n.5, p.28743-28757 maio. 2020.

SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. C.; ISRAEL, A. L. P.; VERISSIMO, F.; GUMA A. Traços do perfil dos catadores de materiais recicláveis do município de Cruz Alta/RS. In: **Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 16., 4 a 6 out. 2011, Cruz Alta. Anais [...]. Cruz Alta: Unicruz, 2011.

SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2021

REPENSANDO A RELAÇÃO COM O LIXO: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM

RETHINKING THE RELATIONSHIP WITH WASTE: EXPERIENCE REPORT IN TWO SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM

Marcelo Côrtes Silva¹
Renato Valadares de Sousa Moreira²
Ana Flávia Diógenes³
Letícia Diógenes de Moraes Cunha⁴
Rafael Cadena da Silva⁴
Rayane Ewellen Costa da Silva⁴

Resumo: O presente relato de experiência traz as análises e dimensionamentos das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão “Repensando a relação com o lixo: práticas sustentáveis na escola”, aprovado pelo edital PIBEX 2020-2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. O projeto se dedicou a construir junto aos alunos e professores da rede básica de ensino de São Gabriel da Cachoeira, uma nova cultura no que tange a relação sociedade-resíduo, criando um método de agir e pensar através da realização de atividades didático pedagógicas. Assim, duas escolas foram parceiras: Escola Estadual Sagrada Família e Escola Municipal Indígena Duraka Kapuano. Nestas instituições foram desenvolvidas atividades com estudantes do Ensino Fundamental I e II e curso de formação continuada para professores que estão relatadas, analisadas e dimensionadas no presente trabalho para o contexto socioambiental de São Gabriel da Cachoeira, município que carece de uma gestão adequada de resíduos sólidos.

Palavras-Chave: Educação ambiental. Extensão. gestão de resíduos.

Abstract: *This experience report brings the analysis and dimensioning of the actions developed by the extension project “Rethinking the relationship with garbage: sustainable practices at school”, approved by the public notice PIBEX 2020-2021 of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amazonas. The project was dedicated to develop, together with students and teachers of the primary education system of São Gabriel da Cachoeira, a new culture regarding the society-waste relationship, creating a method of acting and thinking through the realization of pedagogical didactic*

1 Doutor. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM/CSGC. marcelo.cortes@ifam.edu.br

2 Doutor. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM/CSGC. renato.moreira@ifam.edu.br

3 Especialista. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM/CSGC. ana.diogenes@ifam.edu.br

4 Alunos do Instituto Federal do Amazonas - IFAM, *Campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM/CSGC. lm288001@gmail.com, peixef22@gmail.com, rayeleven32u@gmail.com



activities. Thus, two schools were partners: Sagrada Família State School and Duraka Kapuano Indigenous Municipal School. Activities were carried out in these institutions with elementary school students I and II and a continuing formation course of teachers who are reported, analyzed and dimensioned in this work for the socio-environmental context of São Gabriel da Cachoeira, a municipality that lacks proper solid waste management.

Keywords: *Environmental education. Extension. waste management.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, o crescimento populacional acentuado aliado a um rápido e desorganizado crescimento urbano, apresenta grande relevância na temática dos resíduos sólidos (SILVA, 2019). O país não apresenta uma gestão adequada de resíduos, o que resulta na disposição final ambientalmente inadequada desses resíduos em aterros controlados e lixões (ABRELPE, 2018). Em termos de disposição final, os dados mostram que o cenário ainda é desfavorável pois cerca de 48% dos resíduos coletados em 2018 tiveram disposição inadequada (ABRELPE, 2018).

A despeito do determinado pela PNRS (BRASIL, 2010), a cidade de São Gabriel da Cachoeira (SGC), no estado do Amazonas, ainda descarta todos os tipos de resíduos em um vazadouro a céu aberto (lixão) (SNIS, 2014), o que gera inúmeras mazelas sociais, ambientais e econômicas (MAHLER, 2012). Nesse cenário desfavorável, a educação ambiental pode ser importante ferramenta didático-pedagógica para estabelecer uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e os resíduos sólidos (FEIO-LEMOS, 2018).

A escola brasileira, sobretudo a pública, deve ser o local em que o debate das questões ambientais seja constante para formar criticidade e protagonismo nos jovens fortalecendo os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999). A Educação Ambiental no ambiente escolar tem o poder de reformar a prática educativa e acrescentar uma formação ampla e cidadã aos alunos e à comunidade escolar (BRASIL, 1999), transformando e promovendo uma escola democrática e com um ambiente de qualidade. Uma escola que não pretenda suprimir e/ou limitar sua prática educativa às disciplinas, mas pelo contrário, busque articulá-las, religá-las, deve, portanto, realizar a prática da Educação Ambiental.

Articulando essas percepções, estruturou-

se o projeto de extensão “Repensando a relação com o lixo: práticas sustentáveis na escola”, desenvolvido por servidores e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus São Gabriel da Cachoeira* (IFAM/CSGC) em duas escolas do município de SGC: Escola Estadual Sagrada Família e Escola Municipal Indígena Duraka Kapuano.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012) define extensão como “um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15). Para Figueira et al. (2018) a extensão busca reduzir distâncias entre os conhecimentos produzidos na universidade e outros espaços sociais por onde circulam modalidades distintas de conhecimentos.

Assumindo Araruna (2009) quando afirma que o espaço escolar ainda é o *locus* privilegiado de mudança de atitudes, valores e comportamento para com o meio ambiente, desenvolvemos ações extensionistas a partir do projeto “Repensando a relação com o lixo: práticas sustentáveis na escola” nas duas escolas já mencionadas, que são alvo do presente relato de experiência.

As próximas sessões deste relato descrevem, analisam e dimensionam as ações do referido projeto no contexto socioeducacional das instituições escolares parceiras desta iniciativa extensionista do edital PIBEX 2020-2021 do IFAM.

O PROJETO: CONTEXTUALIZANDO E CONSTRUINDO AS ATIVIDADES

Com o objetivo de construir junto aos alunos e professores da rede básica de ensino de SGC, por meio de uma educação

cidadã, responsável, crítica e participativa, uma nova cultura no que tange a relação sociedade-resíduo, criando um método de agir e pensar a equipe executora se propôs a desenvolver atividades didático pedagógicas.

Para tanto, experiências anteriores de educação ambiental com resíduos sólidos em escolas foram levantadas na literatura e na vivência dos participantes propiciando múltiplas possibilidades de atividades. A realidade local de SGC foi muito debatida pois era fundamental que a temática ambiental expressasse as potencialidades e limites da gestão de resíduos e educação ambiental da cidade. Diversos questionamentos foram levantados: como realizar atividades em uma cidade que não possui coleta seletiva e o descarte do lixo é em lixão a céu aberto? Como introduzir a temática nesse contexto, onde não existe saneamento básico?

Tais reflexões foram cruciais para a equipe e edificadoras para os estagiários bolsistas e voluntários selecionados, estudantes do IFAM. A imersão na realidade local, seus limites e potencialidades, são dimensões estratégicas para o desenvolvimento adequado das ações extensionistas. Nessa premissa, a equipe delineou 04 atividades para serem desenvolvidas com os estudantes do 4º e 5º ano da Escola Estadual Sagrada Família, inspiradas em atividades descritas no artigo de SILVA et al, 2021. São elas:

1 – Pescaria - A atividade pescaria consiste em, como o próprio nome sugere, capturar com a vara fotos que contém imagens dos mais diversos danos ambientais. O aluno, ao pescar a foto, deve, em conjunto com seus colegas, discutir sobre aquele dano ambiental, explanando suas percepções acerca da imagem.

2 – Oficina de papel machê - A oficina de papel machê consiste em mostrar aos alunos uma forma de transformar folhas de papel já usadas em uma massa modeladora

de cola e papel picado para os alunos moldarem objetos. Essa atividade teve como objetivo principal mostrar a importância da reciclagem que é uma forma sustentável de transformar materiais usados em novos, com novas finalidades.

3 - Gincana do Catador – A atividade consiste em explicar a importância dos catadores como agentes ambientais e partir para a prática: agindo como catadores os estudantes são divididos em dois grupos para coletar resíduos dispostos sobre uma lona e descartá-los corretamente em caixas de papelão nas cores da coleta seletiva. Cada resíduo equivale a um ponto como se fosse o ganho obtido pelos catadores e, assim, as pontuações das equipes definem a equipe vencedora.

4 – Resíduos do lanche – A atividade consiste em utilizar o espaço de lanche/ recreio dos estudantes para discutir e levar os estudantes a reflexão sobre consumo e descarte consciente pois, após o lanche os estudantes conseguem visualizar na prática a grande quantidade de resíduos gerado por eles em um pequeno intervalo para lanchar. Assim, os resíduos do lanche de cada estudante são colocados em lonas nas cores dos coletores seletivos e descartados de forma adequada.

Todas essas atividades tratam a coleta seletiva e a reciclagem como tema gerador para temas amplos sobre consumo, geração, produção e impactos socioambientais. Foram concebidas de modo a entremear as macro-tendências de educação ambiental existentes, uma vez que no espaço escolar é salutar que essas correntes dialoguem garantindo um aprendizado mais orgânico para os estudantes a depender da faixa etária e ciclo escolar (SILVA et al, 2021). Além disso, inspiradas em projeto anterior as atividades foram adaptadas e modificadas para a realidade socioambiental da cidade, contextualizando a questão ambiental no

ambiente amazônico.

Ainda no âmbito do projeto, dois cursos foram estruturados:

- Os estagiários bolsistas e voluntários participaram do curso de extensão (8h) Monitores ambientais, com conceitos introdutórios sobre educação ambiental e gestão de resíduos, para que se familiarizassem com o tema e discutissem em conjunto formas de abordagem nas atividades com os estudantes. Um momento rico de formação e base para as próximas etapas.

- Aos professores da Escola Estadual Sagrada Família (EESF) foi ofertado um curso de extensão (20h) intitulado: Limites e potencialidades da Educação Ambiental: teoria e prática para a sustentabilidade. Mesclando leituras, aulas expositivas-dialogadas e dinâmicas práticas o curso aprofunda o conceito de educação ambiental a partir das macrotendências estabelecidas na literatura (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Cabe ressaltar que devido ao cronograma escolar e mudanças no ensino presencial por conta da pandemia da COVID-19 não foi possível a realização do curso para os professores da Escola Indígena Duraka Kapuano, sediada na ilha de Duraka (SGC/AM). Nessa escola, além das atividades para os estudantes, realizamos um dia de debates sobre educação ambiental com os professores que será descrito e analisado na seção posterior deste relato.

O mês de julho e início de agosto foram, assim, dedicados a aquisição e confecção dos materiais para as atividades, testes destas atividades propostas e planejamento do curso para professores, além de leituras e aprofundamento da equipe executora quanto à temática ambiental.

AS AÇÕES NAS ESCOLAS

Nos dias 25 e 26 de agosto a equipe

executora do projeto esteve na Escola Estadual Sagrada Família realizando as atividades pedagógicas descritas na seção anterior em forma de circuito com os estudantes do 4º ano do ensino fundamental I.

No primeiro momento, a equipe foi apresentada e fez uma breve contextualização da temática ambiental de maneira didática. Muitos estudantes verbalizam suas concepções sobre meio ambiente, poluição, lixo e soluções ambientais e isso é importante para o seguimento das atividades pois os mediadores conseguem construir situações a partir do que foi mencionado pelos estudantes.

A primeira atividade foi a “pescaria” que aconteceu da seguinte forma: os alunos em dupla, pescavam uma imagem, descreviam o que viam e diziam se era certo ou não o que aquela imagem retratava. As imagens de poluição, desequilíbrio ecológico e ambiental suscitam muitas perguntas das crianças e são usadas como tema geradores para a construção de uma conscientização acerca dos malefícios do descarte inadequado e das possíveis soluções para essa questão.

A segunda atividade foi a oficina de Papel Marche, mostrando a necessidade de reutilização dos papéis, contextualizando aos estudantes como o papel é produzido e a importância da preservação das árvores. Assim os estudantes puderam observar os objetos construídos a partir de papel e notar que na maioria das vezes não se deve jogar fora e sim reutilizar.

A terceira atividade foi a Gincana do Catador, em que os alunos foram divididos em 2 grupos. Antes de dar início a gincana, foi discutida a importância da destinação dos resíduos nos coletores corretamente e o papel dos catadores como agentes ambientais, evidenciando as dimensões sociais, econômicas e ambientais desta atividade.

É importante ressaltar que apenas em 2021 foi regulamentada pela prefeitura a Cooperativa de catadores EKATINA (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, 2021). Difundir essa informação aos estudantes foi importante para mostrar que a possibilidade de reciclagem de modo socialmente correto no município já é realidade.

Para finalizar, foi realizado um lanche com os alunos. Depois de lancharem tiveram de destinar o resíduo (embalagens e cascas de fruta) nos tapetes com as cores correspondentes dos coletores seletivos. Os estudantes puderam dimensionar a geração de resíduos em apenas um lanche rápido e, com isso, a equipe executora pôde discutir a geração massiva de resíduos e a necessidade do tratamento adequado dos resíduos.

O curso "Limites e potencialidades da educação ambiental: Teoria e prática para a sustentabilidade" oferecido aos professores da Escola Estadual Sagrada Família teve início no dia 27 de agosto e término no dia 23 de outubro.

As aulas iniciais consistiram em debater a temática dos resíduos, historicidade do lixo e os problemas causados pela falta de tratamento que levou ao surgimento das doenças e muitas mortes no início do processo de formação das cidades e urbanização (EIGENHEER, 2009). Em seguida foi falado a importância da pedagogia dos 3 R's (reduzir, reciclar e reutilizar), discutindo a reciclagem, ao frisar que só ela não é o suficiente e que a medida ecologicamente correta sobre ela é parar com a extração de recursos minerais de uma vez que produtos já estão sendo produzidos por meio da reciclagem (LAYRARGUES, 2002). Travar esse debate com os professores é fundamental para retirar o itinerário reducionista da abordagem da gestão de resíduos (LAYRARGUES, 2002; LOUREIRO, 2004) que usualmente é visto nos currículos escolares.

Foi apresentado também a diferença

entre destinação e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (BRASIL, 2010), dando destaque as consequências da destinação incorreta de resíduos, como por exemplo, nos lixões, caso de SGC.

A equipe executora também abordou conceitos de compostagem orgânica de resíduos – em que o resíduo orgânico é aproveitado ao invés de ir para lixões. Na parte teórica, foi explicado o processo de decomposição da matéria orgânica, e etapas para fazer um composto. Na parte prática foi realizada (na escola) etapas iniciais para obtenção de composto orgânico onde foi explicado e esclarecido dúvidas que os professores tiveram. A construção de uma composteira na escola faz com que os professores tenham à sua disposição um modelo didático interdisciplinar.

Como um dos tópicos mais importantes levantados, o curso trouxe para reflexão e debate as dimensões da educação ambiental conservacionista, pragmática e crítica que devem estar relacionadas na educação dos alunos (LAYRARGUES; LIMA, 2014). A Macrotendência Conservacionista reúne o conjunto de práticas que valorizam a dimensão afetiva na relação homem-natureza e que atribui a culpa da crise ambiental a um ser humano genérico.

A macrotendência pragmática traz duas características complementares: primeiro, a ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais. Segundo a busca desenfreada por ações factíveis que tragam resultados orientados a um futuro sustentável, mas que conserve o *status quo*. (LAYRARGUES, 2002).

A macrotendência Crítica reconhece a dimensão histórica da questão ambiental e a indissociabilidade dos aspectos sociais da educação ambiental assumindo que esta vai além de aspectos comportamentais do indivíduo. Dessa maneira faz crítica sobre o

modelo econômico capitalista e aos atuais padrões de consumo e produção.

Assim, os professores e a equipe executora puderam debater as concepções de educação ambiental que atravessam as atividades pedagógicas propostas em sala de aula e refletir sobre sua práxis docente, o que é fundamental para a formação continuada de professores.

Ainda, foram exibidos três pequenos filmes (“Ilha das Flores”, “História das Coisas”, “Cidades e Soluções – balanço da PNRS”) que abordaram temas como: consumismo, limitação de recursos naturais e desigualdade social. Esses vídeos podem ser utilizados como Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) em sala de aula pelos professores.

Para conclusão do curso discutiu-se junto aos educadores sobre ações e meios de educação ambiental a serem realizadas nos currículos escolares. Os professores demonstraram muita vontade de trabalhar a temática de forma interdisciplinar e expuseram que o curso auxiliou nesse processo. Contudo reconhecem as limitações da gestão de resíduos municipal para que o trabalho seja mais efetivo na prática. Muitos docentes reforçaram a importância de terem compreendido as tendências da educação ambiental e, portanto, a necessidade de se trabalhar conceitos da educação ambiental crítica. Os professores falaram que pretendem trabalhar o conceito de reciclagem dos resíduos dos próprios alunos e expor as criações em uma feira de ciências durante o ano letivo de 2022.

Em novembro o projeto foi dedicado às atividades na Escola Municipal Indígena Duraka Kapuano, na ilha de Duraka. No dia 05 de novembro realizou-se atividades com 32 estudantes da escola, do Ensino Fundamental I e II.

Foram as mesmas atividades didático pedagógicas realizadas com os estudantes da

Escola Estadual Sagrada Família. Percebemos uma interação maior com a natureza e uma percepção mais clara sobre os malefícios dos impactos ambientais nos estudantes da escola indígena Duraka Kapuano. É interessante perceber como a localidade onde se vive influencia na relação da sociedade com os resíduos e também aspectos culturais, uma vez que Duraka é uma comunidade indígena. A gestão de resíduos e a educação ambiental desenvolvida em SGC devem ter por princípio fomentar a interculturalidade.

No dia 13 de novembro, sábado, realizou-se um dia de debates sobre educação ambiental e ações na sala de aula com os professores da Escola da Ilha de Duraka. Esse momento teve como objetivo principal apresentar as dimensões que a educação ambiental tem de alcançar uma sala de aula aplicando as três macrotendências: conservacionista, pragmática e crítica.

Após leitura e debate de um texto sobre as macrotendências os professores puderam debater suas percepções acerca da temática ambiental. Os professores manifestaram sua indignação: “os brancos ricos, empresários que deveriam ser os mais limpos são os que mais sujam!”

Os docentes foram participativos e deixaram evidente em seus relatos as dificuldades em trabalhar a educação ambiental, visto que não há investimento para capacitação dos professores. Os educadores propuseram que as ações de EA devem caminhar junto aos pais/responsáveis, para que não se limite só a escola e professores. Expressaram a diversidade de ideias que os alunos têm sobre a temática, o que precisa ser valorizado e aplicado na prática: ações sustentáveis com os alunos a fim de que se tornem cidadãos críticos e responsáveis.

Após a discussão sobre as Dimensões de EA, foi realizado a Oficina de Garrafa Pet em que os próprios docentes da comunidade, seguindo as orientações montaram um

banco de garrafas pet, que ficará na entrada da Escola e serve ainda como proposta para os professores trabalharem com os alunos conceitos de reutilização e importância do descarte adequado de plástico.

Falou-se muito da necessidade de não jogar resíduos no Rio Negro e de discutir de forma crítica o papel da prefeitura e dos governos estadual e federal na gestão de resíduos em ilhas, como a Ilha de Duraka. Na parte da tarde, realizou-se a oficina de compostagem de resíduos orgânicos, no mesmo molde da realizada com os professores da Escola Estadual Sagrada Família.

REFLETINDO NA E SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA

Durante os seis meses de projeto a equipe executora se reuniu semanalmente para estudo, avaliação e planejamento das ações desenvolvidas. Esse processo dialógico foi fundamental para a reflexão das ações, compreender aprendizados, identificar erros e ressignificar sua intervenção nas escolas parceiras. A compreensão de que a extensão é uma prática de mão dupla, dialógica e horizontal é essencial.

A partir dos dados da literatura (SILVA et al, 2021; LAYRARGUES e LIMA, 2014) a equipe compreende que a mistura de macrotendências diversas da EA se apresentou como uma estratégia didática necessária para a incorporação das questões ambientais na escola e as atividades propostas possibilitaram esse hibridismo.

Tal entendimento ganha ainda mais magnitude ao compreender que estudantes do EFI se encontram nas fases pré-operacional e operacional concreto do desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget, grandemente dependentes de objetos manipulados e situações vivenciadas pelas crianças (SHAFFER; KIPP, 2010).

O aprofundamento e a problematização do senso comum referente à educação ambiental foi um ponto alto que coaduna com os conhecimentos prévios e práticas adotadas pelos professores e pode assim ser organizado e racionalizado como coletivo docente da instituição para práticas integradoras nessa temática. Sabe-se dos limites dessas ações, mas a força motriz de consensos e entendimento de dissensos ganha corpo com essa parceria extensionista que deve se desdobrar em outras ações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade extensionista desenvolvida entre junho e novembro de 2021 ganhou corpo e substância com a base dada pelo ensino e pela pesquisa desenvolvida pelos profissionais envolvidos e é galgada nos preceitos fundamentais que norteiam essas atividades.

As ações realizadas nas escolas parceiras buscaram fortalecer o currículo de diversas disciplinas da educação básica ao integrar a temática ambiental a ciências, matemática, história, geografia e português, a partir da educação ambiental. Também propiciou o debate da gestão de resíduos como tema gerador para a complexidade da sociedade contemporânea e suas desigualdades socioambientais.

Despertar nos pequenos estudantes a necessária conscientização quanto ao descarte de resíduos, seus impactos ambientais e as possibilidades de reverter esse quadro lastimável é função importante de um projeto de extensão. Além disso, apoiar a formação continuada dos docentes mobilizando conceitos de educação ambiental é estabelecer um intercâmbio salutar para práticas extensionistas.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de limpeza pública e resíduos especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. Edição 2017. São Paulo: Abrelpe, 2018.

ARARUNA, Lucimar Bezerra. **Investigando ações de educação ambiental no currículo escolar**. Dissertação (Mestrado). 145 f. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 9795, de 27 de ABRIL de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>.

EIGENHEER, E. M. **A história do lixo**. Porto Alegre: ELS2, 2009.

FEIO-LEMOS, Pedro Moreno. **Resíduo e Sociedade: uma análise crítica e histórica sobre os limites da sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia) – Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FIGUEIRA, Maira Rocha; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de; SELLES, Sandra Lucia Escovedo. A inserção da educação ambiental crítica na escola via extensão universitária. **Revista Espaço do Currículo**, v. 11, n. 3, 2018, p. 356-369. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/ufpb.1983-1579.2018v3n11.42077>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo, Cortez, 2002, p. 179-220.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, 2014, p. 23-40. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.

MAHLER, C. F. (org.). **Lixo Urbano: o que você precisa saber sobre o assunto** - Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2012. v. 1, p.192.

SHAFFER, David Reed; KIPP, Katherine. **Developmental psychology: childhood & adolescence**. 8 th.ed. Wadsworth, Cengage Learning, 2010.

SILVA, Marcelo Côrtes. **Coleta seletiva na UFRJ: a chave para um modelo integrador na gestão de resíduos na Universidade**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Marcelo Côrtes; BIONDO, Franco Gomes; FEIO-LEMOS, Pedro Moreno; PEREIRA, Mayza de Andrade; NUNES, Maria Fernanda Santos Quinta da Costa. Coleta seletiva e reciclagem: a experiência do projeto de extensão “Repensar” nos anos iniciais do ensino fundamental. **REnBio - Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio** - vol. 14, n. 1, p. 536-550, 2021.

SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. **Sistema Nacional de Informações**

sobre Saneamento, v. 53, n. 9, 2014, p. 1689-1699. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2014>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

NOTAS SOBRE O CURSO MULHERES INDÍGENAS EXPEDICIONÁRIAS: ATUAÇÃO EM AÇÕES DE PROTEÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO DO SUL DO AMAZONAS

NOTES ABOUT THE COURSE EXPEDITIONARY INDIGENOUS WOMEN: ACTIVITY IN ACTIONS TO PROTECT ISOLATED INDIGENOUS PEOPLES AND RECENT CONTACT IN THE SOUTHERN AMAZON

Francine Pereira Rebelo¹

Daniel Cangussu²

Francisco Henrique Inácio de Souza³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo descrever e refletir sobre o curso intitulado “Mulheres indígenas expedicionárias: atuação em ações de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do sul do Amazonas”, organizado no mês de outubro de 2021. O Curso ofertou uma preparação para mulheres indígenas comporem equipes de expedição junto aos povos indígenas isolados e de recente contato, visando inovar na inclusão de mulheres nas atividades de expedição, mobilizando através da participação feminina novas perspectivas na análise de vestígios e monitoramento dos povos isolados. Percebeu-se a partir das vivências no curso que o trabalho de expedicionário é ainda marcadamente masculino, exigindo esforços conjuntos para o aumento da participação de mulheres no setor.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Povos indígenas isolados. Amazonas.

Abstract: *This work aims to describe and reflect on the course entitled “Expeditionary indigenous women: actions to protect isolated and recent contact indigenous peoples from the south of the Amazon” organized in October, 2021. The Course offered preparation for women natives comprise expedition teams to isolated and recent contact indigenous peoples, including women in expedition activities, mobilizing and showing new perspectives in the analysis of traces and monitoring of isolated peoples. It was noticed from the experiences in the course that the expeditionary work is still markedly masculine, requiring efforts to increase the participation of women in the sector.*

Keywords: *Indigenous women; isolated people; Amazonas.*

1 Mestre em Antropologia Social. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus Parintins* – IFAM/CPIN. francine.rebelo@ifam.edu.br

2 Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Indigenista. cangussu.isolados@gmail.com

3 Discente do curso técnico de Administração. Instituto Federal do Amazonas, *Campus Lábrea* – IFAM/CLAB e bolsista do projeto. francisohenriqueinaciodesouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho, em formato de relato de experiência, tem como objetivo descrever e refletir sobre o curso intitulado “Mulheres indígenas expedicionárias: atuação em ações de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do sul do Amazonas” realizado no mês de outubro de 2021 na cidade de Lábrea/AM. O Curso ofertou uma preparação para mulheres indígenas comporem equipes de expedição junto aos povos indígenas isolados e de recente contato, visando inovar na inclusão de mulheres nas atividades de expedição, mobilizando através da participação feminina novas perspectivas no monitoramento dos povos isolados. Percebeu-se a partir das vivências no curso que o trabalho de expedicionário é ainda marcadamente masculino, exigindo esforços conjuntos para o aumento da participação das mulheres no setor.

O Curso foi efetivado a partir da aprovação no “Edital nº 05 de 27 de agosto de 2021 – PROEX/IFAM, chamada interna para apresentação de propostas para projetos de empoderamento de mulheres por meio de cursos FIC (Cursos de Formação Inicial e Continuada)”. O Edital tinha entre seus objetivos selecionar Projetos de Extensão que fomentassem cursos de qualificação nos *campi* do IFAM atendendo mulheres em vulnerabilidade social e integrantes de comunidades indígenas, quilombolas, internas do sistema socioeducativo, ribeirinhas, assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária, em situação de dependência química, violência doméstica, psicológica ou emocional, em estado de vulnerabilidade social ou incluídas na temática de diversidade de gênero (IFAM, 2021)⁴. Desta forma, vale reconhecer o

⁴ O edital completo está disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/arquivos/edital_qualificacao-de-mulheres-alterado-dia-03-09-2021-1.pdf

empenho do Instituto Federal do Amazonas em atender às comunidades e à população das cidades do interior do Amazonas.

A IDEALIZAÇÃO DO CURSO

O curso foi idealizado pela coordenadora, Francine Pereira Rebelo, e por Daniel Cangussu, servidor da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), indigenista atuante na Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus, entidade que responde pela política de povos indígenas isolados e de recente contato no sul do Amazonas. A construção do curso se deu a partir da problematização e reflexão das ações de campo realizadas pela FUNAI.

As ações de campo e expedições operacionalizadas pelo órgão indigenista estatal brasileiro em meio à floresta amazônica ainda são, em pleno 2021, desempenhadas quase exclusivamente por homens. Logo, com frequência os homens são considerados protagonistas no cenário desta política indigenista de Estado (CANGUSSU, 2021).

A falta de participação de mulheres, indígenas e mateiras nas ações de campo desempenhadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental geram ‘vícios metodológicos’ em uma das mais complexas ações de campo operacionalizadas pelo governo brasileiro. Vale localizar o/a leitor/a que a metodologia de monitoramento dos povos indígenas isolados e de recente contato acontece prioritariamente através dos vestígios deixados na Floresta. Assim, as equipes das Frentes de Proteção Etnoambientais (CGIIRC/FUNAI) localizam e monitoram estes grupos indígenas de forma indireta. Esta metodologia foi criada no âmbito da floresta Amazônica, de modo que os vestígios localizados, analisados e sistematizados encontram-se dispersos em um contexto ecológico bastante específico. Geralmente, tais vestígios

derivam do manejo e uso das espécies vegetais, e podem expressar-se nos troncos das árvores, na ocorrência e concentração de plantas no interior da floresta, nos acampamentos temporários ou, ainda, em artefatos encontrados ocasionalmente em seus caminhos (CANGUSSU, 2021).

A habilidade de observar e interpretar vestígios nas matas está diretamente ligado à história de vida e experiência de cada uma das pessoas. Indigenistas com grande vivência e imersão em atividades em meio à floresta Amazônica, e que desenvolveram a partir destas aguçadas capacidades de interpretação de vestígios, não terão provavelmente a mesma desenvoltura para fazer o mesmo em contexto diverso, por exemplo em regiões de Caatinga ou matas de Cerrado, pois suas referências serão outras. O tempo de crescimento e apodrecimento das plantas e mesmo a relação existente entre as comunidades locais e seu ambiente mudarão significativamente. Reconhecer vestígios, de certo modo, pode ser compreendido como a capacidade de associar evidências materializadas no ambiente às práticas anteriormente vivenciadas.

O método mateiro, mesmo após descrito e sistematizado, depende para sua efetivação da experiência pretérita humana. O caráter subjetivo, neste ambiente, diferentemente do que se propõe em outros campos da ciência, é algo reconhecido e valorizado. Essa é uma das razões pelos quais é importante que coordenadores/as de expedições organizem suas equipes de modo plural, com diferentes pontos de vista e modos de conhecimento sobre a floresta. Equipes pouco versáteis tendem a passar despercebidas pelos vestígios, sem reconhecê-los com acuidade. Isso pode ser considerado um 'vício metodológico' que precisa ser superado.

Historicamente, as expedições são formadas quase que exclusivamente por homens (salvo raríssimas exceções) com

perfis técnicos distintos, mas não raro com experiências sociais extremamente semelhantes, o que limita naturalmente o olhar e a interpretação dos vestígios por parte das equipes de campo. Mulheres possuem experiências de vida e motivações bastante diferentes das dos homens. Estratégias têm sido elaboradas unicamente a partir de uma perspectiva masculina dos fatos, de um recorte restrito de nossa capacidade total de observação e análise dos dados de campo, o que reflete naturalmente em uma política também míope e enviesada. Mas não é apenas na negligência dos vestígios decorrentes das experiências femininas que se pode apontar falhas no método mateiro. A própria cultura machista auto afirmava reproduzida pelos ambientes dos expedicionários pode ser considerado uma distorção do método decorrente da ausência das mulheres neste contexto de trabalho, já que esta é uma variável que desvirtua o método e distrai o processo investigativo.

A inclusão de mulheres expedicionárias e mateiras mostra-se então importante pois possibilita um real aprimoramento das metodologias de campo, apresentando um "olhar diferenciado", com potencial transformativo real. Em outras palavras, a participação feminina nas expedições traz novas perspectivas, expandindo assim as possibilidades de interpretação dos vestígios por parte das equipes de campo.

Além disso, a inclusão das mulheres neste campo de trabalho, enquanto mateiras e expedicionárias, permite o acesso das mulheres indígenas em uma atividade remunerada ofertada em Lábrea, cidade do sul do Amazonas com opções reduzidas de inserção no mercado de trabalho.

O Curso teve então por objetivo a qualificação e incentivo de mulheres indígenas para atuação em expedições de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato; oferecendo conhecimentos

básicos necessários para atuação nas expedições; promovendo conhecimento técnico a respeito da análise de vestígios e monitoramento dos povos indígenas isolados; e, por fim, refletindo sobre as possibilidades de ação e obtenção de renda nesta área de atuação profissional.

A ESTRUTURA DO CURSO

O Curso de extensão “Mulheres indígenas expedicionárias: atuação em ações de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato do sul do Amazonas” teve carga horária de 40 horas e foi realizado de forma presencial no mês de outubro de 2021. Participaram do curso 15 mulheres indígenas, das etnias Juma, Jarawara, Paumari e Apurinã.

O Curso foi dividido em quatro módulos, sendo eles:

1. Gênero e expedições: empoderamento feminino e inclusão de mulheres em mercados de trabalho predominantemente masculinos;

2. Histórico dos povos indígenas isolados da região sul do Amazonas: política indigenista e narrativas sobre as expedições de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato;

3. Monitoramento de vestígios e etnobotânica - Mini expedição: aula prática sobre monitoramento de vestígios em áreas de mata;

4. Possibilidades profissionais e geração de renda na área do indigenismo. Explicamos, a seguir, cada um dos módulos.

No Módulo I - “Gênero e expedições: empoderamento feminino e inclusão de mulheres em mercados de trabalho predominantemente masculinos” foram abordados os temas de gênero, feminismo indígena, mercado de trabalho, empoderamento feminino e organizações indígenas, refletindo sobre como é ser

mulher indígena, seus desafios, dilemas e possibilidades.

O conteúdo abordado no Módulo II- “Histórico dos povos indígenas isolados da região sul do Amazonas: política indigenista e narrativas sobre as expedições de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato” foi a política indigenista brasileira, histórico dos povos indígenas isolados e de recente contato e povos indígenas da Amazônia. O objetivo foi oferecer um panorama a respeito do histórico dos povos indígenas isolados do Amazonas, bem como da política indigenista vigente. Além disso, compartilhou-se com as alunas experiências na atuação em expedições com povos indígenas isolados, trazendo relatos a respeito de aspectos logísticos e organizacionais das expedições (tempo, duração, acampamentos, alimentação, logística, etc).

No Módulo III - “Monitoramento de vestígios e etnobotânica e Mini expedição: aula prática sobre monitoramento de vestígios em áreas de mata”; foram discutidos os temas de Etnobotânica, monitoramento de vestígios e trabalho de proteção aos isolados. O objetivo foi orientar as alunas a respeito do trabalho prático nas expedições, sobretudo no monitoramento de vestígios. Neste módulo foi realizada uma “Mini-expedição”, com uma caminhada em área de mata localizada no próprio Instituto Federal do Amazonas *campus* Lábrea. Neste momento, foi incentivado que as alunas não apenas reconhecessem as diferentes espécies de plantas e seus usos, mas também que atentassem e treinassem seu olhar para os diversos vestígios deixados na área de vegetação.

Por fim, no módulo IV- “Possibilidades profissionais, atuação em ações de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato e empreendedorismo”. Buscou-se refletir sobre questões relacionadas ao trabalho, mercado de trabalho e atuação

profissional das mulheres, especialmente das mulheres indígenas e apresentar as possibilidades de atuação profissional para as alunas, situando-as no contexto do mercado de trabalho indigenista e das expedições em Lábrea/AM.

Em todos os módulos do Curso os professores/as foram Francine Pereira Rebelo e Daniel Cangussu. No último módulo foram também convidados/as a compartilhar experiências profissionais e de expedição alguns indigenistas atuantes na região de Lábrea e do Médio Purus. Assim, pudemos contar a colaboração de Quézia Martins (colaboradora do CIMI), Brenda Capelari (servidora da FUNAI) e Izac Albuquerque (servidor da FUNAI).

Figura 1- Foto de Mandei Juma durante o Curso.



Fonte: Próprio autor, 2021.

REFLETINDO SOBRE O CURSO

A participação das alunas indígenas no curso, com assiduidade nas aulas e nenhuma desistência, foi um indicativo significativo a respeito da importância do tema. Logo no

início do curso, muitas alunas mostraram que desejavam participar de um curso com tal temática, bem como se inserir no campo de atuação de trabalho com os povos indígenas isolados.

O interesse das alunas teve reflexo nas aulas, tornando-as mais dinâmicas e coerentes com o contexto das indígenas. Muitas relataram suas histórias de vida, experiências, práticas cotidianas, atuação profissional, participação política e previram dificuldades relacionadas à atuação nas expedições.

Entre os diversos temas levantados durante o curso, destacamos o imaginário recorrente entre as alunas – e a população em geral – de que o trabalho de expedição seria não apenas um trabalho masculino, mas uma atividade que exige imensa coragem, com riscos imprevisíveis. Soma-se ainda o imaginário de que os povos indígenas isolados seriam “selvagens”, prontos para atacar.

Empenhamos um significativo esforço em desmistificar estes pontos, primeiramente, a rotina do expedicionário é, segundo Cangussu (2021), razoavelmente previsível. Obviamente existem riscos, no entanto, um dos trabalhos de um/a bom/boa expedicionário/a seria evitá-los. Inclusive, como foi dito acima, analisando os vestígios, ou seja, monitorando os grupos de forma indireta. Desta forma, uma expedição exitosa, seria uma expedição onde não existe encontro direto entre a equipe e os povos indígenas isolados.

Além disso, a ideia de que os povos indígenas isolados seriam “selvagens”, “irracionais” mostra-se racista e colonialista, pois ignora a ampla leitura que fazem os povos indígenas isolados ao “escolherem” o isolamento (ainda que não de forma voluntária)⁵. Muitas vezes imagina-se que

⁵ Sobre este tema, ler Cangussu (2021) sobre a ideia de refugiado e não isolado.

vivam na floresta apenas homens “guerreiros”, no entanto, a realidade amazônica mostra que muitas mulheres, indígenas e ribeirinhas, transitam com frequência pela floresta. Além disso, os povos indígenas isolados não são compostos apenas por homens jovens, mas também por mulheres, crianças e idosos.

Muitas profissões são historicamente ocupadas por homens e consideradas inexecutáveis por mulheres. Caminhoneiros, pilotos de avião, garimpeiros, pedreiros, programadores, jogadores de futebol, engenheiro, por muito tempo, apenas homens ocupavam cargos políticos. São muitos os argumentos para o afastamento das mulheres de tais profissões: exigência de força, trabalho pesado, ambiente arriscado, falta de inteligência, racionalidade, etc. No entanto, a experiência prática mostra que o imaginário do expedicionário “desbravador” e forte, não necessariamente indica uma boa atuação profissional, pois o trabalho de expedicionário(a) exige competências técnicas, atenção e espírito de grupo.

Como afirma Cangussu (2021: 43), ainda hoje, é comum que homens acreditem que o perfil do “indigenista expedicionário” é representado necessariamente por pessoas que se assemelham aos estereótipos dos sertanistas que desbravaram nossas florestas nos primeiros séculos do Brasil colonial, ou aos personagens dos filmes hollywoodianos de ação na selva, como Rambo, Braddock, Indiana Jones, ou sabe-se lá quem mais.

Corrêa (2003) no livro “Antropólogas & Antropologia” reconhece e reescreve sobre a presença de mulheres pesquisadoras em trabalhos de campo. Ao recuperar as histórias das mulheres, aponta as dificuldades de “ser mulher em campo” e o apagamento histórico de suas contribuições teóricas e científicas. Desta forma, valorizar as competências das mulheres enquanto pesquisadoras/trabalhadoras de campo é, ainda hoje, urgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a partir das vivências no curso que o trabalho de expedicionário é ainda marcadamente masculino, exigindo esforços conjuntos para o aumento da participação de mulheres no setor.

Por serem historicamente formadas quase exclusivamente por homens com experiências sociais, as equipes de expedição perdem um potencial metodológico significativo, algo que poderia ser transformado a partir de uma maior pluralidade na formação das equipes.

Ainda que invisibilizadas, é importante falar que existem mulheres atuando na proteção e identificação de povos indígenas isolados.

Nota-se descrença e desconhecimento de figuras femininas por parte do meio indigenista ou mesmo nos registros históricos e documentais, mesmo tendo inúmeras mulheres desempenhando trabalhos importantes nesse campo. (SANTANA. 2017)

Neste sentido, o curso apresentou-se como uma importante iniciativa de inclusão das mulheres no campo de trabalho com povos indígenas isolados. No entanto, para uma transformação realmente efetiva, são necessários esforços conjuntos entre instituições públicas, movimentos indígenas e população em geral.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM), especialmente à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) pelo incentivo e bolsas destinadas ao projeto.

Nosso muito obrigado/a a todas as indígenas cursistas participantes do projeto. Obrigado/a também aos que de alguma forma colaboraram para a execução do projeto, especialmente, Edilson Rosário

Paumari (Makakoa), Brenda Capelari, Isac Albuquerque, Mabel Fernandes e Quézia Martins.

REFERÊNCIAS

CANGUSSU, Daniel Rocha. **Manual Indigenista Mateiro**: Princípios de botânica e arqueologia aplicados ao monitoramento e proteção dos territórios dos povos indígenas isolados na Amazônia. 2021. 136 f. Dissertação (Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) - INPA, Manaus, 2021.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & antropologia**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 9, n. 12, p. 257-266, 2006.

SANTANA, C. **A invisibilidade das mulheres indigenistas**. Fonte: <https://povosisolados.org/2017/07/08/a-invisibilidade-das-mulheres-indigenistas-entrevista-com-ananda-conde/>, 2017



A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE COARI/AM

THE PROMOTION OF ETHINO RACIAL DIVERSITY AND SOCIAL INCLUSION IN THE MUNICIPALITY OF COARI/AM

Hudinilson Kendy de Lima Yamaguchi¹
Bruno Marques Ribeiro²

Resumo: Com as constantes contradições impostas por este período de polarização que vivemos atualmente, o diálogo sobre a condição de humanidade, independentemente de sua raça, deve estar pautado nas rodadas de conversas e discursão, para minimizar o preconceito e a intolerância racial. Desta forma faz-se necessário criarmos canais de comunicação e esclarecimento nas bases, pois os nossos alunos devem compreender as suas origens miscigenadas e a interlocução que existe com o racismo, a intolerância e as diversidades, sejam elas nas relações com os colegas ou em seus discursos. Com o desenvolvimento deste projeto foi possível contribuir para a promoção do diálogo sobre a diversidade étnico-racial, pois apresentarmos a importância que as culturas Africana e Indígenas tiveram e ainda tem para construção da identidade do povo brasileiro. Com o objetivo de promover ações temáticas de cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, apresentamos ferramentas de combate ao racismo étnico-racial, para os alunos da rede pública de ensino no município de Coari/AM. Nesta oportunidade pudemos observar a interação dos alunos com os palestrantes e mediadores, e ficou evidente que os diferentes saberes e conhecimentos culturais, podem contribuir para a valorização dos vários conceitos de manifestações presentes no multiculturalismo social da formação miscigenada que é o Brasil. E com a imersão que os alunos tiveram ao longo desta jornada formativa, as práticas e costumes destes povos contribuíram de forma significativa para construção e formação da identidade cultural tipicamente afro-brasileira.

Palavras-Chave: Diversidade. Humanidade. Social.

Abstract: *With the constant contradictions imposed by this period of polarization that we are currently experiencing, the dialogue about the condition of humanity, regardless of its race, must be guided by rounds of conversations and discussions, to minimize prejudice and racial intolerance. In this way, it is necessary to create channels of communication and clarification at the bases, as our students must understand their mixed origins and the dialogue that exists with racism, intolerance and diversities, whether in relationships with colleagues or in their speeches. With the development of this project, it was possible to contribute to the promotion of dialogue*

1 Mestre em Engenharia da Produção. Docente. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. hkendy@ifam.edu.br

2 Discente do Curso Técnico em Informática para Internet. Instituto Federal do Amazonas, Campus Coari – IFAM/CCO. brunoo.marquees02@gmail.com



on ethnic-racial diversity, as we present the importance that African and Indigenous cultures had and still have for the construction of the identity of the Brazilian people. With the objective of promoting thematic actions of African, Afro-Brazilian and Indigenous culture, we present tools to combat ethnic-racial racism for students in the public school system in the municipality of Coari/AM. In this opportunity, we were able to observe the interaction of the students with the speakers and mediators, and it was evident that the different knowledge and cultural knowledge can contribute to the appreciation of the various concepts of manifestations present in the social multiculturalism of the mixed formation that is Brazil. And with the immersion that the students had throughout this formative journey, the practices and customs of these peoples contributed significantly to the construction and formation of the typically Afro-Brazilian cultural identity.

Keywords: Diversity. Humanity. Social.

INTRODUÇÃO

A discriminação racial é uma mazela social que se dissemina no meio social, em suas variadas formas, atingindo um número expressivo de pessoas, sem distinção de sexo, raça/etnia, condição socioeconômica, religião ou idade (FERREIRA, VICENTE, 2017).

Atualmente, existem leis que asseguram a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileiras, africanas e indígenas nas escolas. A lei 10.639 foi sancionada em 2003 e institui o ensino da cultura e história afro-brasileiras e africanas e a lei 11.645 de 10 de março de 2008 complementa a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que acrescenta o ensino da cultura e História Indígenas no Ensino de História, estabelecendo desta forma as novas diretrizes e bases para o Ensino Médio.

Com base nestas premissas se faz oportuno ampliar os espaços de diálogos entre o Ensino e os Ambientes Educacionais, buscando a efetivação e aplicabilidade constitucional dos Direitos Individuais e Coletivos das comunidades tradicionais, dos povos e das diversas etnias envolvidas, e assim refletirmos sobre o empoderamento e o protagonismo das matrizes africanas e indígenas (LEITE, 2007).

Sendo de importância entender o valor social que as comunidades negras e indígenas representam para a cultura brasileira em suas mais diversas áreas de atuação e, desta forma, necessário desconstruir o estigma de raças inferiores e propagar a importância social e as contribuições que os povos africanos e indígenas trouxeram para a construção do nosso país (VIEIRA, 2020).

Na busca de desconstruirmos o racismo estrutural através da apresentação da importância do respeito à diversidade multicultural e racial, este projeto promoveu o debate para os alunos do IFAM *campus* Coari por meio de ações temáticas de cultura

Africana, Afro-brasileira e Indígena, como ferramentas de combate ao racismo étnico-racial, no município de Coari-AM.

De forma prática o desenvolvimento deste projeto teve como objetivos: realizar as palestras e as rodadas de discussão com vista as contribuições que a lei 10.639/2003 e a lei 11.645/2008 trouxeram para o ensino de história no Ensino Médio; Discutir os temas sobre o combate ao racismo étnico-racial e suas articulações nos contextos locais e regionais; buscando proporcionar um espaço aberto de discussão e reflexão, promovendo a construção do conhecimento e de ações, numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar de promoção de nossa identidade multicultural, para promovermos a troca de saberes entre os cursos do *campus*, estimulando diálogos e intervenções entre as diversas realidades e suas compreensões. E assim fomentamos uma reflexão sobre o negro e o preconceito racial na sociedade brasileira, colaborando com o desenvolvimento sociocultural do alunado no tocante ao respeito à alteridade.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA: BASES CONCEITUAIS E AÇÕES PEDAGÓGICAS:

A escola é a peça fundamental para a expansão da educação, pois é dentro da escola, e com a participação dos alunos, dos professores e comunidade que temos a possibilidade de ampliar nossa formação cidadã (SILVA; SILVA, 2015). Neste sentido, quando dialogamos sobre temas com temáticas de cultura afro-brasileira, Africana e Indígenas de certa maneira, ainda existem falhas ao processo de ensinar este tema, pois:

“[...] Sabemos que os brasileiros, há tempos,

estão desinformados sobre sua própria história, ou seja, a história que realmente nos pertence, o índio, o negro, as lutas acentuadas anteriormente, e isso se deve em função do esquecimento e descaso presentes dentro da nossa própria educação” (SILVA; SILVA, 2015, p. 105).

Desta forma, para melhor contribuirmos para a valorização das identidades e o orgulho pela diversidade étnico-racial e indígena, é nos inserirmos em um processo formativo contínuo, pois a identidade formativa do educador, segundo Andrade (2019) é algo que deve ser intrínseco ao processo de ensino e aprendizagem, pois vivemos em um país miscigenado e multirracial.

Eneste contexto para que o sentimento de pertencimento junto às diversidades possam compor o arcabouço formativo, devemos promover o diálogo entre os diversos atores sociais, onde a peculiaridade de cada público alvo deve ser levando em consideração, assim como os seus conhecimentos, as suas experiências, e as suas contribuições.

O desenvolvimento de ações de combate ao racismo estrutural deve ser constituído de ações contínuas, e no caso de instituições, como os Institutos Federais de Ensino, o desenvolvimento de ações desta natureza não deve ser limitado às datas comemorativas, como o 19 de abril e o 20 de novembro (Figura 01), mas sim em ações constantes e preferencialmente de forma indissociável, entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com o desenvolvimento deste projeto buscamos destacar as ações pedagógicas voltadas para o ensino, onde o público envolvido foram os alunos da rede pública de ensino do município de Coari/AM, como atividade foram realizadas palestras e rodadas de discussão buscando a promoção do diálogo sobre a representatividade das diversidades e assim minimizar os indicadores de racismo e pré-conceitos.

Figura 01: Card Comemorativo as Culturas afro e indígena



Fonte: Pereira, 2010.

Pois ações pedagógicas desta natureza, segundo autores como Sousa; Felzke (2020); Santos Júnior (2020); Nunes, et al. (2021), promovem mudanças sociais, pois o diálogo sobre a diversidade étnica, combatem a discriminação racial além de estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade com outras culturas (LIMA, 2016).

Quanto as atividades desenvolvidas, são resultados de desdobramentos das ações de extensão. Onde foi realizado palestras, rodada de conversas finalizado com a aplicação de um questionário para os alunos participantes, onde foi levantado a percepção dos participantes sobre as contribuições das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, para o ensino de história no Ensino Médio, e a interação dialógica e transformadora entre o IFAM campus Coari e comunidade em geral sobre debate étnico-racial, sobre a visibilidade dos Direitos Individuais e Coletivos da comunidade. Pois segundo Freire (1996) o professor deve ser conhecedor da realidade de seus alunos para que haja uma interação dialógica, o que resultará na aprendizagem mútua e transformadora.

Com o desenvolvimento deste projeto foi possível promover a propagação do conhecimento e o respeito às diversidades étnico-racial e inclusão social no município de Coari/AM.

Os alunos que participaram das ações

apresentam duas realidades: os alunos do IFAM *campus* Coari, são adolescentes de ambos os sexos, ainda não estão inseridos no mercado de trabalho por isso não possuem renda fixa. Já os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA em quase sua totalidade encontram-se em situação de vulnerabilidade social, residem em regiões periféricas da cidade de Coari/AM, se auto declaram Negros e Pardos e são beneficiários de programas sociais.

Em linhas gerais este perfil social segue o cenário nacional, onde no Brasil, segundo dados do IBGE (2019), 75% das pessoas que vivem em extrema pobreza se autodeclararam como negros ou pardos, que trabalham em empregos não-formais e, precisam de apoio econômico governamental.

Com a execução deste projeto, buscamos resgatar a autoestima destes alunos de forma acolhedora e apresentando a importância na educação para superar estas adversidades (CHAVES; ZAMBRANO, 2019).

O público alvo deste projeto foram dois públicos distintos: os alunos do IFAM *campus* Coari e os alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA do Segundo Ciclo do Ensino Fundamental II da rede pública municipal de Ensino. As palestras foram realizadas em salas de aula (Figura 02), e as rodadas de conversas ao ar livre.

Figura 02: Grupo de alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA.



Fonte: Próprio autor, 2021.

A programação teve início com o acolhimento dos alunos, seguindo de duas palestras sobre a importância da diversidade, orgulho e empoderamento feminino. Estas palestras abordaram a temática de cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, como ferramentas de combate ao racismo étnico-racial, no município de Coari/AM.

Em seguida foram formados grupos para uma série de rodadas de conversas em espaços de discussão onde foram abordados temas como: empoderamento feminino; tolerância religiosa; orgulho e a importância da cultura Africana e Indígena (Figura 03) e as contribuições das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 para o Ensino de História Africana e Afro-brasileira no Ensino Médio.

Figura 03: Formação de Grupos para discussão sobre o tema Diversidade



Fonte: Próprio autor, 2021.

O roteiro pedagógico desenvolvido nas rodadas de conversas teve como proposta discutir os diversos temas com ênfase sobre o combate ao racismo étnico-racial e suas articulações nos contextos locais e regionais, além de proporcionar um espaço aberto de discussão e reflexão, na busca da promoção e construção do conhecimento e de ações, numa perspectiva multiprofissional e interdisciplinar de promoção de nossa identidade multicultural.

Esta troca de saberes teve como objetivo

estimular a interlocução dos diálogos e as intervenções entre as diversas realidades locais e as diversas compreensões dos alunos, além de compartilhar as experiências de diferentes áreas do conhecimento entre as comunidades externa e interna do IFAM *campus* Coari.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento deste projeto foi possível apresentarmos a relevância que as culturas Africana e Indígenas tiveram e ainda tem para construção da identidade do povo brasileiro. E a partir da observação da interação dos alunos com os palestrantes e os mediadores, ficou evidente que os diferentes saberes e conhecimentos culturais, podem contribuir para a valorização dos vários conceitos de manifestações presentes no multiculturalismo social da formação miscigenada que é o Brasil.

Neste contexto, a contribuição dos povos africanos e indígenas, toma destaque no papel importantíssimo para o processo de formação cultural brasileiro. E com as discussões e debates, independente do público atingido, pois para os alunos do IFAM *campus* Coari, foi possível vivenciarem um contexto social diferente de sua realidade social e étnico-racial e para os alunos da EJA, foi possível iniciarmos uma formação, dando voz participativa a estes atores sociais invisíveis, sobre os aspectos sociais dos problemas dos negros e indígenas, além de dialogarmos a sobre as contribuições das práticas e costumes dos povos Africanos e Indígenas para a construção e formação da identidade cultural tipicamente afro-brasileira, seja pelas danças, crenças, culinária e seus conhecimentos.

O legado do nosso projeto é de promover o diálogo valoroso com os diversos atores do processo extensionista e a trocar experiências.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFAM por meio dos Programa de Fomento, coordenados pela PROEX, que financiaram o auxílio à pesquisa e a bolsa ao discente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ialle Juliana Marques. **As HQS na escola:** disseminando saberes e compartilhando aprendizagens. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Acadêmica de Garanhuns, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

CHAVES, Taniamara Vizzotto; ZAMBRANO, João. Reflexões Sobre a Formação de Professores a partir de Práticas com Alunos em Vulnerabilidade Social. **Anais 37º SEURS – Educação**. 2019.

FERREIRA, Isadora de Lima; VICENTE, Kyldes Batista. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Da Lei ao Cotidiano Escolar. **Humanidades & Inovação**, v. 4, n. 4, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 1ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHEDIN, Evandro. Tendências e dimensões da formação do professor na contemporaneidade. In: **Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**. 2009. p. 1-28.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo - sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística; 2019.

LEITE, F.E. Negros de Papel e Negros na História: Ponderações sobre história d'África e do Brasil. In: **Cultura Afro-Brasileira: construindo histórias**. Londrina: Idealiza Gráfica e Editora, 2007.

LIMA, Hanna Karoline Macedo de. **A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula**. 27p. Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE. 2016.

NASCIMENTO, Francinaide et al. A Educação Profissional nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. **Anais do I Colóquio Internacional e Nacional de História da Educação Profissional** (COHEP), 2020.

NUNES, Patrícia Gouvêa et al. Relações étnico-raciais e escola: práticas de ensino para o enfrentamento ao racismo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 56, p. 211-232, 2021.

PEREIRA, Ricardo Alexandre. **Lei 10.639 e LEI 11.645** - Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira e Indígena, 2010. Disponível em <<https://temasdaeducacao.blogspot.com/2010/03/lei-10639-de-9-de-janeiro-de-2003.html>>. acesso em 27 de junho de 2022.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. Ensino da História e Cultura Indígenas: Inclusão Contra o Preconceito. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 1, n. 1, p. 221-230, 2020.

SILVA, Ruan Diego Sande da; SILVA, Francisco Thiago. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Rede de Ensino Público do Distrito Federal: Reflexões Históricas. **Projeção e Docência**, v. 6, n. 1, p. 100-113, 2015.

SOTERO, Ana Paula da Silva; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; BRITO, Milly Dias; REIS, Stephane Aparecida Ribeiro. A Extensão

Universitária na Pandemia do COVID-19: **A Reinvenção das Práticas Educacionais: pesquisa, ensino e extensão: experiências e transformação**, p. 62, Santa Maria - RS, Editora Arco Editores, 2021.

SOUSA, Augusto Rodrigues de; FELZKE, Lediane Fani. Percepções dos alunos acerca da diversidade étnico-racial no currículo do ensino técnico integrado ao médio. **Cadernos de Aplicação**, v. 33, n. 2, 2020.

VIEIRA, Mariana Santos Canuto. **Discutindo estereótipos étnico-raciais em aulas de PLE: A abordagem (ou a falta dela) sobre o racismo no Brasil e a CCI como alternativa possível**. 2021. 203 p. Mestrado em Português Língua Não Materna. Universidade Aberta. 2020.

ZANELLA, Maria Nilvane. Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível?. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 3, 2010.



BANANINHA: APROVEITAMENTO E FONTE DE RENDA

BANANINHA: USE AND SOURCE OF INCOME

Railma Pereira Moraes¹
Joelson da Silva Lima²
Ana Cláudia Ferreira Olímpio³
Marxer Antonio Colares Batista⁴

Resumo: O presente relato apresenta os resultados parciais de um projeto de pesquisa realizado por meio do Programa de Apoio à Interiorização em Pesquisas e Inovação Tecnológica do Amazonas - PAINTER/FAPEAM, a partir do qual vivenciou-se a experiência de produção do doce “Bananinha”. O estudo visou relatar a viabilidade da produção da bananinha, como aproveitamento e fonte de renda para a população de Tabatinga – AM, localizada na Região do Alto Solimões. O trabalho utilizou como metodologia a pesquisa de campo e seguiu as seguintes etapas para a produção do doce: obtenção dos frutos; aquisição de insumos; adição de frutos regionais; teste sensorial; e, por último, quantificação dos custos. Os resultados mostraram que existe a possibilidade de utilização de bananas que seriam desperdiçadas, transformando-as em um produto saboroso, de baixo custo, de preparo fácil e rápido, viável economicamente e com sabores variados de frutos amazônicos.

Palavras-chave: Doce regional. Frutas nativas. Empreendedorismo.

Abstract: *The present report presents the partial results of a research project carried out through the Programa de Apoio à Interiorização em Pesquisas e Inovação Tecnológica do Amazonas - PAINTER/FAPEAM, from which the experience of producing the candy “Bananinha” was experienced. The study aimed to report the viability of banana production, as a use and source of income for the population of Tabatinga - AM, located in the Alto Solimões Region. The work used field research as a methodology and followed the following steps for the production of candy: obtaining the fruits; acquisition of inputs; addition of regional fruits; sensory test; and, finally, quantification of costs. The results showed that there is a possibility of using bananas that would otherwise be wasted, transforming them into a tasty, low-cost, easy and quick preparation, economically viable product with varied flavors of Amazonian fruits.*

Keywords: *Regional sweet. Native fruits. Entrepreneurship.*

1 Doutora em Engenharia Florestal. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Presidente Figueiredo – IFAM/CPRF. railmoraes@gmail.com

2 Graduado em Ciências Agrárias e Ambientais. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Tabatinga – IFAM/CTAB. joelsonufam@hotmail.com

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação – UNIDA. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Tabatinga – IFAM/CTAB. claudiaolimpio70@gmail.com

4 Mestre em Ciências do Ambiente. Docente. Instituto Federal do Amazonas, *Campus* Tabatinga – IFAM/CTAB. marxer.batista@ifam.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar um relato de experiência relacionado às ações desenvolvidas durante a pesquisa intitulada: “Desvendando a Amazônia: estudos de espécies frutíferas pouco conhecidas para a condução da sustentabilidade socioambiental na Região do Alto Solimões”, vinculado ao Programa de Apoio à Interiorização em Pesquisa e Inovação Tecnológica do Amazonas – PAINTER, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. E ao projeto Bananinha: aproveitamento e fonte de renda, aprovado no edital 2020, do Programa Institucional de Bolsas de Extensão-IFAM.

Dentre as ações do estudo desenvolvido destaca-se a produção do doce “Bananinha”, produzido a partir do aproveitamento da banana regional. A banana é uma das frutas mais apreciadas pelos brasileiros, pois além do gosto adocicado figura, ainda, como importante componente alimentar e econômico em diversas sociedades (SILVA et al., 2013), porém, após atingir o estágio de maturação chegam ao estágio de decomposição em torno de 5 dias (MELLO, 2019). A rápida decomposição resulta em grande quantidade de bananas descartadas, aumentando, assim, o desperdício de alimentos no Brasil.

Na região da tríplice fronteira amazônica, composta pelo Brasil, Peru e Colômbia, é alta a produção e o consumo de banana, podendo ser vista em vários pratos típicos locais, como o patacon e o tacate. Na cidade de Tabatinga, após seu período de amadurecimento, podem ser vistas grandes quantidades de banana que são descartadas nas feiras e mercado do município. Em contrapartida, dados do IBGE de 2018, indicam que apenas 5,3% da população do município estava empregada. Assim, temos um município com alta taxa de pessoas com baixa renda e um

recurso natural sendo desperdiçado.

Diante dessa discrepância percebida, pensou-se na viabilidade da produção do doce “bananinha”, com o aproveitamento das bananas maduras que, muitas vezes, são desperdiçadas nos mercados e feiras da cidade, podendo servir como fonte de renda para a população de Tabatinga – AM, localizada na Região do Alto Solimões.

O uso das bananas maduras na preparação de bananinha, além de possibilitar o aproveitamento de bananas que seriam desperdiçadas, requer poucos ingredientes para sua confecção, resultando em um produto de baixo custo, de rápido e fácil preparo e de gosto saboroso, podendo incrementar a ela outras frutas da região, variando o sabor.

A região do Alto Solimões é, notadamente, um local de ocorrência natural de muitas espécies vegetais, como as destacadas na Figura 1, assim como uma variedade de frutas que só se encontram naquela área. Tal fato, possivelmente deve-se à proximidade ao centro de origem Ande e Amazonas, descrito por DIAMOND (2002).

Figura 1 – Diversidade de espécies vegetais comestíveis da região do Alto Solimões.



Fonte: Próprio autor, 2021.

Muitas dessas espécies, vegetais e frutíferas, podem ser encontradas nos quintais de muitas famílias da região, tanto urbana quanto peri-urbana. E muitas são cultivadas por meio da agricultura familiar, sendo usadas tanto para o consumo quanto para a venda.

Na Amazônia, os quintais residenciais são de grande importância tanto na vida rural como na urbana, quase sempre expressando um “contínuo rural-urbano” (WINKLERPRINS, 2002). Em muitos desses quintais podem ser encontradas uma diversidade de frutas, formando grandes pomares.

Os pomares caseiros apresentam-se como uma importante fonte de alimento e renda para muitas pessoas de áreas urbanas e peri-urbanas, podendo mitigar parcialmente a falta de alimentos e nutrientes em populações humanas dessa região, bem como servir como fonte de sustento (SEMEDO e BARBOSA, 2007).

De acordo com Martins (2016), nos sítios e quintais localizados na região entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, no Amazonas, podem ser encontradas mais de 118 espécies de vegetais e frutas cultivadas por moradores, por meio da agricultura familiar. Desse total, nove concentram a diversidade intraespecífica, todas alimentícias. Dentre essas espécies, está a banana (*Musa* sp.) com 12 variedades.

A variedade de banana e a alta produção por agricultores familiares na região, nos levou a optar pelo fruto, como base para o doce produzido, oportunizando o uso da banana madura, que muitas vezes tem sido desperdiçada.

Ademais, a comercialização do doce poderá representar incremento de renda para a população, assim como, incentivar a preparação e comercialização de outros produtos com a banana ou com outras frutas regionais. A bananada foi o produto com maior número de vendas na Feira

Agroecológica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COSTA et al., 2021). Assim evidenciando o potencial do produto.

O principal objetivo da ação desenvolvida no estudo foi trazer possibilidades e alternativas de fontes de renda para famílias da região, a partir do aproveitamento dos frutos regionais, com baixo custo e fácil preparo.

PLANEJAMENTO DO ESTUDO: O CAMINHO PERCORRIDO

A ação de produção do doce “Bananinha” foi realizada em Tabatinga/AM, cidade localizada na tríplice fronteira amazônica, às margens do rio Solimões. O município apresenta poucas oportunidades de trabalho, conforme dados do IBGE de 2018, os quais indicam que apenas 5,3% da população estava empregada e que 48,2% dos municípios vivem em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa.

O trabalho caracterizou-se como pesquisa de campo, consistindo na observação dos fatos, na coleta de dados e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para posteriores análises (MARCONI e LAKATOS, 2006, p. 83). Definiu-se como campo para o teste sensorial o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, *Campus* Tabatinga, tendo como participantes/sujeitos os servidores e alunos da instituição.

Assim, a ação para a produção da “Bananinha” seguiu as seguintes etapas:

1. Obtenção dos frutos – visitas aos locais de venda de bananas a fim de identificar os possíveis parceiros para doação (tendo em vista que muitas são descartadas quando maduras) ou venda por preço abaixo do custo normal cobrado. Foram visitadas 3 (três) feiras com venda de banana na cidade de Tabatinga-AM, mas além destas

existem inúmeras pequenas frutarias com a venda do produto. Durante as visitas, identificou-se que as bananas amassadas ou soltas são separadas e servem de alimento para os animais do vendedor ou ainda são comercializadas, principalmente aos produtores de porcos, sendo o saco com capacidade de 10 litros, vendido a R\$ 5,00 (cinco reais).

2. Aquisição de insumos – Posteriormente, foram adquiridos os insumos, para realização dos testes iniciais e produção final da bananinha. Os insumos adquiridos nessa fase foram: açúcar, banana, limão e alguns frutos.

3. Produção da base da receita: Para a produção de aproximadamente 150 bananinhas de 4g cada, foram utilizadas: 15 bananas maduras (1kg ou pouco mais de meia palma); 800g de açúcar; 1 limão; e o fruto para dar o sabor.

4. Adição de frutas regionais – Com a base da receita pronta foram adicionados sabores, a partir de frutas disponíveis na época dos testes, sendo: mangarataia (*Zingiber officinale* Roscoe), manga (*Mangifera indica* L), camu-camu (*Myrciaria dubia* HBK Mc Vaugh) e cubiu (*Solanum sessiliflorum* Dunal);

5. Teste sensorial – Foram convidados 30 servidores e 10 alunos do IFAM, *Campus* Tabatinga, para participarem da pesquisa sensorial. Cada um dos participantes recebeu 4 (quatro) amostras do doce “Bananinha” (Figura 2C), com diferentes sabores, para degustação, e uma ficha de avaliação, contendo uma escala hedônica verbal com seis categorias (tamanho, sabor, doçura, acidez, textura e se compraria) (DU-TCOSKY, 2007). Após a degustação, os participantes avaliaram os produtos, com nota de 0 a 10, em cada categoria.

6. Quantificação dos custos – com os doces prontos, foram avaliados os custos de produção e valores de venda; considerando ainda a valoração socioambiental da região.

Figura 2 – (A) Frutos de camu-camu e cubiu e mangarataia; (B) Variedades do doce, com sabores alternados; (C) Doce “Bananinha” organizado em saquinhos para o teste sensorial.



Fonte: Próprio autor, 2021.

RESULTADOS DO TESTE SENSORIAL

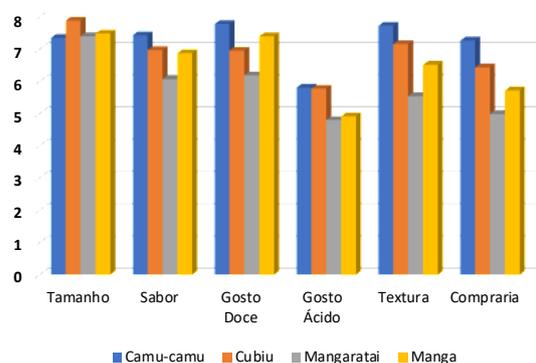
Quanto à avaliação sensorial verificou-se que a adição de camu-camu proporcionou bananinhas com melhores médias em todas as categorias, exceto tamanho, pois eram pequenas, como pode-se observar na Figura 3. As bananinhas com sabor do fruto, foi muito bem avaliada quanto ao sabor (7,4%), gosto doce (7,7%) e acidez (5,8%), possivelmente deve-se ao sabor forte dos frutos, resultando em bananinhas com acidez elevada e sabor do doce reduzido.

A aceitabilidade da bananinha com sabor de camu-camu resulta em ponto positivo para o consumo desta espécie, uma vez que, apesar do fruto apresentar propriedades nutricionais importantes para o ser humano como a vitamina C (VIEIRA et al., 2010). Ainda, conforme os mesmos autores, os frutos são dificilmente consumidos *in natura* devido à elevada acidez e o amargo da casca, sendo aceitos tradicionalmente em sucos, sorvetes, bebidas e geleias.

Outra característica bem avaliada foi a textura, estas foram preparadas com a textura de bala, isto é, mais dura, nos

permitindo inferir que os avaliadores gostam da textura mais dura.

Figura 3 – Gráfico com resultados da avaliação sensorial



Fonte: Próprio autor, 2021.

Quanto à intenção de compra, os avaliadores mostraram mais interesse de compra das bananinhas de camu-camu (7,2%), seguida do cubiu (6,4%). Ressalta-se o interesse pelos sabores de espécies nativas, pois sabores mais conhecidos, como manga (5,7%) e mangarataia (5,0%) tiveram notas menores. Este resultado mostra que existe aceitação para as espécies nativas. Uma vez que a Organização Mundial da Saúde e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea 2004) recomendam a introdução de produtos regionais, a exemplo do camu-camu e cubiu, na alimentação habitual da população, auxiliando na promoção da saúde.

Dessa forma, verifica-se a oportunidade de atrelar a experiência sensitiva, a uma atitude que possa promover a conservação da diversidade da região. O aproveitamento da banana e das espécies nativas da Amazônia utilizadas no preparo das bananinhas, tem um grande potencial nutritivo e funcional, podendo ser alternativa ao desenvolvimento socioeconômico da Região.

Verificou-se que a preparação com 15 bananas maduras (1 kg ou pouco mais de meia palma) rendem aproximadamente 150 bananinhas de 4g cada. Somada ao preço

do açúcar, limão e o fruto que deve ser acrescentado, verificou-se que o preço de custo de cada bananinha varia de R\$ 0,04 a 0,10, variação devido ao preço do fruto, conforme pode ser observado na Figura 3. Os frutos de camu-camu foram os mais caros e de baixo rendimento, enquanto a mangarataia foi a mais barata e com alto rendimento em sabor.

Tabela 1 – Custos dos insumos para fabricação da Bananinha, conforme o fruto utilizado para saborização.

INSUMOS	CAMU-CAMU	CUBIO	MANGA	MANGA RATAIA
Açúcar	3,00	3,00	3,00	3,00
Banana	1,50	1,50	1,50	1,50
Limão	0,50	0,50	0,50	0,50
Fruto	10,00	4,00	4,00	0,50
Custo	15,00	9,00	9,00	5,50
Rendimento	150,00	150,00	150,00	150,00
Custo Unitário	0,10	0,06	0,06	0,04

Fonte: Próprio Autor, 2021.

Ressalta-se a importância de fomentar e realizar trabalhos como este, que buscam inserir as espécies nativas no cotidiano da população local. Segundo Oliveira et al. (2006) quando não valorização da biodiversidade local, esta muitas vezes, é explorada de forma predatória, prejudicial à estrutura das comunidades, o que acarreta redução da variabilidade genética das populações e da diversidade biológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa nos levaram à conclusão de que o uso da banana para produção do doce “bananinha”, foi uma escolha muito acertada, uma vez que poderá contribuir para diminuição do desperdício da referida fruta, nas feiras e mercados das cidades da região, proporcionar uma opção de fonte de renda familiar e, ainda, diminuir

a quantidade de lixo orgânico jogado, muitas vezes, nas frentes dessas áreas comerciais.

Os testes sensoriais mostraram que os doces com sabores amazônicos têm boa aceitação perante a comunidade. E existe a possibilidade de utilização de bananas em produtos de baixo custo, de preparo fácil e rápido, viável economicamente e com sabores variados de frutos amazônicos.

Além disso, é importante oferecer diversas formas para conhecer os sabores dos frutos da região.

AGRADECIMENTO

Os Autores agradecem ao apoio financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea).

Relatório final da II conferência nacional de segurança alimentar e nutricional. Olinda: Consea, 2004.

COSTA, G.T.; GOMES, L.O.; CASEMIRO, J.P. Desenvolvimento da rotulagem nutricional de produtos embalados comercializados na Feira Agroecológica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: valorização da produção artesanal e promoção da saúde. **Vigil. sanit. Debate**, v.9, n.4, p. 94-101. 2021. DOI: doi.org/10.22239/2317-269x.01859

DIAMOND, J. Evolução, consequências e futuro da domesticação de plantas e animais. **Nature**, v. 418, p. 700-707. 2002. DOI: https://doi.org/10.1038/nature01019

DUTCOSKY, S. D. **Análise sensorial de alimentos.** 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2007.

IBGE. Cidades e Estados: Tabatinga. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/tabatinga.html>. Acessado em: 27 de nov. de 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. **Conservação da agrobiodiversidade:** saberes e estratégias da agricultura familiar na Amazônia. Tese [Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia]. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, 2016.

MELLO, ROMULO BACANELI DE. **Amadurecimento de bananas submetidas a diferentes reguladores de crescimento.** 2019. 24F. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade São Lucas/ Centro Universitário São Lucas de Ji-Paraná-Ro, 2019.

OLIVEIRA, D.A.; MOREIRA, P.A.; MELO JÚNIOR, A.F.; PIMENTA, M.A.S. Potencial da biodiversidade vegetal da Região Norte do Estado de Minas Gerais. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.8, n.1 - jan./jun. 2006.

SEMEDO, R. J. C.; BARBOSA, R. I. Árvores frutíferas nos quintais urbanos de Boa Vista, Roraima, Amazônia brasileira. **Acta Amazônica**, v. 37, p. 497-504, 2007.

SILVA, L. M. S. et al. **Aproveitamento da casca de banana para produção de farinha destinada à formulação de biscoitos.** 2013. 56 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia em Alimentos) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

VIERA, V. B. RODRIGUES, J. B. BRASIL, C. C. B. ROSA, C. S. Produção, caracterização e aceitabilidade de licor de camu-camu (Myrciaria dúbia (H.B.K.) MCVAUGH. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v. 21, n. 4, p. 519-522, out./dez. 2010.

WINKLERPRINS, A.M.G.A. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. *Urban Ecosystems* 6: P. 43-65, 2002.

Nexus

Revista de Extensão do IFAM